

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	57
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	134
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	59.838.232
Preferenciais	0
Total	59.838.232
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	229.913	128.479
1.01	Ativo Circulante	9.238	1.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.215	123
1.01.03	Contas a Receber	4.048	1.617
1.01.03.01	Clientes	3.855	1.405
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	193	212
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.975	76
1.02	Ativo Não Circulante	220.675	126.663
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.083	1.448
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.795	133
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.795	133
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	288	1.315
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	35	18
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	242	1.281
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	11	16
1.02.02	Investimentos	214.496	122.304
1.02.02.01	Participações Societárias	214.496	122.304
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	214.496	122.304
1.02.03	Imobilizado	2.180	1.589
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.180	1.589
1.02.04	Intangível	1.916	1.322
1.02.04.01	Intangíveis	1.916	1.322

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	229.913	128.479
2.01	Passivo Circulante	26.737	15.701
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.582	2.206
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.582	2.206
2.01.02	Fornecedores	2.484	474
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.484	474
2.01.03	Obrigações Fiscais	509	600
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	446	530
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	340	394
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	102	105
2.01.03.01.04	Outros impostos	4	31
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	63	70
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.675	1.942
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.675	1.942
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.675	1.942
2.01.05	Outras Obrigações	13.487	10.479
2.01.05.02	Outros	13.487	10.479
2.01.05.02.06	Títulos a pagar	13.487	9.746
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	0	733
2.02	Passivo Não Circulante	128.888	94.418
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.062	3.519
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.062	3.519
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	54.062	3.519
2.02.02	Outras Obrigações	66.256	47.471
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.242	44.768
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	13.242	44.768
2.02.02.02	Outros	53.014	2.703
2.02.02.02.03	Títulos a pagar	53.014	2.703
2.02.04	Provisões	8.570	43.428
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.232	2.692
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.405	1.151
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.827	1.541
2.02.04.02	Outras Provisões	5.338	40.736
2.02.04.02.04	Provisão para perdas em investimento	5.338	40.736
2.03	Patrimônio Líquido	74.288	18.360
2.03.01	Capital Social Realizado	70.391	89.789
2.03.02	Reservas de Capital	29.867	0
2.03.02.07	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dáviva)	28.328	0
2.03.02.08	Efeito alienação de ações em tesouraria	1.539	0
2.03.04	Reservas de Lucros	0	-3.822
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-3.822
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	31.558	-7.308
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-57.528	-60.299

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	521	1.562	3.541	10.301
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.219	-3.613	-3.857	-10.734
3.03	Resultado Bruto	-698	-2.051	-316	-433
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.744	27.682	5.556	22.268
3.04.01	Despesas com Vendas	-10	-48	-5	-12
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.174	-16.945	-537	-1.345
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	85	34	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-225	-452
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.355	44.641	6.323	24.077
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.442	25.631	5.240	21.835
3.06	Resultado Financeiro	-2.890	-7.353	-5	-2.871
3.06.01	Receitas Financeiras	13	157	1.133	2.560
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.903	-7.510	-1.138	-5.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.332	18.278	5.235	18.964
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.332	18.278	5.235	18.964
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.332	18.278	5.235	18.964
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,26000	0,31000	0,11000	0,38000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,26000	0,31000	0,11000	0,38000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.332	18.278	5.235	18.964
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.332	18.278	5.235	18.964

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.155	-5.142
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.114	1.272
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	18.278	18.964
6.01.01.02	Atualização (reversão) depósitos judiciais	-1	-1
6.01.01.03	Depreciação e amortização	636	994
6.01.01.04	Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	44	0
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-44.641	-24.077
6.01.01.06	Perdas com investimento	352	0
6.01.01.07	Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamento de impostos	4.068	1.668
6.01.01.08	Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	558	539
6.01.01.09	Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	2.363	3.590
6.01.01.10	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dádiva)	9.587	0
6.01.01.11	Alienação de ações em tesouraria	6.642	0
6.01.01.12	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	0	-405
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.315	-5.050
6.01.02.01	(Aumento) de contas a receber	-1.810	-5.830
6.01.02.02	Redução de adiantamentos diversos	19	10
6.01.02.03	(Aumento) de depósitos judiciais	-17	-4
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	1.039	185
6.01.02.05	(Aumento) de outros ativos	-3.894	-1.098
6.01.02.06	Aumento (redução) de fornecedores	1.063	622
6.01.02.07	Aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	2.285	1.065
6.01.03	Outros	-1.726	-1.364
6.01.03.01	Juros pagos	-1.708	-1.286
6.01.03.02	Pagamento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-18	-78
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.433	-10.581
6.02.01	Mútuos (Concessões)	-8.484	-26.892
6.02.02	Mútuos (Recebimentos)	6.470	2.757
6.02.03	Aumento de capital em controlada	-12.515	0
6.02.04	Aquisição de investimento	-10.487	0
6.02.05	Compra ativo imobilizado	-897	-395
6.02.06	Compra ativo intangível	-968	-215
6.02.07	Dividendos recebidos	19.448	14.164
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.680	31.763
6.03.01	Mútuos (Captações)	2.120	33.559
6.03.02	Mútuos (Amortizações)	-33.645	-77.705
6.03.03	Empréstimos e financiamentos (Captações)	59.028	5.550
6.03.04	Empréstimos e financiamentos (Amortizações)	-11.806	-35.916
6.03.05	Aumento de capital	0	106.275
6.03.06	Ações em tesouraria	-1.281	0
6.03.07	Dividendos pagos	-736	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.092	16.040

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.215	16.051

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.789	-64.121	0	-7.308	0	18.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.789	-64.121	0	-7.308	0	18.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-19.398	33.689	0	13.157	0	27.448
5.04.01	Aumentos de Capital	28.092	0	0	0	0	28.092
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.281	0	0	0	-1.281
5.04.08	Redução de capital	-47.490	0	0	13.157	0	-34.333
5.04.09	Efeito alienação de ações em tesouraria	0	6.642	0	0	0	6.642
5.04.10	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dádiva)	0	28.328	0	0	0	28.328
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.771	0	25.709	0	28.480
5.06.04	Lucro líquido do período	0	0	0	18.278	0	18.278
5.06.05	Alocação de lucros não realizados	0	0	0	7.431	0	7.431
5.06.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	2.771	0	0	0	2.771
5.07	Saldos Finais	70.391	-27.661	0	31.558	0	74.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034
5.04	Transações de Capital com os Sócios	79.273	0	0	27.002	0	106.275
5.04.01	Aumentos de Capital	106.275	0	0	0	0	106.275
5.04.08	Absorção de prejuízos de exercícios anteriores	-27.002	0	0	27.002	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.939	0	3.228	0	1.289
5.06.04	Lucro do período	0	0	0	18.964	0	18.964
5.06.05	Dividendos antecipados	0	0	0	-15.736	0	-15.736
5.06.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	-1.939	0	0	0	-1.939
5.07	Saldos Finais	89.789	-3.409	0	-11.850	0	74.530

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	1.697	11.984
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.695	11.984
7.01.02	Outras Receitas	2	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-715	-3.549
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25	-7
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-690	-3.542
7.03	Valor Adicionado Bruto	982	8.435
7.04	Retenções	-636	-994
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-636	-994
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	346	7.441
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.798	26.637
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	44.641	24.077
7.06.02	Receitas Financeiras	157	2.560
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.144	34.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.144	34.078
7.08.01	Pessoal	16.705	5.378
7.08.01.01	Remuneração Direta	424	4.610
7.08.01.02	Benefícios	29	420
7.08.01.03	F.G.T.S.	23	348
7.08.01.04	Outros	16.229	0
7.08.01.04.01	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dádiva)	9.587	0
7.08.01.04.02	Alienação de ações em tesouraria	6.642	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.654	3.753
7.08.02.01	Federais	2.601	3.152
7.08.02.02	Estaduais	2	1
7.08.02.03	Municipais	51	600
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.507	5.983
7.08.03.01	Juros	7.510	5.431
7.08.03.02	Aluguéis	-3	552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.278	18.964
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.278	18.964

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	489.467	261.641
1.01	Ativo Circulante	212.941	59.431
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.859	5.470
1.01.02	Aplicações Financeiras	112.560	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	112.560	0
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	112.560	0
1.01.03	Contas a Receber	74.931	52.349
1.01.03.01	Clientes	73.137	45.850
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.794	6.499
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.591	1.612
1.01.08.03	Outros	12.591	1.612
1.01.08.03.01	Impostos e contribuições a recuperar	2.621	0
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	9.970	1.612
1.02	Ativo Não Circulante	276.526	202.210
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.540	30.191
1.02.01.03	Contas a Receber	880	1.926
1.02.01.03.01	Clientes	868	1.926
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	12	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2	133
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	2	133
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.658	28.132
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	11.649	10.834
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	6.052	4.749
1.02.01.09.05	Ativos disponíveis para venda	0	11.685
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	957	864
1.02.02	Investimentos	10	102
1.02.02.01	Participações Societárias	10	102
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	102
1.02.03	Imobilizado	85.664	111.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	85.664	111.722
1.02.04	Intangível	171.312	60.195
1.02.04.01	Intangíveis	171.312	60.195

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	489.467	261.641
2.01	Passivo Circulante	117.683	70.577
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.663	19.016
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.663	19.016
2.01.02	Fornecedores	14.669	8.596
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.669	8.596
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.577	4.018
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.419	3.109
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	789	0
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	1.871	2.602
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	452	315
2.01.03.01.04	Outros impostos	307	192
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.158	909
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.563	12.227
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.563	12.227
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.563	12.227
2.01.05	Outras Obrigações	44.211	26.720
2.01.05.02	Outros	44.211	26.720
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	25.469	9.987
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos e contribuições	3.415	3.076
2.01.05.02.06	Títulos a pagar	15.283	12.407
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	44	1.250
2.02	Passivo Não Circulante	305.430	172.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	144.256	47.353
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	144.256	47.353
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	144.256	47.353
2.02.02	Outras Obrigações	90.337	56.888
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.833	2.794
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.833	2.794
2.02.02.02	Outros	88.504	54.094
2.02.02.02.03	Títulos a pagar	53.666	14.925
2.02.02.02.04	Adiantamento de clientes	208	0
2.02.02.02.05	Parcelamento de impostos e contribuições	34.313	38.702
2.02.02.02.06	Outros passivos não circulantes	317	467
2.02.03	Tributos Diferidos	15.543	18.201
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.543	18.201
2.02.04	Provisões	55.294	50.262
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	55.294	50.262
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8.959	7.429
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.774	36.775
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.561	6.058
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	66.354	18.360
2.03.01	Capital Social Realizado	70.391	89.789
2.03.02	Reservas de Capital	29.867	0
2.03.02.07	Efeito alienação de ações em tesouraria	1.539	0
2.03.02.08	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dádiva)	28.328	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04	Reservas de Lucros	0	-3.822
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-3.822
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	31.558	-7.308
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-57.528	-60.299
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-7.934	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	115.910	331.163	83.159	241.076
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.258	-178.186	-48.598	-135.425
3.03	Resultado Bruto	49.652	152.977	34.561	105.651
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.439	-131.024	-27.875	-72.770
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.140	-18.591	-5.447	-17.964
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.826	-105.418	-17.142	-43.828
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.473	-7.015	-5.286	-10.978
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.787	21.953	6.686	32.881
3.06	Resultado Financeiro	-2.231	-11.085	-1.029	-9.215
3.06.01	Receitas Financeiras	5.106	9.381	8.306	13.286
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.337	-20.466	-9.335	-22.501
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.018	10.868	5.657	23.666
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	34	1.396	48	103
3.08.02	Diferido	34	1.396	48	103
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.984	12.264	5.705	23.769
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-17.984	12.264	5.705	23.769
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.332	18.278	5.235	18.964
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.652	-6.014	470	4.805
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,26000	0,31000	0,11000	0,38000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,26000	0,31000	0,11000	0,38000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-17.984	12.264	5.705	23.769
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-17.984	12.264	5.705	23.769
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.332	18.278	5.235	18.964
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.652	-6.014	470	4.805

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.544	25.135
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.613	70.357
6.01.01.01	Lucro líquido	12.264	23.769
6.01.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.479	12.417
6.01.01.03	Atualização (reversão) depósitos judiciais	289	-359
6.01.01.04	Depreciação e amortização	9.534	6.660
6.01.01.05	Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	71	37
6.01.01.06	Perda com investimento	419	0
6.01.01.07	Despesa de juros de empréstimos, financiamentos e parcelamento de impostos	12.137	12.680
6.01.01.08	Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	11.146	14.247
6.01.01.09	Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	3.495	1.026
6.01.01.10	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dádiva)	29.178	0
6.01.01.11	Alienação de ações em tesouraria	6.642	0
6.01.01.12	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	0	-17
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.041	-103
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.965	-33.550
6.01.02.01	(Aumento) redução de contas a receber	-31.478	-36.361
6.01.02.02	Redução de adiantamentos diversos	5.226	5.457
6.01.02.03	(Aumento) de depósitos judiciais	-1.104	-1.436
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	108	-200
6.01.02.05	(Aumento) outros ativos	-5.828	-1.438
6.01.02.06	Aumento (redução) de fornecedores	3.919	-3.113
6.01.02.07	Aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	12.495	8.217
6.01.02.08	Aumento (redução) de adiantamento a clientes	2.747	-4.630
6.01.02.09	(Redução) de outros passivos	-1.050	-46
6.01.03	Outros	-13.104	-11.672
6.01.03.01	Juros pagos	-7.600	-8.895
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	593	0
6.01.03.03	Pagamento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-6.097	-2.777
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143.276	-13.708
6.02.01	Mútuos (Concessões)	-371	-46
6.02.02	Mútuos (Recebimentos)	133	254
6.02.03	Aquisições de controladas liquidadas de caixa adquiridos	-7.805	0
6.02.04	Aquisição de aplicações financeiras	-113.789	0
6.02.05	Compra ativo imobilizado	-17.450	-12.983
6.02.06	Com ativo intangível	-3.994	-933
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	86.121	28.237
6.03.01	Mútuos (Captações)	2.826	8.091
6.03.02	Mútuos (Amortizações)	0	-6.606
6.03.03	Empréstimos e financiamentos (Captações)	117.315	46.293
6.03.04	Empréstimos e financiamentos (Amortizações)	-28.222	-121.780
6.03.05	Aumento de capital	0	106.275

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.03.06	Ações em tesouraria	-1.281	0
6.03.07	Dividendos pagos	-736	0
6.03.08	Pagamento de imposto de renda e contribuições	-3.781	-4.036
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.389	39.664
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.470	816
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.859	40.480

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	89.789	-64.121	0	-7.308	0	18.360	0	18.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.789	-64.121	0	-7.308	0	18.360	0	18.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-19.398	33.689	0	13.157	0	27.448	-1.920	25.528
5.04.01	Aumentos de Capital	28.092	0	0	0	0	28.092	0	28.092
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.281	0	0	0	-1.281	0	-1.281
5.04.08	Redução de capital	-47.490	0	0	13.157	0	-34.333	0	-34.333
5.04.09	Efeito alienação de ações em tesouraria	0	6.642	0	0	0	6.642	0	6.642
5.04.10	Aquisição de investimento	0	0	0	0	0	0	-2.770	-2.770
5.04.11	Ações cedidas por sócios a funcionários (Dáviva)	0	28.328	0	0	0	28.328	850	29.178
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.771	0	25.709	0	28.480	-6.014	22.466
5.06.04	Lucro líquido	0	0	0	18.278	0	18.278	-6.014	12.264
5.06.05	Alocação de lucros não realizados	0	0	0	7.431	0	7.431	0	7.431
5.06.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	2.771	0	0	0	2.771	0	2.771
5.07	Saldos Finais	70.391	-27.661	0	31.558	0	74.288	-7.934	66.354

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034	-6.686	-39.720
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034	-6.686	-39.720
5.04	Transações de Capital com os Sócios	79.273	0	0	27.002	0	106.275	0	106.275
5.04.01	Aumentos de Capital	106.275	0	0	0	0	106.275	0	106.275
5.04.08	Absorção de prejuízos de exercícios anteriores	-27.002	0	0	27.002	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.939	0	3.228	0	1.289	4.805	6.094
5.06.04	Lucro do período	0	0	0	18.964	0	18.964	4.805	23.769
5.06.05	Dividendos antecipados	0	0	0	-15.736	0	-15.736	0	-15.736
5.06.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	-1.939	0	0	0	-1.939	0	-1.939
5.07	Saldos Finais	89.789	-3.409	0	-11.850	0	74.530	-1.881	72.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	413.569	294.693
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	417.398	302.818
7.01.02	Outras Receitas	5.650	4.292
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.479	-12.417
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-150.222	-110.917
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.359	-2.172
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-145.863	-108.745
7.03	Valor Adicionado Bruto	263.347	183.776
7.04	Retenções	-9.534	-6.660
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.534	-6.660
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	253.813	177.116
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.381	8.508
7.06.02	Receitas Financeiras	9.381	8.508
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	263.194	185.624
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	263.194	185.624
7.08.01	Pessoal	172.472	100.658
7.08.01.01	Remuneração Direta	118.637	87.176
7.08.01.02	Benefícios	7.893	5.564
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.122	7.918
7.08.01.04	Outros	35.820	0
7.08.01.04.01	Ações concedidas por sócios a funcionários (Dáviva)	29.178	0
7.08.01.04.02	Alienação de ações em tesouraria	6.642	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.021	27.876
7.08.02.01	Federais	27.776	21.224
7.08.02.02	Estaduais	5	5
7.08.02.03	Municipais	8.240	6.647
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.437	33.321
7.08.03.01	Juros	20.466	17.723
7.08.03.02	Aluguéis	21.971	15.598
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.264	23.769
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.278	18.964
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-6.014	4.805

DESTAQUES DO 3T13

- **Abertura de Capital** – A divulgação de resultados deste trimestre marca a entrada da Anima no Novo Mercado, mais alto padrão de governança da BM&FBovespa, abrindo novas possibilidades de crescimento e consolidação;
- **“Partnership” Educacional** – Criamos uma das primeiras, se não a primeira, partnership educacional, uma vez que transferimos 1.579.322 ações para nossos colaboradores e professores, transformando cerca de 2,2 mil pessoas em novos acionistas antes da oferta pública;
- **Processo seletivo recorde** – Isso tudo em um momento operacional positivo, uma vez que neste terceiro trimestre de 2013 realizamos +10,7 mil novas matrículas de graduação, o que representa um crescimento de +16,9% versus o processo seletivo do mesmo período do ano anterior;
- **Forte crescimento da base de alunos** – Seguimos crescendo de forma consistente nossa base de alunos, começando o segundo semestre com 49,4 mil alunos, ou +17,7% de crescimento da base de alunos de graduação e pós graduação;
- **Crescimento de receita líquida** – Em linha com a expansão da base de alunos, conseguimos também um crescimento de receita líquida de +39,4%, sendo que nosso segmento de ensino superior cresceu +31,0%, e a aquisição da HSM adicionou outros +8,4% à nossa base de receita líquida;
- **Expansão de nossa margem Ebitda Ajustada** – conseguimos traduzir este crescimento de nossas receitas em expansão de margens, fechando o 3T13 com uma margem EBITDA Ajustada de 22,3%, ou +7,5 p.p. versus o mesmo período de 2012. Com isto, nosso EBITDA Ajustado de R\$25,8 milhões no trimestre foi +110% acima do reportado no ano passado;
- **Expansão Multi Campi** – Seguimos expandindo nossas operações através de uma estratégia multi-campi de forma bem estruturada. Além da aquisição do novo campus da Una em Betim, em fevereiro de 2013, abrimos ainda uma nova unidade do UniBH em Belo Horizonte em agosto de 2013. Estas duas novas unidades já contam com cerca de 1,5 mil alunos, o que representa aproximadamente 4p.p. do crescimento da base de alunos deste ano de 17,7%. Entramos também com o primeiro pedido de nova faculdade junto ao MEC para nossa expansão para o interior de MG. Assim conciliamos crescimento sobre a mesma base de campi com abertura de novas unidades.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que damos boas-vindas aos nossos novos acionistas nesta primeira divulgação de resultados como uma companhia de capital aberto. Após nossa oferta inicial de ações, contamos com mais de 2,6 mil acionistas entre colaboradores, professores e investidores tanto institucionais quanto pessoas físicas. Com isto damos mais um importante passo para criar uma verdadeira “partnership” educacional, agora com uma base acionária ainda mais sólida para continuar nossa missão de Transformar o País pela Educação, conciliando a oferta de educação superior de qualidade com uma escala crescente!

Em Agosto deste ano fomos premiados pelo terceiro ano consecutivo, através da Una, como uma das 100 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela pesquisa do Great Place to Work Institute. Esta premiação demonstra o cuidado na valorização de nosso principal ativo: nossos professores e colaboradores. Neste sentido, implementamos antes de nossa oferta pública de ações um plano de participação societária (Programa Dádiva) que transformou cerca de 2,2 mil professores e colaboradores da Anima também em acionistas, transferindo 1.579.322 ações para estas pessoas, o que representava antes do IPO 2,64% do capital social e, ao preço de lançamento das ações, o equivalente a R\$ 29,2 milhões. Mais do que um reconhecimento pela contribuição de todos para colocar a Anima entre os grupos educacionais de maior relevância no Brasil, acreditamos que este movimento servirá também como importante alavanca de nossa cultura organizacional. Uma cultura onde empreendedorismo, senso de propriedade, transparência e meritocracia são palavras-chave para o sucesso coletivo. Todos trabalhando por um propósito maior, com incentivos individuais e coletivos alinhados para a sustentabilidade de nossos resultados a longo prazo.

Os resultados do terceiro trimestre demonstram o bom momento de crescimento de nossas receitas, principalmente através da expansão orgânica, mas também via aquisições. Fechamos o terceiro trimestre com uma receita líquida de R\$ 115,9 milhões, o que representa um crescimento de 39,4% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, incluindo a aquisição da HSM. Considerando somente o segmento de Ensino Superior Presencial, uma vez que passamos a consolidar os resultados da HSM somente a partir de abril de 2013, ainda assim crescemos nossa receita líquida em 31,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Isto é fruto de uma sólida expansão de nossa base de alunos, somada a um incremento de nossa mensalidade média, impulsionado tanto pelo repasse da inflação para nossas mensalidades, quanto pelo mix de cursos. A exemplo do que já vínhamos observando nos trimestres anteriores, seguimos com um crescimento mais forte da base de alunos nos cursos com uma mensalidade mais alta, melhorando assim o nosso ticket médio. Este crescimento de receita vem se traduzindo também em ganhos sustentáveis de margem, eficiência e rentabilidade. Fechamos o trimestre com uma margem bruta de 46,3%, um EBITDA Ajustado de R\$ 25,8 milhões e um resultado líquido após participação de não controladores e ajustado por itens não recorrentes de R\$20,5 milhões, que representam 22,3% e 17,7% de margens respectivamente.



Desempenho Financeiro	Consolidado					
	3T13	3T12	%AH	9M13	9M12	%AH
Receita Líquida	115,9	83,2	39,4%	331,2	241,1	37,4%
Lucro Bruto (excl. deprec/amort)	53,7	37,5	43,2%	161,6	113,7	42,1%
<i>Mg. Bruta</i>	<i>46,3%</i>	<i>45,1%</i>	<i>1,3 p.p.</i>	<i>48,8%</i>	<i>47,2%</i>	<i>1,6 p.p.</i>
Ebtida Ajustado	25,8	12,3	109,8%	74,6	47,7	56,4%
<i>Mg. Ebtida</i>	<i>22,3%</i>	<i>14,8%</i>	<i>7,5 p.p.</i>	<i>22,5%</i>	<i>19,8%</i>	<i>2,7 p.p.</i>
Resultado Líquido Ajustado	20,5	6,4	219,2%	57,1	21,9	160,2%
<i>Mg. Líquida</i>	<i>17,7%</i>	<i>7,7%</i>	<i>10,0 p.p.</i>	<i>17,2%</i>	<i>9,1%</i>	<i>8,1 p.p.</i>

No acumulado do ano, até 30 de setembro de 2013, chegamos a uma receita líquida de R\$ 331,2 milhões (+37,4% versus o mesmo período do ano anterior) e um EBITDA Ajustado de R\$ 74,6 milhões (+56,4% versus mesmo período do ano passado), sustentando assim nossa margem EBITDA em 22,5% no acumulado do ano. Encerramos este período com um Resultado Líquido após participações de não controladores e ajustado por itens não recorrentes de R\$57,1 milhões, o que representa um crescimento de +160,2% versus o acumulado nos primeiros 9 meses de 2012.

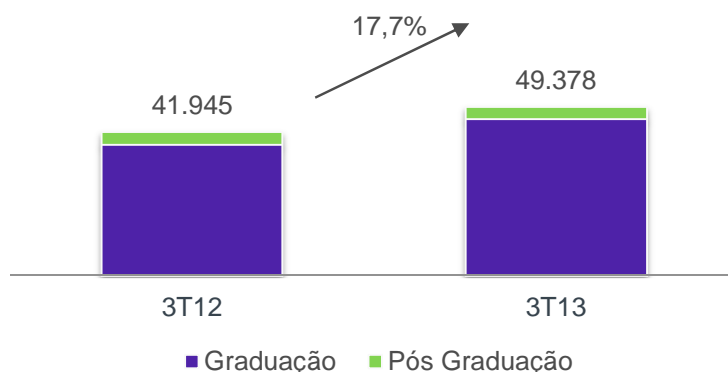
Acreditamos que com nosso posicionamento diferenciado e voltado para qualidade acadêmica, potencializado por uma forte cultura organizacional e por nossa disciplina operacional e orçamentária para executar nosso plano de negócio, seguimos a passos firmes para nos consolidarmos como um grupo educacional de relevância no Brasil. Acreditamos ainda que nesta nova fase, agora como uma companhia de capital aberto no Novo Mercado e como uma verdadeira “partnership” educacional, estamos ainda mais fortalecidos para escrever este novo capítulo na nossa história.

Sejam muito bem-vindos à Anima Educação!

DESEMPENHO OPERACIONAL

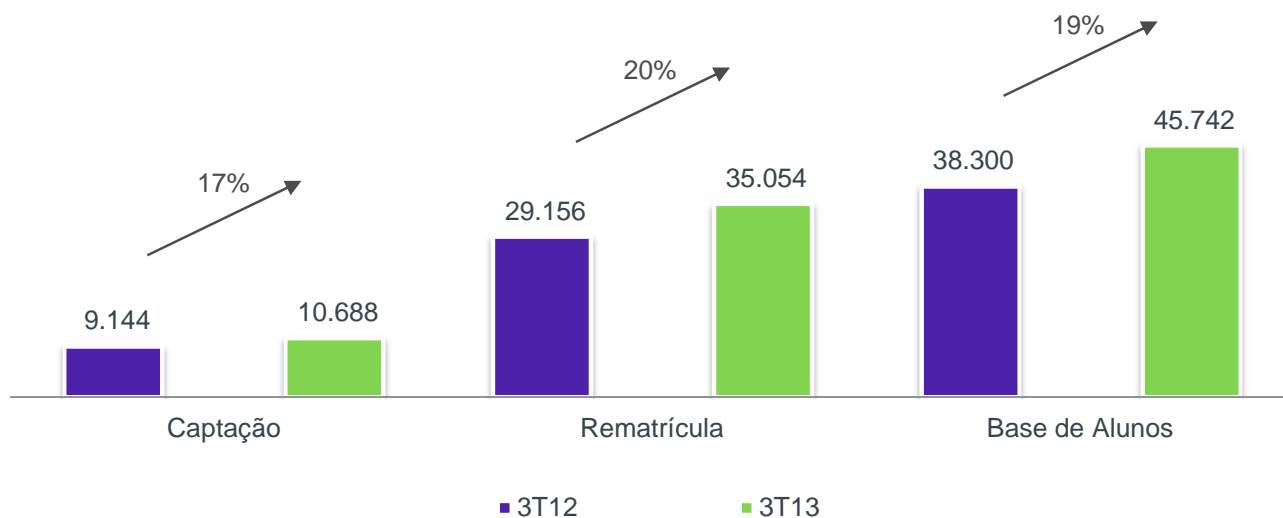
ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL

Começamos o terceiro trimestre de 2013 com uma base de alunos no ensino superior presencial de 49,4 mil alunos, o que representa um crescimento de 17,7% versus o terceiro trimestre de 2012. Nossa base de alunos da graduação segue em um consistente ritmo de crescimento (+19,4%), enquanto que na pós graduação mantivemos o número de alunos estável comparado ao mesmo período do ano passado.

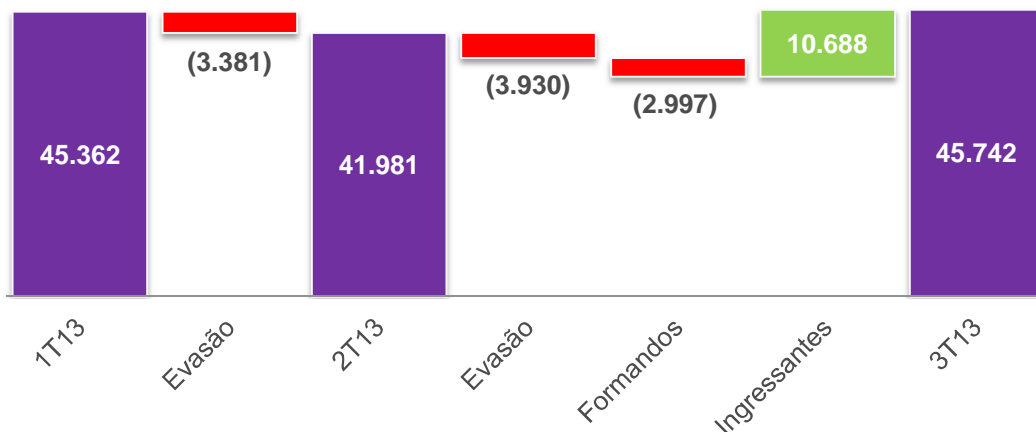


Base de Alunos Graduação

Iniciamos o terceiro trimestre de 2013 com 45,7 mil alunos nos nossos cursos de graduação o que representou um crescimento de 7,4 mil alunos, ou 19,4%, sobre a base de alunos do mesmo trimestre do ano passado. Esse crescimento pode ser explicado principalmente por mais um bem sucedido processo de captação de novos alunos (+16,9% vs. 3T12), em conjunto com um intenso trabalho de retenção em nossas unidades, o que proporcionou um crescimento de 20,2% da base de alunos rematriculados, novamente comparados ao mesmo período de 2012.

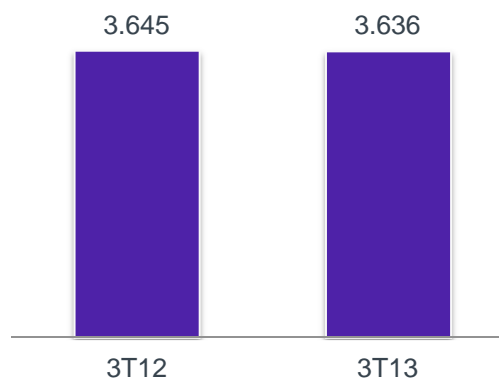


A base de alunos de 45,7 mil do início do terceiro trimestre representa um crescimento de cerca de 1% versus a base do início do ano. Ao longo do primeiro semestre perdemos 7,3 mil alunos por evasão e outros 3 mil alunos concluíram seus respectivos cursos. Isto foi mais do que compensado por mais um processo seletivo recorde no meio de ano, chegando a 10,7 mil novos ingressantes.



Base de Alunos Pós Graduação

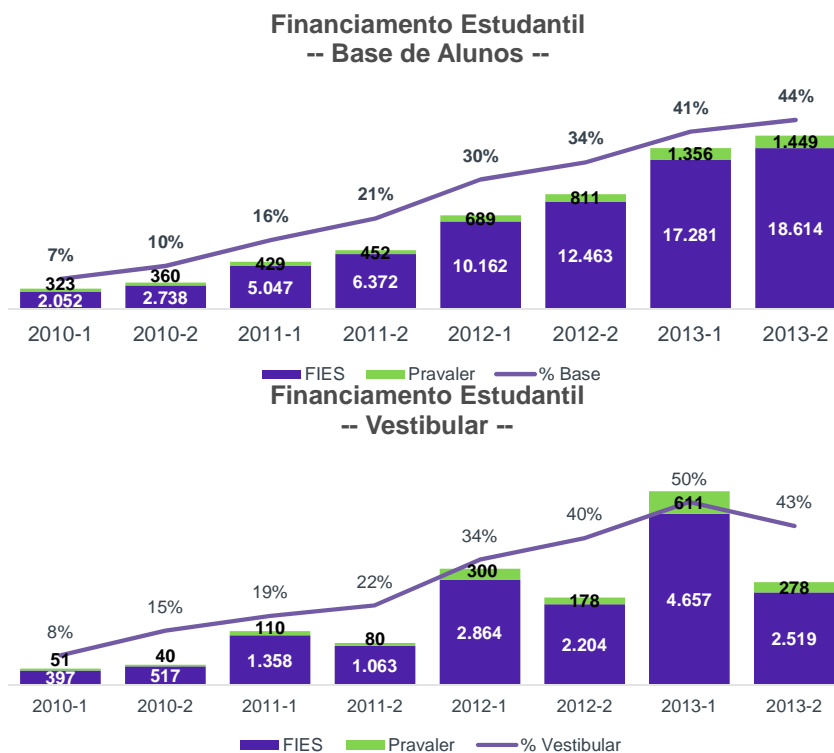
O número médio de alunos matriculados na pós graduação no terceiro trimestre de 2013 manteve-se praticamente estável em relação ao mesmo trimestre do ano passado com cerca de 3,6 mil alunos. Após o processo de reestruturação implementado em 2012, onde centralizamos a gestão da pós graduação como uma unidade de negócio abrigando as marcas UNA, UniBH e Unimonte, seguimos trabalhando para aumentar a nossa captação e alcançar maiores sinergias de custo, ao mesmo tempo em que padronizamos processos, sistemas e controles em uma plataforma unificada.



Financiamento Estudantil

Em linha com a nossa estratégia e posicionamento, continuamos fortemente empenhados em oferecer aos nossos alunos acesso a uma educação de qualidade através dos programas de financiamento estudantil. Seguimos crescendo nossa base de alunos financiada tanto através do programa de financiamento estudantil federal (FIES) quanto através do programa de financiamento privado PRAVALER.

No terceiro trimestre de 2013 já são 20,1 mil alunos com acesso aos programas de financiamento, o que representa 44% da nossa base de alunos e um crescimento de mais de 50% em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando tínhamos 13,3 mil alunos nos programas. Com relação aos calouros, em 30 de setembro tínhamos 43% dos ingressantes financiados por um dos dois programas (FIES ou PRAVALER). Importante destacar que este número ainda pode crescer, uma vez que os alunos podem aderir ao FIES ao longo do semestre.



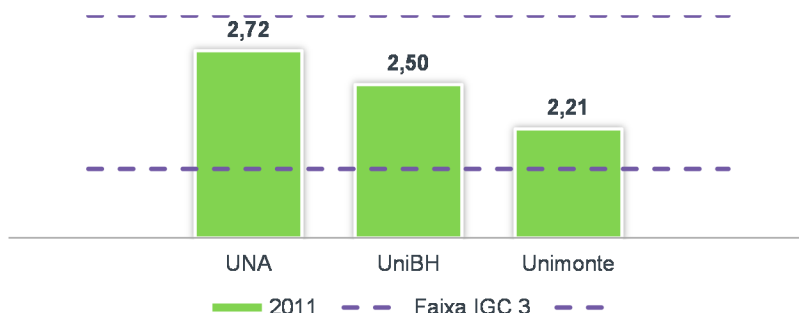
Qualidade Acadêmica

Indicadores de Qualidade Acadêmica Externos

Seguimos melhorando nossos IGCs desde 2008, quando a métrica passou a ser divulgada pelo MEC. Na última avaliação conseguimos conquistar o 1º e 2º lugares entre os melhores centros universitários de Belo Horizonte com a UNA e o UniBH obtendo nota 2,72 e 2,50, respectivamente. Já a Unimonte evoluiu de modo acentuado, dado que em 2008 tinha obtido nota 1,91 e na última avaliação atingiu nota 2,21. Os próximos resultados deverão ser divulgados no último trimestre de 2013, referentes às avaliações realizadas em 2012.

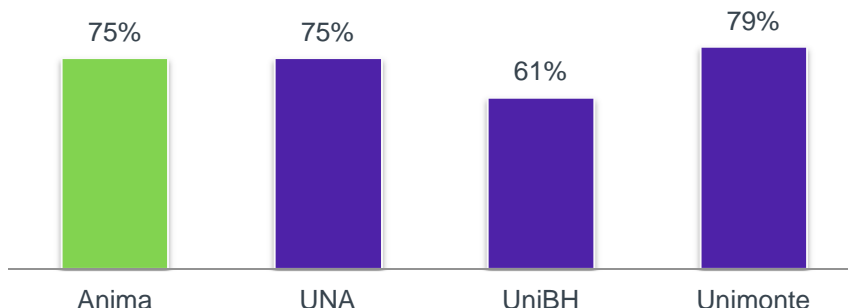


Evolução do IGC

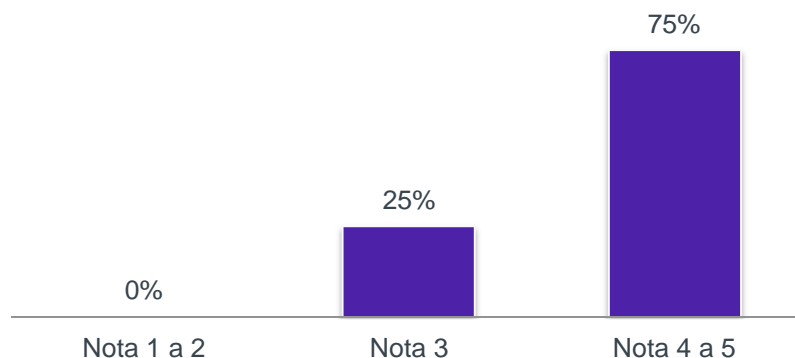


Reconhecendo que os alunos cada vez mais escolhem a instituição com base no desempenho de seu curso de interesse, agregando esta informação à imagem e reputação da instituição como um todo, acompanhamos também o ranking de nossos cursos com a avaliação do Conceito Preliminar de Curso (CPC) comparados aos nossos concorrentes locais. Com base nisto, buscamos colocar nossos cursos sempre entre os 3 melhores colocados privados em suas regiões de atuação. Os resultados abaixo demonstram que a maior parte de nosso portfólio está entre as melhores opções de acordo com os seus respectivos CPC's versus os concorrentes locais.

Cursos Top 3 - CPC



Outra métrica importante de avaliação da qualidade dos nossos cursos é o Conceito de Curso (CC). Ao final do terceiro trimestre de 2013, analisando os últimos 12 meses, 51 cursos foram avaliados com visita in loco, sendo que 100% desses foram avaliados com um conceito de curso maior ou igual a 3, dos quais 75% obtiveram conceitos 4 ou 5. Isso demonstra e reforça o compromisso que a Anima tem em oferecer educação de qualidade.

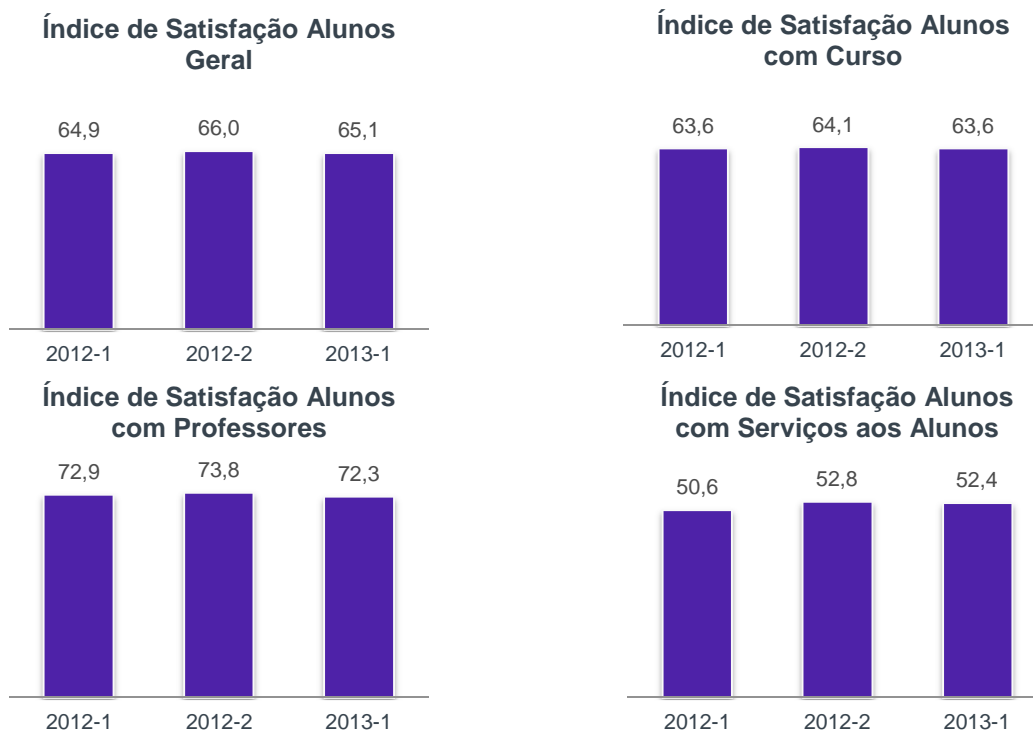


Em outubro deste ano o MEC divulgou os resultados do Enade referente a 2012. Analisando o resultado da Anima como um todo, destacamos que 80% dos nossos cursos apresentaram

conceito satisfatório. Quando analisamos somente Una e UniBH, onde se concentra 92% da nossa receita líquida, o % dos nossos cursos com conceito satisfatório sobe para 91%, mostrando a força de nosso projeto acadêmico nas unidades onde ele já está mais maduro. Seguimos trabalhando para levar os resultados da Unimonte a este mesmo patamar.

Indicadores de Qualidade Acadêmica Internos

Além dos indicadores externos do MEC, temos há 9 anos acompanhado a evolução do índice de satisfação de nossos alunos através dos resultados de nossa pesquisa interna. Acompanhamos três importantes dimensões de satisfação: curso, docentes e serviços ao aluno. A avaliação gera informações granulares que passam a ser uma importante fonte para o desenho de nossos planos de ação internos de melhoria contínua de qualidade. Professores e gestores recebem feedback individualizado sobre o seu desempenho e todos os resultados são divulgados para todos os alunos. Com cerca de 2/3 de participação da base de alunos matriculados, a pesquisa tem considerável aderência estatística. O índice de satisfação representa o percentual de alunos que nos avaliam com notas 4 e 5, em uma escala crescente de satisfação de 1 a 5.



Em resumo, apesar da subjetividade relacionada a definição de qualidade acadêmica, seguimos buscando um conjunto de métricas que, de forma agregada, nos ajudam a quantificar a evolução da qualidade tanto de forma absoluta, ou seja, medindo a evolução de nossos indicadores ao longo do tempo, quanto relativa, ao demonstrar diferenciais reais de qualidade versus nossos concorrentes.

VERTICAL DE GESTÃO - HSM

EVENTOS

O Segmento Vertical de Gestão (HSM) está dividido em três unidades de negócio: Eventos, Educação e Editora.

Na unidade de negócios de Eventos, que deu origem à HSM e que ainda se apresenta como a mais representativa, os resultados alcançados estão alinhados com o nosso planejamento anual. Conforme previsto, realizaremos no ano 8 grandes eventos: a Expo Management que ocorreu no início de Novembro, outros 5 Fóruns HSM e 2 seminários.

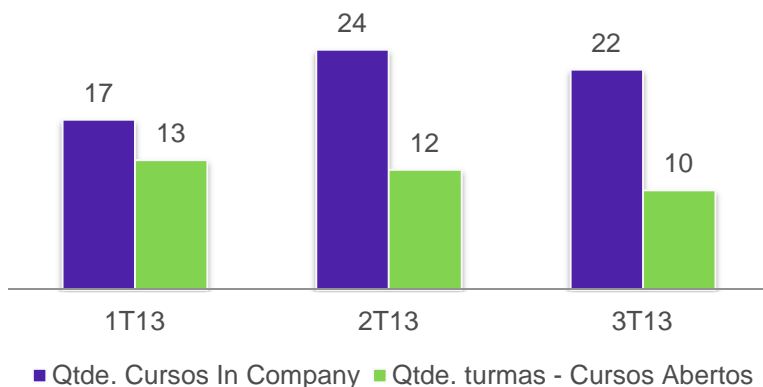
	1T13	2T13	3T13	4T13	2013
Fóruns		3	2		5
Expo Management				1	1
Seminários / Outros			1	1	2
Total de Eventos	-	3	3	2	8

O calendário do ano não incluía nenhum evento no primeiro trimestre. Além dos 3 Fóruns já realizados no segundo trimestre de 2013 (Liderança, Family Business e Estratégia), no terceiro trimestre realizamos ainda dois fóruns (Inovação e Negociação) e um seminário com John Davis em Fortaleza. Para o quarto trimestre temos planejado, além da Expo Management, principal evento do ano, um Special Management Program (SMP) com Ram Charam no início de Dezembro. As vendas para os eventos já realizados somam 2,5 mil ingressos a um valor médio de R\$3,9 mil por participante.

EDUCAÇÃO

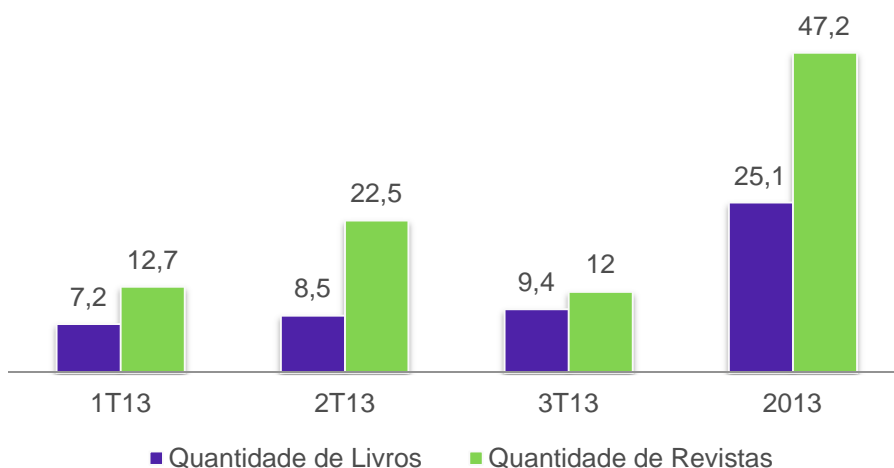
Na unidade de negócio de Educação, desenvolvemos cursos específicos e customizados para atender às necessidades dos nossos clientes no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes, que são denominados cursos In Company. Ao final do terceiro trimestre de 2013, estávamos com 22 cursos em andamento.

Ainda na unidade de negócio de Educação, desenvolvemos e disponibilizamos cursos abertos ao público, como o MBA em Gestão Empresarial, os Executive Development Programs (EDP) e também cursos com parceiros estratégicos da HSM, envolvendo diversas temáticas voltadas à gestão. Ao final do terceiro trimestre estávamos com 10 turmas em andamento entre MBA's e EDP's.



EDITORA

Em relação às publicações da unidade de negócio editorial, apresentamos no acumulado do ano mais de 25 mil livros de gestão vendidos, além de mais de 47 mil exemplares das revistas HSM Management, sendo que tivemos 1 edição no primeiro e terceiro trimestres e 2 edições no segundo trimestre. Enxergamos esta unidade de negócio como uma importante ferramenta de construção da marca HSM.



DESEMPENHO FINANCEIRO

Resultados do 3T13

Valores em R\$ (milhões)	3T13					
	Consolidado	% AV	Ensino Superior	% AV	Vertical de Gestão	% AV
Receita Bruta	146,2	126,1%	138,4	127,0%	7,8	113,0%
Descontos, Deduções & Bolsas	(27,2)	-23,5%	(26,8)	-24,5%	(0,5)	-6,5%
Impostos & Taxas	(3,1)	-2,7%	(2,6)	-2,4%	(0,4)	-6,5%
Receita Líquida	115,9	100,0%	109,0	100,0%	6,9	100,0%
Total de Custos	(62,2)	-53,7%	(57,7)	-52,9%	(4,5)	-64,7%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	53,7	46,3%	51,3	47,1%	2,4	35,3%
Despesas Comerciais	(5,1)	-4,4%	(5,1)	-4,7%	(0,0)	-0,2%
- PDD	(2,3)	-2,0%	(2,7)	-2,5%	0,4	5,6%
- Marketing	(2,8)	-2,4%	(2,4)	-2,2%	(0,4)	-5,8%
Despesas Gerais & Administrativas	(15,2)	-13,1%	(10,3)	-9,4%	(4,9)	-70,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1,2)	-1,0%	(0,9)	-0,8%	(0,3)	-3,7%
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,2	1,9%	2,2	2,1%	0,0	0,0%
Resultado Operacional	34,5	29,7%	37,2	34,2%	(2,7)	-39,5%
- Despesas Corporativas	(8,6)	-7,5%				
EBITDA Ajustado	25,8	22,3%				
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(2,2)	-1,9%				
(-) Itens Não-Recorrentes	(35,8)	-30,9%				
EBITDA	(12,2)	-10,5%				
Depreciação & Amortização	(3,6)	-3,1%				
EBIT	(15,8)	-13,6%				
Resultado Financeiro Líquido	(2,2)	-1,9%				
EBT	(18,0)	-15,5%				
Imposto de Renda & CSLL	0,0	0,0%				
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	(18,0)	-15,5%				
Participação dos acionistas não controladores	2,7	2,3%				
Resultado Líquido	(15,3)	-13,2%				
(-) Itens Não-Recorrentes	35,8	30,9%				
Resultado Líquido	20,5	17,7%				

Resultados de 9M13

Valores em R\$ (milhões)	9M13					
	Consolidado	% AV	Ensino Superior	% AV	Vertical de Gestão	% AV
Receita Bruta	417,4	126,0%	396,8	126,8%	20,6	113,7%
Descontos, Deduções & Bolsas	(77,7)	-23,5%	(76,3)	-24,4%	(1,3)	-7,4%
Impostos & Taxas	(8,6)	-2,6%	(7,4)	-2,4%	(1,1)	-6,3%
Receita Líquida	331,2	100,0%	313,1	100,0%	18,1	100,0%
Total de Custos	(169,5)	-51,2%	(158,2)	-50,5%	(11,3)	-62,6%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	161,6	48,8%	154,9	49,5%	6,8	37,4%
Despesas Comerciais	(18,5)	-5,6%	(16,0)	-5,1%	(2,5)	-13,9%
- PDD	(9,5)	-2,9%	(9,6)	-3,1%	0,2	0,9%
- Marketing	(9,1)	-2,7%	(6,4)	-2,0%	(2,7)	-14,8%
Despesas Gerais & Administrativas	(39,8)	-12,0%	(30,4)	-9,7%	(9,3)	-51,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6,0)	-1,8%	(5,8)	-1,9%	(0,2)	-1,0%
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	4,4	1,3%	4,4	1,4%		0,0%
Resultado Operacional	101,6	30,7%	106,9	34,2%	(5,3)	-29,1%
- Despesas Corporativas	(27,0)	-8,2%				
EBITDA Ajustado	74,6	22,5%				
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(4,4)	-1,3%				
(-) Itens Não-Recorrentes	(38,8)	-11,7%				
EBITDA	31,4	9,5%				
Depreciação & Amortização	(9,5)	-2,9%				
EBIT	22,0	6,6%				
Resultado Financeiro Líquido	(11,1)	-3,3%				
EBT	10,9	3,3%				
Imposto de Renda & CSLL	1,4	0,4%				
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	12,3	3,7%				
Participação dos acionistas não controladores	6,0	1,8%				
Resultado Líquido	18,3	5,5%				
(-) Itens Não-Recorrentes	38,8	11,7%				
Resultado Líquido Ajustado	57,1	17,2%				

DESEMPENHO FINANCEIRO – ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL

Valores em R\$ (milhões)	Ensino Superior									
	3T13	% AV	3T12	% AV	% AH	9M13	% AV	9M12	% AV	% AH
Receita Bruta	138,4	127,0%	105,2	126,5%	31,6%	396,8	126,8%	302,8	125,6%	31,0%
Descontos, Deduções & Bolsas	(26,8)	-24,5%	(20,0)	-24,0%	33,9%	(76,3)	-24,4%	(55,9)	-23,2%	36,6%
Impostos & Taxas	(2,6)	-2,4%	(2,0)	-2,4%	30,8%	(7,4)	-2,4%	(5,9)	-2,4%	26,4%
Receita Líquida	109,0	100,0%	83,2	100,0%	31,0%	313,1	100,0%	241,1	100,0%	29,9%
Total de Custos	(57,7)	-52,9%	(45,7)	-54,9%	26,4%	(158,2)	-50,5%	(127,3)	-52,8%	24,2%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	51,3	47,1%	37,5	45,1%	36,7%	154,9	49,5%	113,7	47,2%	36,2%
Despesas Comerciais	(5,1)	-4,7%	(5,4)	-6,5%	-5,9%	(16,0)	-5,1%	(18,0)	-7,4%	-10,7%
Despesas Gerais & Administrativas	(10,3)	-9,4%	(9,6)	-11,6%	6,7%	(30,4)	-9,7%	(24,1)	-10,0%	26,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(0,9)	-0,8%	(4,5)	-5,4%	-79,9%	(5,8)	-1,9%	(9,9)	-4,1%	-40,8%
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,2	2,1%	2,2	2,6%	3,3%	4,4	1,4%	5,2	2,1%	-15,7%
Resultado Operacional	37,2	34,2%	20,1	24,2%	85,0%	106,9	34,2%	66,9	27,8%	59,7%

Receita Líquida

A receita líquida no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$109,0 milhões e apresentou um crescimento de 31,0% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo aumento da nossa base de alunos de 18%, devido ao aumento das captações através dos nossos vestibulares e pelo crescimento da nossa base de matrícula. Outros fatores que contribuíram para o crescimento da receita líquida foram o aumento médio de 7% das mensalidades, além da melhoria no mix de nossos cursos.

No acumulado dos nove meses de 2013, reportamos uma receita líquida de R\$313,1 milhões o que representa um crescimento de 29,9% em relação ao mesmo período de 2012.

Ticket Médio

Valores em R\$	Ensino Superior		
	9M13	9M12	% AH
Ticket Médio¹	R\$ 896	R\$ 816	+9,9%

¹ Receita Bruta Acumulada ÷ Média de Alunos de Iniciou do 1S e 2S.

O ticket médio bruto de 2013 foi de R\$896 e apresentou um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Conforme mencionado acima, esse crescimento pode ser explicado pelo reajuste da mensalidade pela inflação em 7% e 2,9% pelo melhor mix dos nossos cursos.

Total dos Custos e Lucro Bruto

Valores em R\$ (milhões)	Ensino Superior									
	3T13	% AV	3T12	% AV	% AH	9M13	% AV	9M12	% AV	% AH
Receita Líquida	109,0	100,0%	83,2	100,0%	31,0%	313,1	100,0%	241,1	100,0%	29,9%
Total de Custos	(57,7)	-52,9%	(45,7)	-54,9%	26,4%	(158,2)	-50,5%	(127,3)	-52,8%	24,2%
- Pessoal	(44,4)	-40,8%	(34,5)	-41,5%	28,8%	(118,2)	-37,8%	(93,6)	-38,8%	26,4%
- Serviços de Terceiros	(2,4)	-2,2%	(1,6)	-1,9%	48,4%	(6,6)	-2,1%	(7,5)	-3,1%	-11,2%
- CMV	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
- Aluguel & Ocupação	(7,2)	-6,6%	(6,3)	-7,5%	15,3%	(22,7)	-7,2%	(18,2)	-7,5%	24,5%
- Outras	(3,7)	-3,4%	(3,3)	-4,0%	11,7%	(10,7)	-3,4%	(8,1)	-3,4%	31,6%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	51,3	47,1%	37,5	45,1%	36,7%	154,9	49,5%	113,7	47,2%	36,2%

Os custos dos serviços prestados, excluindo gastos de depreciação e amortização, no terceiro trimestre de 2013, totalizaram R\$ 57,7 milhões e apresentaram um crescimento de 26,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando analisamos os custos em relação à receita líquida, notamos um ganho de 2,0 p.p., sendo que 0,7 p.p. se referem ao ganho com custos com docentes e apoio acadêmico e refletem a capacidade de nosso modelo acadêmico de continuar entregando ganhos de eficiência. Contribuem também para este ganho de margem a diluição de custos fixos como aluguéis e outros custos em 1,3 p.p., traduzindo o nosso crescimento da receita em ganhos de margem operacional.

Como resultado do crescimento da nossa receita líquida e da nossa eficiência no gerenciamento dos nossos custos, o lucro bruto no terceiro trimestre de 2013 totalizou R\$51,3 milhões com uma margem bruta de 47,1% sobre a receita líquida.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013, reportamos um lucro bruto de R\$154,9 milhões com uma margem bruta de 49,5% o que representou um ganho de 2,3 p.p sobre a receita líquida em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro Bruto por Unidade 9M13

Valores em R\$ (milhões)	9M13							
	Ensino Superior	% AV	UNA	% AV	UNIBH	% AV	UNIMONTE	% AV
Receita Bruta	396,8	126,8%	207,5	124,2%	155,0	127,9%	34,3	138,6%
Descontos, Deduções & Bolsas	(76,3)	-24,4%	(36,2)	-21,7%	(31,1)	-25,7%	(9,0)	-36,2%
Impostos & Taxas	(7,4)	-2,4%	(4,2)	-2,5%	(2,7)	-2,2%	(0,6)	-2,4%
Receita Líquida	313,1	100,0%	167,1	100,0%	121,2	100,0%	24,8	100,0%
Total de Custos	(158,2)	-50,5%	(85,1)	-50,9%	(58,7)	-48,4%	(14,4)	-58,0%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	154,9	49,5%	82,0	49,1%	62,5	51,6%	10,4	42,0%

Reportamos os resultados acumulados até o terceiro trimestre de 2013 com a contribuição de cada uma das nossas 3 unidades na receita e no lucro bruto total. Da receita total de R\$313,1 milhões do segmento de ensino superior, a Una contribuiu com R\$167,1 milhões, ou 53%, a UniBH contribuiu com R\$121,2 milhões, ou 39%, e a Unimonte contribuiu com R\$24,8 milhões ou 8% da

receita líquida total. Em relação à margem bruta da Una, UniBH e Unimonte, observamos as margens de 49,1%, 51,6% e 42,0% respectivamente.

Despesas Operacionais

Valores em R\$ (milhões)	Ensino Superior									
	3T13	% AV	3T12	% AV	% AH	9M13	% AV	9M12	% AV	% AH
Receita Líquida	109,0	100,0%	83,2	100,0%	31,0%	313,1	100,0%	241,1	100,0%	29,9%
Total de Custos	(57,7)	-52,9%	(45,7)	-54,9%	26,4%	(158,2)	-50,5%	(127,3)	-52,8%	24,2%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	51,3	47,1%	37,5	45,1%	36,7%	154,9	49,5%	113,7	47,2%	36,2%
Despesas Comerciais	(5,1)	-4,7%	(5,4)	-6,5%	-5,9%	(16,0)	-5,1%	(18,0)	-7,4%	-10,7%
- PDD	(2,7)	-2,5%	(3,7)	-4,4%	-25,9%	(9,6)	-3,1%	(12,4)	-5,2%	-22,4%
- Marketing	(2,4)	-2,2%	(1,8)	-2,1%	35,7%	(6,4)	-2,0%	(5,5)	-2,3%	15,4%
Despesas Gerais & Administrativas	(10,3)	-9,4%	(9,6)	-11,6%	6,7%	(30,4)	-9,7%	(24,1)	-10,0%	26,1%
- Pessoal	(6,4)	-5,8%	(5,4)	-6,4%	18,6%	(18,0)	-5,8%	(12,4)	-5,1%	45,8%
- Serviços de Terceiros	(0,9)	-0,8%	(1,3)	-1,6%	-31,8%	(3,0)	-1,0%	(4,2)	-1,7%	-27,6%
- Aluguel & Ocupação	(0,2)	-0,2%	(0,4)	-0,4%	-50,0%	(0,8)	-0,3%	(1,0)	-0,4%	-18,0%
- Outras	(2,9)	-2,6%	(2,6)	-3,2%	8,9%	(8,5)	-2,7%	(6,6)	-2,7%	30,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(0,9)	-0,8%	(4,5)	-5,4%	-79,9%	(5,8)	-1,9%	(9,9)	-4,1%	-40,8%
- Provisões	(1,1)	-1,0%	(6,1)	-7,3%	-82,3%	(10,5)	-3,4%	(13,7)	-5,7%	-23,5%
- Impostos & Taxas	(0,3)	-0,2%	(0,2)	-0,3%	21,2%	(0,6)	-0,2%	(0,4)	-0,2%	46,0%
- Outras receitas operacionais	0,4	0,4%	1,8	2,2%	-76,1%	5,3	1,7%	4,3	1,8%	23,3%
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,2	2,1%	2,2	2,6%	3,3%	4,4	1,4%	5,2	2,1%	-15,7%
Resultado Operacional	37,2	34,2%	20,1	24,2%	85,0%	106,9	34,2%	66,9	27,8%	59,7%

Despesas Comerciais

No terceiro trimestre de 2013 as despesas comerciais totalizaram R\$5,1 milhões, ou 4,7% da receita líquida, o que representou uma redução de R\$0,3 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, explicados pela redução de gastos com PDD em R\$1,0 milhão, apesar dos maiores gastos com marketing em R\$0,6 milhões.

Os maiores gastos em marketing estão relacionados a ações para intensificar a campanha de captação de alunos para o segundo semestre, além da nossa estratégia de fortalecimento das nossas marcas. O aumento dos gastos de marketing acumulados nos nove meses do ano refletem esta aceleração no terceiro trimestre, visto que no primeiro semestre de 2013 apresentávamos um mesmo patamar de despesa de marketing em relação ao primeiro semestre de 2012.

A redução no valor da provisão para devedores duvidosos (PDD) se refere principalmente à redução do aging médio da nossa carteira de recebíveis fruto do bom desempenho da nossa área de gestão da inadimplência. Além disso, mudanças de mix, como o aumento do número de alunos com FIES e uma menor participação da pós graduação no total de alunos, contribuíram para um % menor de provisão no trimestre.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013, as despesas comerciais totalizaram R\$16,0 milhões, ou 5,1% da receita líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$18,0 milhões ou 7,4% da receita líquida.

Despesas Gerais e Administrativas

As nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$10,3 milhões no terceiro trimestre de 2013 o que representou um aumento de R\$0,7 milhões, ou 6,7%, em relação ao mesmo período de 2012. A variação pode ser explicada principalmente pela expansão do quadro administrativo com o crescimento da empresa.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013, as nossas despesas gerais e administrativas foram de R\$ 30,4 milhões e aumentaram R\$6,3 milhões principalmente pelo aumento de despesas com pessoal em R\$5,7 milhões, em parte compensada por uma redução de despesas com serviços de terceiros no valor de R\$1,2 milhões. Outro fator que contribuiu para este aumento, além da expansão do quadro administrativo e aumentos salariais por dissídio coletivo, foi o pagamento de um valor maior do nosso plano de remuneração variável referente ao exercício de 2012, em conjunto com a provisão que está sendo feita a partir deste ano referente ao pagamento que ocorrerá em 2014.

As outras despesas gerais e administrativas também contribuíram com um crescimento de R\$1,9 milhões para o aumento desta rubrica, principalmente pelo aumento das despesas com a comissão do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) e com a comissão do Programa PRAVALER refletindo o aumento de alunos com financiamento estudantil na nossa base total conforme citado anteriormente.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No terceiro trimestre de 2013 reportamos como total de outras despesas operacionais o valor de R\$0,9 milhões, sendo R\$1,3 milhões de despesas com provisões para contingências e impostos e taxas e R\$0,4 milhões de outras receitas operacionais. No mesmo período de 2012, esta rubrica totalizou uma despesa de R\$4,5 milhões, sendo R\$6,3 milhões de despesas com provisões, impostos e taxas e R\$1,8 milhões de receitas operacionais.

As despesas reduziram em virtude das provisões para contingências no valor de R\$5,0 milhões, principalmente por um volume menor de novas provisões trabalhistas e cíveis. Por outro lado, reportamos um valor menor de outras receitas operacionais em R\$1,4 milhões, principalmente pela redução das receitas com locação de espaços e salas e pelo fato de termos tido uma receita de permuta no valor de R\$0,5 milhões no terceiro trimestre de 2012 e que não ocorreu no mesmo período de 2013.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, as outras despesas operacionais totalizaram R\$5,8 milhões e representaram uma melhoria de R\$4,1 milhões em relação ao mesmo período de 2012, tanto pela redução de despesas com provisões para contingências e impostos e taxas em R\$3,1 milhões, como também pelo aumento das outras receitas operacionais em R\$1,0 milhão.

Resultado Operacional

Considerando o forte crescimento da receita, a eficiência na gestão dos nossos custos como resultado de nosso modelo acadêmico e nossa cultura orçamentária, o resultado operacional do terceiro trimestre foi de R\$ 37,2 milhões, ou 85%, em relação ao mesmo período do ano passado e com uma margem operacional de 34,2% que representa um ganho de 10,0 p.p..

No acumulado do ano, o resultado operacional foi de R\$106,9 milhões, ou 34,2% da receita líquida. Isto representa um crescimento de 59,7% e um ganho de 6,4 p.p. de margem em relação ao mesmo período do ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO – VERTICAL DE GESTÃO (HSM)

Valores em R\$ (milhões)	Vertical Gestão (HSM)			
	3T13	% AV	9M13	% AV
Receita Bruta	7,8	113,0%	20,6	113,7%
Descontos, Deduções & Bolsas	(0,5)	-6,5%	(1,3)	-7,4%
Impostos & Taxas	(0,4)	-6,5%	(1,1)	-6,3%
Receita Líquida	6,9	100,0%	18,1	100,0%
Total de Custos	(4,5)	-64,7%	(11,3)	-62,6%
- Pessoal	(0,7)	-9,9%	(1,4)	-7,6%
- Serviços de Terceiros	(1,0)	-14,7%	(3,7)	-20,3%
- CMV	(0,2)	-3,0%	(0,4)	-2,1%
- Aluguel & Ocupação	(0,9)	-13,0%	(2,5)	-13,7%
- Outras	(1,7)	-24,2%	(3,4)	-19,0%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	2,4	35,3%	6,8	37,4%
Despesas Comerciais	(0,0)	-0,2%	(2,5)	-13,9%
- PDD	0,4	5,6%	0,2	0,9%
- Marketing	(0,4)	-5,8%	(2,7)	-14,8%
Despesas Gerais & Administrativas	(4,9)	-70,9%	(9,3)	-51,6%
- Pessoal	(2,6)	-38,0%	(5,6)	-30,9%
- Serviços de Terceiros	(1,2)	-18,0%	(2,1)	-11,9%
- Aluguel & Ocupação	(0,3)	-4,0%	(0,4)	-2,1%
- Outras	(0,8)	-10,9%	(1,2)	-6,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(0,3)	-3,7%	(0,2)	-1,0%
- Provisões	(0,0)	-0,3%	(0,0)	-0,1%
- Impostos & Taxas	(0,3)	-4,3%	(0,4)	-2,0%
- Outras receitas operacionais	0,1	0,9%	0,2	1,1%
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Resultado Operacional	(2,7)	-39,5%	(5,3)	-29,1%

No final de março de 2013, adquirimos o controle das empresas que compõe o grupo HSM, por meio da BR Educação Executiva, que detém uma participação de 50% destas empresas, sendo que os resultados da HSM passaram a ser consolidados em nosso balanço a partir de 01 de abril de 2013.

No terceiro trimestre de 2013 a receita líquida atingiu R\$ 6,9 milhões, sendo que neste período foram realizados os Fóruns de Inovação e de Negociação, em São Paulo, e o Seminário sobre Empresas Familiares com John Davis, em Fortaleza. No total, estes 3 eventos geraram uma receita líquida de R\$ 3,8 milhões, sendo R\$ 0,9 milhões de patrocínios e R\$ 2,9 milhões em inscrições e tickets vendidos. No segmento de educação, a receita líquida atingiu R\$ 2,0 milhões, sendo R\$ 1,4 milhões de cursos In Company e R\$ 0,6 milhões de cursos abertos próprios e através da rede de instituições conveniada à HSM. O segmento editorial, por sua vez, atingiu R\$ 1,1 milhão.

O lucro bruto do terceiro trimestre totalizou R\$ 2,4 milhões, o que representa 35,3% da receita líquida, e foi composto por R\$ 1,4 milhões de eventos, R\$ 0,2 milhão no segmento da Educação e R\$ 0,8 milhão da operação editorial. Dada a sazonalidade da HSM, este lucro bruto foi insuficiente para cobrir os R\$ 5,1 milhões de gastos gerais, administrativos e comerciais, o que levou a um resultado operacional negativo de R\$ 2,7 milhões no período. Esta sazonalidade do negócio da HSM se dá principalmente ao fato de que seu principal evento, a ExpoManagement, que corresponde a cerca de 50% da receita total, ocorre no quarto trimestre do ano.

Lucro Bruto por Unidade 9M13

Valores em R\$ (milhões)	9M13							
	Vertical de Gestão	% AV	EVENTOS	% AV	EDUCAÇÃO	% AV	EDITORIA	% AV
Receita Líquida	18,1	100,0%	11,3	100,0%	4,2	100,0%	2,6	100,0%
Total de Custos	(11,3)	-62,6%	(6,8)	-60,2%	(3,5)	-83,3%	(1,0)	-40,0%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	6,8	37,4%	4,5	39,8%	0,7	16,7%	1,6	60,0%

No acumulado até o terceiro trimestre a receita líquida totalizou R\$ 18,1 milhões, sendo que em eventos foram realizados 5 Fóruns e um Seminário, que geraram uma receita líquida de R\$ 11,3 milhões, sendo R\$ 2,2 milhões de patrocínios e R\$ 9,1 milhões de inscrições. A receita líquida do segmento de educação totalizou R\$ 4,2 milhões, sendo R\$ 3,2 milhões de cursos in company e R\$ 1,0 milhão de cursos abertos. No segmento editorial a receita líquida chegou a R\$ 2,6 milhões.

O lucro bruto no acumulado do ano até o terceiro trimestre foi de R\$ 6,8 milhões, ou 37,4% da receita líquida, sendo composto por R\$ 4,5 milhões de eventos, R\$ 0,7 milhão no segmento da Educação e R\$ 1,6 milhões de produtos editoriais. As despesas gerais, administrativas e comerciais atingiram R\$ 12,1 milhões, levando a HSM a apresentar um resultado operacional negativo de R\$ 5,3 milhões no período.

Após 6 meses com a gestão da HSM, seguimos confiantes com relação às potenciais oportunidades para melhoria do desempenho desta nova unidade de negócio. No segmento de Eventos, confirmamos a força da marca HSM dentro do meio corporativo e junto aos grandes gurus de negócios e gestão. Nosso foco agora está em melhorar a rentabilidade dos eventos já consolidados. Por outro lado vemos grande potencial de crescimento no segmento de educação,

principalmente através da oferta de programas customizados para empresas (In Company) alavancando o nosso expertise na área educacional.

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA COMPANHIA

Valores em R\$ (milhões)	Consolidado Anima									
	3T13	% AV	3T12	% AV	% AH	9M13	% AV	9M12	% AV	% AH
Receita Bruta	146,2	126,1%	105,2	126,5%	39,0%	417,4	126,0%	302,8	125,6%	37,8%
Descontos, Deduções & Bolsas	(27,2)	-23,5%	(20,0)	-24,0%	36,2%	(77,7)	-23,5%	(55,9)	-23,2%	39,0%
Impostos & Taxas	(3,1)	-2,7%	(2,0)	-2,4%	53,0%	(8,6)	-2,6%	(5,9)	-2,4%	45,9%
Receita Líquida	115,9	100,0%	83,2	100,0%	39,4%	331,2	100,0%	241,1	100,0%	37,4%
Total de Custos	(62,2)	-53,7%	(45,7)	-54,9%	36,2%	(169,5)	-51,2%	(127,3)	-52,8%	33,1%
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	53,7	46,3%	37,5	45,1%	43,2%	161,6	48,8%	113,7	47,2%	42,1%
Despesas Comerciais	(5,1)	-4,4%	(5,4)	-6,5%	-5,7%	(18,5)	-5,6%	(18,0)	-7,4%	3,3%
Despesas Gerais & Administrativas	(15,2)	-13,1%	(9,6)	-11,6%	57,8%	(39,8)	-12,0%	(24,1)	-10,0%	64,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1,2)	-1,0%	(4,5)	-5,4%	-74,2%	(6,0)	-1,8%	(9,9)	-4,1%	-39,0%
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,2	1,9%	2,2	2,6%	3,3%	4,4	1,3%	5,2	2,1%	-15,7%
Resultado Operacional	34,5	29,7%	20,1	24,2%	71,4%	101,6	30,7%	66,9	27,8%	51,8%
- Corporativas	(8,6)	-7,5%	(7,8)	-9,4%	10,7%	(27,0)	-8,2%	(19,3)	-8,0%	40,4%
EBITDA Ajustado	25,8	22,3%	12,3	14,8%	109,8%	74,6	22,5%	47,7	19,8%	56,4%
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(2,2)	-1,9%	(2,2)	-2,6%	3,3%	(4,4)	-1,3%	(5,2)	-2,1%	-15,7%
(-) Itens Não-Recorrentes	(35,8)	-30,9%	(1,2)	-1,4%	2926,5%	(38,8)	-11,7%	(3,0)	-1,2%	1205,6%
EBITDA	(12,2)	-10,5%	9,0	10,8%	-236,3%	31,4	9,5%	39,5	16,4%	-20,5%
Depreciação & Amortização	(3,6)	-3,1%	(2,3)	-2,7%	56,7%	(9,5)	-2,9%	(6,7)	-2,8%	42,2%
EBIT	(15,8)	-13,6%	6,7	8,0%	-336,0%	22,0	6,6%	32,9	13,6%	-33,2%
Resultado Financeiro Líquido	(2,2)	-1,9%	(1,0)	-1,2%	116,9%	(11,1)	-3,3%	(9,2)	-3,8%	20,3%
EBT	(18,0)	-15,5%	5,7	6,8%	-418,3%	10,9	3,3%	23,7	9,8%	-54,1%
Imposto de Renda & CSLL	0,0	0,0%	0,0	0,1%	-29,4%	1,4	0,4%	0,1	0,0%	1256,8%
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	(18,0)	-15,5%	5,7	6,9%	-415,1%	12,3	3,7%	23,8	9,9%	-48,4%
Participação dos acionistas não controladores	2,7	2,3%	(0,5)	-0,6%		6,0	1,8%	(4,8)	-2,0%	
Resultado Líquido	(15,3)	-13,2%	5,2	6,3%	-392,7%	18,3	5,5%	19,0	7,9%	-3,6%
(-) Itens Não-Recorrentes	35,8	30,9%	1,2	1,4%	2926,5%	38,8	11,7%	3,0	1,2%	1205,6%
Resultado Líquido Ajustado	20,5	17,7%	6,4	7,7%	219,2%	57,1	17,2%	21,9	9,1%	160,2%

DESPESAS CORPORATIVAS

No terceiro trimestre de 2013 as despesas corporativas totalizaram R\$8,6 milhões ou 7,5% da receita líquida. Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, as despesas corporativas aumentaram R\$0,8 milhões, ou 10,7%, alinhados com a expansão planejada do nosso quadro administrativo além dos aumentos salariais por dissídios coletivos.

No acumulado do ano, as despesas corporativas totalizaram R\$27,0 milhões e representaram 8,2% da receita líquida do período. Em relação ao mesmo período do ano anterior, as despesas corporativas, no entanto, aumentaram R\$7,7 milhões. Esse aumento pode ser explicado principalmente pela expansão do quadro de funcionários, dado que seguimos centralizando

funções em busca de ganhos de escala, e pelos aumentos salariais por dissídio coletivo em cerca de R\$4,6 milhões. Contribuiu também para este aumento das despesas corporativas, o aumento no valor do nosso plano de remuneração variável em R\$1,4 milhões, devido à provisão que passamos a fazer este ano referente ao pagamento que será feito em 2014, além de uma parte do valor de 2012 que havia sido contabilizado somente no quarto trimestre.

EBTIDA E EBTIDA AJUSTADO

Valores em R\$ (milhões)	3T13	3T12	% AH	9M13	9M12	% AH
Receita Líquida	115,9	83,2	39,4%	331,2	241,1	37,4%
Resultado Líquido Ajustado	20,5	6,4	219,2%	57,1	21,9	160,2%
(-) Itens Não-Recorrentes	35,8	1,2	2926,5%	38,8	3,0	1205,6%
Resultado Líquido	(15,3)	5,2	-392,7%	18,3	19,0	-3,6%
Participação dos acionistas não controladores	2,7	(0,5)	-663,5%	6,0	(4,8)	-225,2%
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	(18,0)	5,7	-415,1%	12,3	23,8	-48,4%
(+) Imposto de Renda & CSLL	(0,0)	(0,0)	-29,4%	(1,4)	(0,1)	1256,8%
(+) Resultado Financeiro Líquido	2,2	1,0	116,9%	11,1	9,2	20,3%
(+) Depreciação e Amortização	3,6	2,3	56,7%	9,5	6,7	42,2%
EBITDA	(12,2)	9,0	-236,3%	31,4	39,5	-20,5%
Margem Ebitda	-10,5%	10,8%	-21,3 p.p.	9,5%	16,4%	-6,9 p.p.
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,2	2,2	3,3%	4,4	5,2	-15,7%
(-) Itens Não-Recorrentes	35,8	1,2	2926,5%	38,8	3,0	1205,6%
EBITDA AJUSTADO	25,8	12,3	109,8%	74,6	47,7	56,4%
Margem Ebitda ajustado	22,3%	14,8%	7,5 p.p.	22,5%	19,8%	2,7 p.p.

Reportamos um EBITDA ajustado no terceiro trimestre de 2013 de R\$ 25,8 milhões com uma margem de 22,3% sobre a receita líquida. Esse resultado representa um crescimento de R\$13,5 milhões, ou mais de 100%, em relação ao mesmo período de 2012 e um ganho de 7,5 p.p em margem sobre a receita líquida.

O EBITDA ajustado no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013 foi de R\$74,6 milhões com uma margem de 22,5% sobre a receita líquida e um crescimento de R\$ 26,9 milhões ou 56,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

ITENS NÃO RECORRENTES

Valores em R\$ (milhões)	Consolidado Anima	
	3T13	9M13
Reestruturação HSM	-	3,0
Perda na venda de ações em tesouraria	6,6	6,6
Programa Dívida	29,2	29,2
Total de itens N Recorrentes	35,8	38,8

Ao final do terceiro trimestre de 2013, apresentamos em nossas demonstrações itens de natureza contábil, não recorrentes e sem efeito em caixa no valor de R\$35,8 milhões, sendo R\$29,2 milhões referentes ao Projeto Dádiva, de iniciativa de dois Acionistas da Companhia, que transferiram ações particulares para cerca de 2,2 mil colaboradores e professores, que, assim se converteram em acionistas da Anima, havendo, ainda, outros R\$6,6 milhões referentes à venda com deságio de ações em tesouraria.

Em 24 de setembro de 2013 os Acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, em um ato de gratidão pessoal, doaram e/ou venderam a preços históricos 1.579.322 ações de seu patrimônio particular diretamente a 2,3 mil colaboradores e professores, para que os mesmos pudessem se tornar acionistas da Companhia. Tais transferências se deram por ato de exclusiva liberalidade dos acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, que celebraram tais negócios jurídicos diretamente com os adquirentes ou donatários, não se tratando, portanto, de programa de benefícios ou ato da Companhia. Na contabilidade fiscal da Companhia elaborada pelo regime RTT (regime tributário de transição), para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira, tal natureza jurídica foi observada.

No entanto, para fins de contabilização por critérios contábeis internacionais, conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. (CPC e IFRS), o valor de mercado de tais ações doadas e/ou alienadas pelos referidos acionistas foi considerado como reserva de capital e a entrega das ações foi considerada como parte integrante das despesas da Companhia. O efeito prático desta movimentação contábil foi um aumento na conta de reserva de capital de R\$29,2 milhões, que, ato contínuo, foi reduzida por um lançamento de despesa operacional, não recorrente e sem efeito caixa, no mesmo valor. Com isto, o ajuste gerou um efeito contábil de despesa operacional, sem, no entanto, impactar nem o caixa, nem o patrimônio líquido da companhia.

O outro evento societário capturado neste grupo de itens não recorrentes inclui o ajuste negativo entre o valor de aquisição e o valor de venda de 10.560 ações que se encontravam em tesouraria e que após o desdobramento de ações representam 359.040 ações, foram transferidas para Sr. Ryon Cássio Braga, pessoa que, por sua reputação e conhecimento, constitui um sócio estratégico para a Companhia.

Consideramos a vinda do Sr. Ryon Braga uma grande vantagem competitiva para a Anima, dado seu profundo conhecimento sobre o setor de educação, onde vinha atuando como consultor por mais de 15 anos sendo, ainda, sócio estratégico para implantação de nosso plano de crescimento via aquisições.

A transferência de tais ações teve natureza societária, não se confundindo com qualquer política de benefícios da Companhia para colaboradores ou prestadores de serviços.

Na contabilidade fiscal da Companhia elaborada pelo regime RTT (regime tributário de transição), para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira, tal natureza jurídica foi observada.

No entanto, para fins de ajustar a contabilidade aos critérios contábeis internacionais, conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. (CPC e IFRS), o valor de mercado de tais ações foi considerado como parte integrante das despesas da Companhia. Tal ajuste não altera o

patrimônio líquido, nem o caixa da Companhia, e também não houve emissão de novas ações ou qualquer diluição societária.

Desta forma, ao ajustar a contabilidade a tais critérios, consideramos estes itens como parte de nossos resultados operacionais, mas, ao mesmo tempo, expurgamos tais efeitos do EBITDA e do lucro líquido da companhia, transmitindo, assim, uma visão mais apurada da real geração de caixa e rentabilidade de nossas operações durante o terceiro trimestre de 2013.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013, totalizamos itens não recorrentes no valor de R\$38,8 milhões, que considera, além dos efeitos descritos acima, um valor de R\$3,0 milhões de gastos não recorrentes incorridos durante a reestruturação da HSM, que já haviam sido reconhecidos no resultado do segundo trimestre de 2013.

RESULTADO FINANCEIRO

Valores em R\$ (milhões)	Consolidado Ânima			
	3T13	3T12	9M13	9M12
(+) Receita Financeira	5,8	3,5	9,5	8,5
Receita com juros de mensalidades	2,2	2,2	4,3	5,2
Receita com aplicações financeiras	2,5	1,1	4,7	2,4
Outras	1,1	0,2	0,5	0,9
(-) Despesa Financeira	(8,0)	(4,6)	(20,5)	(17,7)
Despesa de juros com empréstimos	(5,0)	(1,5)	(10,1)	(9,3)
Despesa de juros com tributos	(0,8)	(0,8)	(2,0)	(3,4)
Outros	(2,3)	(2,3)	(8,4)	(5,0)
Resultado Financeiro	(2,2)	(1,0)	(11,1)	(9,2)

No terceiro trimestre de 2013, apresentamos um resultado financeiro líquido negativo de R\$2,2 milhões ante um resultado negativo de R\$1,0 milhão no mesmo período de 2012. Essa variação é decorrente de uma receita financeira maior em R\$ 2,2 milhões, principalmente advindas de receitas com aplicações financeiras. As despesas financeiras, no entanto, subiram R\$3,4 milhões, advindas principalmente por despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o resultado financeiro ficou negativo em R\$11,1 milhões ante um resultado financeiro negativo de R\$9,2 milhões do mesmo período de 2012. A receita financeira aumentou R\$0,9 milhões, enquanto as despesas financeiras subiram em R\$2,8 milhões.

RESULTADO LÍQUIDO

Valores em R\$ (milhões)	3T13	3T12	9M13	9M12
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	(18,0)	5,7	12,3	23,8
Participação dos acionistas não controladores	2,7	(0,5)	6,0	(4,8)
Resultado Líquido	(15,3)	5,2	18,3	19,0
(-) Itens Não-Recorrentes	35,8	1,2	38,8	3,0
Resultado Líquido Ajustado	20,5	6,4	57,1	21,9

O resultado líquido ajustado no terceiro trimestre de 2013 totalizou R\$20,5 milhões com uma margem de 17,7% sobre a receita líquida. Em relação ao mesmo período do ano passado, o resultado líquido ajustado apresentou um crescimento de R\$14,1 milhões, ou 219,2%, quando apresentamos um lucro líquido de R\$6,4 milhões e uma margem de 7,7%.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013, o nosso resultado líquido ajustado foi de R\$57,1 milhões com uma margem de 17,2% sobre a receita líquida. Em relação ao mesmo período do ano passado, o lucro líquido apresentou um crescimento de R\$35,2 milhões, ou 160,2%, quando apresentamos um lucro líquido de R\$21,9 milhões e uma margem de 9,1%.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Valores em R\$ (milhões)	Consolidado Anima		
	3T13	3T12	2T13
Total de Disponibilidades	125,4	40,5	125,1
Caixa	12,9	40,5	20,3
Aplicações Financeiras	112,6	0,0	104,8
Total de Empréstimos e Financiamentos	164,8	55,2	165,7
Curto prazo	20,6	20,5	11,5
Longo prazo	144,3	34,7	154,2
Disponibilidade (Dívida) Líquida ¹	(39,4)	(14,7)	(40,5)
Outras Obrigações de Curto e Longo Prazo	106,7	69,1	106,8
Disponibilidade (Dívida) Líquida ²	(146,1)	(83,8)	(147,3)

¹ Disponibilidade considerando apenas as obrigações bancárias.

² Disponibilidade considerando todas as obrigações de curto e longo prazos relacionadas ao pagamento de parcelamentos tributários e às aquisições.

Ao final do terceiro trimestre de 2013 apresentamos um total em caixa e equivalentes de caixa de R\$125,4 milhões indicando um crescimento de R\$ 84,9 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e praticamente em linha com a posição de 30 de junho de 2013. Da mesma forma, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$164,8 milhões, apresentando um crescimento de R\$109,6 milhões em relação ao ano anterior, originados de contratos de longo prazo.

Sendo assim, nosso endividamento líquido no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$39,4 milhões, praticamente estável em relação ao segundo trimestre de 2013 e R\$ 24,7 milhões maior em

relação ao mesmo período de 2012. Isto representava uma alavancagem (dívida líquida ÷ EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses) de 0.5x ao final do terceiro trimestre de 2013.

Considerando as outras obrigações, como títulos a pagar de aquisições e parcelamento tributário, nosso endividamento líquido é de R\$146,1 milhões no terceiro trimestre de 2013, enquanto que para o mesmo período de 2012 o valor era de R\$83,8 milhões. Levando em consideração as outras obrigações, nossa alavancagem em 30 de setembro de 2013 era de 1,8x EBTIDA Ajustado (últimos 12 meses).

CONTAS A RECEBER e PMR

Ao final do terceiro trimestre de 2013, o contas a receber líquido totalizou R\$74,0 milhões apresentando um crescimento de R\$5,2 milhões, ou 7,6%, em relação ao mesmo período de 2012, bastante inferior ao crescimento de 37,4% da receita para este mesmo período, demonstrando uma melhoria no perfil dos nossos recebíveis. O aumento aconteceu principalmente nas faixas de recebíveis até 180 dias com um aumento de R\$15,3 milhões, que foi em parte compensada por uma redução dos recebíveis nas faixas acima de 180 dias em um valor de R\$10,1 milhões.

	9M13	9M12	Variação
Contas a Receber Líquido	74.005	68.792	5.213
a vencer	49.107	33.439	15.668
até 180 d	17.459	17.793	- 334
de 180 a 360 d	4.684	7.920	- 3.236
de 361 a 720 d	2.755	9.135	- 6.380
há mais de 721 d	-	506	- 506

Ao analisarmos os prazos médios de recebimento considerando todos os segmentos, observamos uma redução de 77 para 60 dias, principalmente pelo impacto do segmento não FIES, onde essa redução foi de 77 para 50 dias. No segmento FIES, também observamos uma queda menos acentuada de 78 para 72 dias.



Total	9M13	9M12	Varição
Contas a Receber Líquido	74.005	68.792	5.213
Receita Líquida	331.163	241.076	90.087
PMR (Dias)	60	77	- 17

FIES	9M13	9M12	Varição
Contas a Receber Líquido	33.482	19.685	13.797
Receita Líquida	126.238	68.266	57.972
PMR (Dias)	72	78	- 6

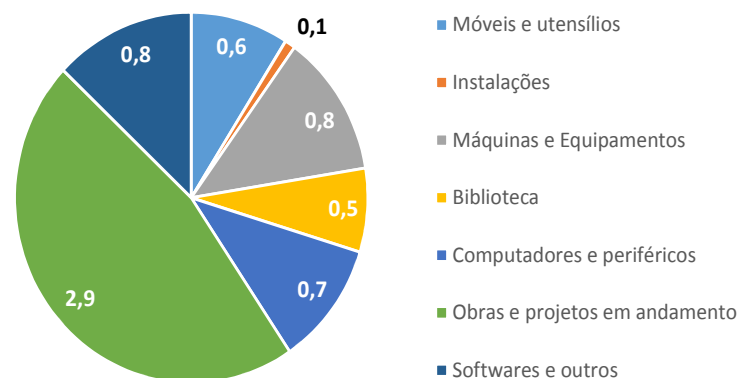
Não FIES	9M13	9M12	Varição
Contas a Receber Líquido	34.784	49.107	- 14.323
Receita Líquida	186.813	172.810	14.003
PMR (Dias)	50	77	- 26

HSM	9M13	9M12	Varição
Contas a Receber Líquido	5.739	-	5.739
Receita Líquida	18.112	-	18.112
PMR (Dias)	57	-	57

INVESTIMENTOS (CAPEX)

No terceiro trimestre de 2013, nossos investimentos totalizaram R\$ 6,2 milhões e representaram 5,3% da receita líquida. Este valor inclui R\$3,7 milhões (3,2% sobre a receita líquida) de investimentos de manutenção e outros R\$2,5 milhões (2,1% sobre a receita líquida) de investimentos em projetos de expansão, principalmente com os novos campi Cristiano Machado do UniBH e Linha Verde da Una, além do campus Vila Mathias da Unimonte.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2013, investimos um montante de R\$ 19,1 milhões, ou 5,8% da receita líquida, o que representa um crescimento de R\$ 5,0 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, quando investimos R\$14,1 milhões. Os investimentos de manutenção no acumulado do ano representaram 3,9% da receita líquida, ou R\$12,9 milhões, enquanto que os gastos com projetos de expansão representaram outros 1,9%, ou R\$6,2 milhões.



FLUXO DE CAIXA

	3T13	3T12	9M13	9M12
Resultado Líquido	(15,3)	5,2	18,3	19,0
Participação dos acionistas não controladores	(2,7)	0,5	(6,0)	4,8
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	(18,0)	5,7	12,3	23,8
Depreciação & Amortização	3,6	2,3	9,5	6,7
Despesas com juros e atualização monetária	6,6	0,6	8,0	4,8
Provisão para riscos trabalhistas, tributário e cíveis	(2,5)	5,6	5,3	11,1
Outros ajustes ao resultado líquido	35,2	(0,0)	34,9	(0,1)
Geração de Caixa Operacional	24,9	14,2	70,0	46,3
Δ Contas a receber/PDD	(15,4)	(18,9)	(22,0)	(23,9)
Δ Outros ativos/passivos	1,9	(3,4)	16,5	(1,2)
Varição de capital de giro	(13,5)	(22,4)	(5,5)	(25,2)
Geração de Caixa Livre antes CAPEX	11,4	(8,2)	64,5	21,1
CAPEX - Imobilizado	(5,4)	(5,0)	(17,5)	(13,0)
CAPEX - Intangível	(0,8)	(0,3)	(2,0)	(0,9)
Geração de Caixa Livre	5,2	(13,4)	45,1	7,2
Atividades de Financiamento/Investimentos	(12,4)	(6,9)	(21,7)	32,5
Aquisições	(0,3)	0,0	(16,0)	0,0
Caixa líquido (aplicado) Gerado nas Atividades de Financiamento	(12,6)	(6,9)	(37,7)	32,5
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7,4)	(20,3)	7,4	39,7
Caixa e Aplicações Financeiras no início do período	20,3	61,1	5,5	0,8
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12,9	40,5	12,9	40,5
Aplicações Financeiras no fim do período	112,6	0,0	112,6	0,0
Total de Disponibilidades no fim do período	125,4	40,5	125,4	40,5

Chegamos a 30 de setembro de 2013 com um total de disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$125,4 milhões. Nossa Geração de Caixa Operacional, antes de Capital de Giro e Capex no terceiro trimestre, ficou em R\$24,9 milhões, o que representa 96% do EBITDA Ajustado. Neste trimestre, a variação do capital de giro foi de R\$13,5 milhões, principalmente pelo incremento de nosso contas a receber, em especial do contas a receber FIES, comparados ao fechamento de 30 de junho de 2013. Investimos ainda R\$6,2 milhões em CAPEX, tanto para manutenção de nossas atividades (R\$3,7 milhões) quanto para os projetos de expansão (R\$2,5 milhões). Desta forma, nossa conversão de caixa (Geração de Caixa Livre ÷ EBITDA Ajustado) ficou em 20%. Atividades de financiamento consumiram R\$12,4 milhões enquanto que as amortizações das parcelas referentes à compra da UNA Betim consumiram R\$0,3 milhão no período.

Fechamos o terceiro trimestre de 2013 com uma Geração de Caixa Operacional de R\$70,0 milhões acumulada no ano. Isto representa 94% do EBITDA Ajustado no mesmo período. Neste

mesmo período consumimos R\$5,5 milhões em capital de giro operacional e outros R\$19,5 milhões em CAPEX, incluindo tanto os investimento de manutenção quanto os projetos de expansão. Com isto, tivemos uma geração de caixa livre, antes das atividades de financiamento e dos pagamentos por aquisições de R\$45,1 milhões. Este montante representa uma conversão de caixa (Geração de Caixa Livre ÷ EBITDA Ajustado) de 60% no período. Consumimos ainda 21,7 milhões em amortizações de empréstimos e financiamentos, e outros R\$16 milhões na amortização das aquisições da HSM e Una Betim. Os valores acumulados no ano incluem ainda as amortizações de títulos a pagar da RNE (empresa que foi objeto da reorganização societária implementada em maio de 2013) para o período em que ainda fazia parte do grupo econômico.

ANEXO 1 – RECONCILIAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO TRIMESTRAL

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	3T13					
	DRE Gerencial	Depreciação & Amortização	Corporativas	Multa & Juros Mensalidades	Itens Não Recorrentes	DRE Societária
Receita Bruta	146,2					146,2
Descontos, Deduções & Bolsas	(27,2)					(27,2)
Impostos & Taxas	(3,1)					(3,1)
Receita Líquida	115,9					115,9
Total de Custos	(62,2)	(1,8)	0,0	0,0	(2,2)	(66,3)
- Pessoal	(45,1)				(2,2)	(47,3)
- Serviços de Terceiros	(3,4)					(3,4)
- CMV	(0,2)					(0,2)
- Aluguel & Ocupação	(8,1)					(8,1)
- Outras	(5,4)	(1,8)				(7,2)
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	53,7	(1,8)	0,0	0,0	(2,2)	49,7
Despesas Comerciais	(5,1)		(0,0)			(5,1)
- Marketing	(2,3)		(0,0)			(2,3)
- PDD	(2,8)		0,0			(2,8)
Despesas Gerais & Administrativas	(15,2)	(1,7)	(24,5)	0,0	(17,4)	(58,8)
- Pessoal	(9,0)		(22,1)		(17,4)	(48,4)
- Serviços de Terceiros	(2,1)		(1,4)			(3,5)
- Aluguel & Ocupação	(0,5)		(0,2)			(0,7)
- Outras	(3,6)	(1,7)	(0,9)			(6,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1,2)	0,0	(0,3)	0,0	0,0	(1,5)
- Provisões	(1,1)		(0,2)			(1,3)
- Impostos & Taxas	(0,6)		(0,0)			(0,6)
- Outras receitas operacionais	0,5		(0,2)			0,3
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,2			(2,2)		0,0
Resultado Operacional	34,5	(3,6)	(24,9)	(2,2)	(19,6)	(15,8)
- Corporativas	(8,6)		24,9		(16,2)	0,0
EBITDA Ajustado	25,8	(3,6)	0,0	(2,2)	(35,8)	(15,8)
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(2,2)			2,2		0,0
(-) Itens Não-Recorrentes	(35,8)				35,8	0,0
EBITDA	(12,2)	(3,6)	0,0	0,0	0,0	(15,8)
Depreciação & Amortização	(3,6)	3,6				0,0
EBIT	(15,8)	0,0	0,0	0,0	0,0	(15,8)
Resultado Financeiro Líquido	(2,2)					(2,2)
EBT	(18,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	(18,0)
Imposto de Renda & CSLL	0,0					0,0
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	(18,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	(18,0)
Participação dos acionistas não controladores	2,7					2,7
Resultado Líquido	(15,3)	0,0	0,0	0,0	0,0	(15,3)
(-) Itens Não-Recorrentes	35,8				(35,8)	0,0
Resultado Líquido Ajustado	20,5	0,0	0,0	0,0	(35,8)	(15,3)

ANEXO 2 – RECONCILIAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO 9M13

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	9M13					
	DRE Gerencial	Depreciação & Amortização	Corporativas	Multa & Juros Mensalidades	Itens Não Recorrentes	DRE Societária
Receita Bruta	417,4					417,4
Descontos, Deduções & Bolsas	(77,7)					(77,7)
Impostos & Taxas	(8,6)					(8,6)
Receita Líquida	331,2					331,2
Total de Custos	(169,5)	(5,5)	0,0	0,0	(3,1)	(178,2)
- Pessoal	(119,6)				(2,7)	(122,3)
- Serviços de Terceiros	(10,3)					(10,3)
- CMV	(0,4)					(0,4)
- Aluguel & Ocupação	(25,1)				(0,2)	(25,3)
- Outras	(14,1)	(5,5)			(0,3)	(19,9)
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	161,6	(5,5)	0,0	0,0	(3,1)	153,0
Despesas Comerciais	(18,5)		(0,0)			(18,6)
- Marketing	(9,5)		(0,0)			(9,5)
- PDD	(9,1)		0,0			(9,1)
Despesas Gerais & Administrativas	(39,8)	(3,9)	(42,2)	0,0	(19,5)	(105,4)
- Pessoal	(23,6)		(33,5)		(19,5)	(76,6)
- Serviços de Terceiros	(5,2)		(4,8)			(10,0)
- Aluguel & Ocupação	(1,2)		(0,4)			(1,6)
- Outras	(9,7)	(3,9)	(3,6)			(17,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6,0)	0,0	(1,0)	0,0	0,0	(7,0)
- Provisões	(10,5)		(0,6)			(11,1)
- Impostos & Taxas	(1,0)		(0,5)			(1,5)
- Outras receitas operacionais	5,5		0,0			5,5
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	4,4			(4,4)		0,0
Resultado Operacional	101,6	(9,5)	(43,2)	(4,4)	(22,6)	22,0
- Corporativas	(27,0)		43,2		(16,2)	(0,0)
EBITDA Ajustado	74,6	(9,5)	0,0	(4,4)	(38,8)	22,0
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(4,4)					(4,4)
(-) Itens Não-Recorrentes	(38,8)				38,8	0,0
EBITDA	31,4	(9,5)	0,0	(4,4)	0,0	17,6
Depreciação & Amortização	(9,5)	9,5				0,0
EBIT	22,0	0,0	0,0	(4,4)	0,0	17,6
Resultado Financeiro Líquido	(11,1)			4,4		(6,7)
EBT	10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	10,9
Imposto de Renda & CSLL	1,4					1,4
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	12,3	0,0	0,0	0,0	0,0	12,3
Participação dos acionistas não controladores	6,0					6,0
Resultado Líquido	18,3	0,0	0,0	0,0	0,0	18,3
(-) Itens Não-Recorrentes	38,8				(38,8)	0,0
Resultado Líquido	57,1	0,0	0,0	0,0	(38,8)	18,3

ANEXO 3 – RECONCILIAÇÃO DA REAPRESENTAÇÃO DO 1º SEMESTRE 2013 E 2012

Em relação à divulgação dos resultados do 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012 apresentados anteriormente, optamos por reapresentar os resultados considerando algumas reclassificações entre contas para refletir uma avaliação mais acurada do nosso resultado. Estas reclassificações não alteram os resultados de EBITDA e resultado líquido previamente apresentados.

Despesas Corporativas

Reapresentamos os valores de despesas corporativas do primeiro semestre de 2013, que passaram de R\$8,8 milhões na divulgação anterior para R\$18,4 milhões nesta reapresentação. O ajuste de R\$9,6 milhões nas despesas corporativas reflete a reclassificação de despesas do centro de serviços compartilhados que estavam, na divulgação anterior, rateadas dentro das despesas operacionais das unidades. Este aumento foi totalmente compensado por reduções nas rubricas de despesas com pessoal (R\$9,4 milhões), aluguel e ocupação (R\$0,1 milhão) e outras despesas (R\$0,1 milhão) das unidades. Em relação ao primeiro semestre de 2012, estas reclassificações representaram um aumento de R\$2,0 milhões nas despesas corporativas, que passaram de R\$9,5 milhões para R\$11,5 milhões. Este aumento foi totalmente compensado por uma redução de R\$3,1 milhões nas despesas gerais e administrativas, e um aumento de R\$1,1 milhão nas outras despesas operacionais.

Reclassificação Custo x Despesa HSM

Após a integração da HSM em nosso Centro de Serviços Compartilhados, identificamos oportunidades de melhorar os critérios previamente adotados para alocação de gastos entre custo e despesas operacionais. Desta forma, optamos por reapresentar os números do primeiro semestre da HSM, com uma reclassificação que reduziu os custos no período em R\$3,1 milhões. Reduzimos ainda as despesas com marketing em R\$0,1 milhão. Estas reduções foram totalmente compensadas por um aumento nas despesas gerais e administrativas de cerca de R\$3,2 milhões. Desta forma, tanto o EBITDA quanto o resultado líquido permaneceram inalterados no período.

Reclassificação Custo x Despesa Ensino Superior

Aproveitamos a oportunidade para rever também alguns dos critérios de classificação entre custos e despesas no segmento de Ensino Superior. Desta forma, reclassificamos R\$0,4 milhão de custo para despesa no primeiro semestre de 2013, e cerca de R\$1,2 milhão de despesa para custo no primeiro semestre de 2012. Acreditamos que com estas reclassificações parametrizadas em nossos sistemas operacionais, melhoramos ainda mais a qualidade de nossas informações financeiras.

1º semestre de 2013

Valores em R\$ (milhões)	Consolidado Anima				1S13 Reapresentado
	1S13	Despesas Corporativas	Reclassificação custo x despesa HSM	Reclassificação custo x despesa Ensino Superior	
Receita Bruta	271,2				271,2
Descontos, Deduções & Bolsas	(50,5)				(50,5)
Impostos & Taxas	(5,5)				(5,5)
Receita Líquida	215,3	0,0	0,0	0,0	215,3
Total de Custos	(110,0)		3,1	(0,4)	(107,3)
- Pessoal	(77,6)		3,1	0,1	(74,5)
- Serviços de Terceiros	(7,9)		1,0		(6,9)
- CMV	(0,6)		0,4		(0,2)
- Aluguel & Ocupação	(15,6)		(0,9)	(0,5)	(17,0)
- Outras	(8,3)		(0,4)		(8,7)
Lucro Bruto (excluindo deprec./amort.)	105,3	0,0	3,1	(0,4)	107,9
Despesas Comerciais	(13,7)	0,0	0,1	0,1	(13,4)
- PDD	(7,1)				(7,1)
- Marketing	(6,6)		0,1	0,1	(6,3)
Despesas Gerais & Administrativas	(30,7)	9,7	(3,3)	(0,3)	(24,6)
- Pessoal	(21,0)	9,4	(3,0)	(0,1)	(14,6)
- Serviços de Terceiros	(3,3)		(0,7)	0,9	(3,1)
- Aluguel & Ocupação	(1,0)	0,1	0,1		(0,8)
- Outras	(5,4)	0,1	0,3	(1,1)	(6,1)
Outras Receitas	(5,4)	(0,1)	0,0	0,6	(4,9)
(Despesas) Operacionais	(9,4)				(9,4)
- Provisões	(9,4)				(9,4)
- Impostos & Taxas	(1,0)	(0,0)		0,5	(0,4)
- Outras receitas operacionais	5,0	(0,1)		0,1	5,0
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	2,1				2,1
Resultado Operacional	57,6	9,6	(0,0)	0,0	67,2
- Corporativas	(8,8)	(9,6)			(18,4)
EBITDA Ajustado	48,7				48,7
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(2,1)				(2,1)
(-) Itens Não-Recorrentes	(3,0)				(3,0)
EBITDA	43,6				43,6
Depreciação & Amortização	(5,9)				(5,9)
EBIT	37,7				37,7
Resultado Financeiro Líquido	(8,9)				(8,9)
EBT	28,9				28,9
Imposto de Renda & CSLL	1,4				1,4
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	30,2				30,2
Participação dos acionistas não controladores	3,4				3,4
Resultado Líquido	33,6				33,6
(-) Itens Não-Recorrentes	3,0				3,0
Resultado Líquido Ajustado	36,6				36,6

1º semestre de 2012

Valores em R\$ (milhões)	Consolidado Anima				1S12 Reapresentado
	1S12	Despesas Corporativas	Reclassificação custo x despesa HSM	Reclassificação custo x despesa Ensino Superior	
Receita Bruta	197,6				197,6
Descontos, Deduções & Bolsas	(35,9)				(35,9)
Impostos & Taxas	(3,8)				(3,8)
Receita Líquida	157,9	0,0	0,0	0,0	157,9
Total de Custos	(82,9)			1,2	(81,7)
- Pessoal	(59,2)			0,2	(59,1)
- Serviços de Terceiros	(6,1)			0,2	(5,9)
- CMV	0,0				0,0
- Aluguel & Ocupação	(12,2)			0,3	(11,9)
- Outras	(5,4)			0,6	(4,8)
Lucro Bruto (excluindo deprec./amort.)	75,0	0,0	0,0	1,2	76,2
Despesas Comerciais	(12,8)	0,0	0,0	0,3	(12,5)
- PDD	(8,7)				(8,7)
- Marketing	(4,1)	0,0		0,3	(3,8)
Despesas Gerais & Administrativas	(15,5)	3,1	0,0	(2,1)	(14,5)
- Pessoal	(9,0)	2,2		(0,2)	(7,0)
- Serviços de Terceiros	(3,8)			0,9	(2,9)
- Aluguel & Ocupação	(0,7)	(0,2)		0,2	(0,7)
- Outras	(2,0)	1,1		(3,1)	(3,9)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4,9)	(1,1)	0,0	0,6	(5,4)
- Provisões	(7,6)				(7,6)
- Impostos & Taxas	(0,2)				(0,2)
- Outras receitas operacionais	3,0	(1,1)		0,6	2,5
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	3,0				3,0
Resultado Operacional	44,9	2,0	0,0	0,0	46,8
- Corporativas	(9,5)	(2,0)			(11,5)
EBITDA Ajustado	35,4				35,4
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(3,0)				(3,0)
(-) Itens Não-Recorrentes	(1,8)				(1,8)
EBITDA	30,6				30,6
Depreciação & Amortização	(4,4)				(4,4)
EBIT	26,2				26,2
Resultado Financeiro Líquido	(8,2)				(8,2)
EBT	18,0				18,0
Imposto de Renda & CSLL	0,1				0,1
Resultado Líquido Antes dos Acionistas Não Controladores	18,1				18,1
Participação dos acionistas não controladores	(4,3)				(4,3)
Resultado Líquido	13,7				13,7
(-) Itens Não-Recorrentes	1,8				1,8
Resultado Líquido Ajustado	15,5				15,5

Balanço IFRS

Ativo	3T13	4T12	2T13	Passivo	3T13	4T12	2T13
Ativo Circulante	212,9	59,4	190,6	Passivo Circulante	117,7	70,6	99,1
Caixa e equivalentes de caixa	12,9	5,5	20,3	Fornecedores	14,7	8,6	13,4
Aplicações financeiras	112,6	-	104,8	Empréstimos e financiamentos	20,6	12,2	11,5
Contas a receber	73,1	45,9	56,9	Obrigações sociais e salariais	33,7	19,0	27,1
Adiantamentos diversos	1,8	6,5	3,0	Obrigações tributárias	4,6	4,0	4,6
Dividendos a receber	-	-	-	Adiantamentos de clientes	25,5	10,0	23,2
Impostos e contribuições a recuperar	2,6	-	3,3	Parcelamento de impostos e contribuições	3,4	3,1	3,4
Outros ativos circulantes	10,0	1,6	2,3	Títulos a pagar	15,3	12,4	15,5
				Outros passivos circulantes	0,0	1,3	0,4
Ativo Não Circulante	276,5	202,2	271,3	Passivo Não Circulante	305,4	172,7	314,3
Contas a Receber	0,9	1,9	1,1	Empréstimos e financiamentos	144,3	47,4	154,2
Adiantamentos diversos	0,0	-	0,3	Títulos a pagar	53,7	14,9	53,2
Depósitos judiciais	11,6	10,8	9,9	Débitos com partes relacionadas	1,8	2,8	0,2
Créditos com partes relacionadas	0,0	0,1	0,0	Adiantamentos de clientes	0,2	-	0,3
Impostos e contribuições a recuperar	6,1	4,7	4,4	Parcelamento de impostos e contribuições	34,3	38,7	34,6
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15,5	18,2	15,6
		11,7	-	Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	55,3	50,3	55,7
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	Provisão para perdas em investimento	(0,0)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	Outros passivos não circulantes	0,3	0,5	0,4
Outros ativos não circulantes	1,0	0,9	1,3				
Investimentos	0,0	0,1	0,1				
Imobilizado	85,7	111,7	82,8				
Intangível	171,3	60,2	171,4				
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	66,4	18,4	48,5
				Capital Social	70,4	89,8	70,4
				Reserva de capital	32,6	-	-
				Reservas de lucros	31,6	-	46,9
				Ações em tesouraria	-	(3,8)	(5,1)
				Ágio em transações de capital	(60,3)	(60,3)	(57,5)
				Prejuízos acumulados	-	(7,3)	-
				Participação dos acionistas não controladores	32,1	-	33,9
				Obrigações por compra de investimento	(40,0)	-	(40,0)
Total do Ativo	489,5	261,6	461,9	Total do Patrimônio Líquido e Passivo	489,5	261,6	461,9

DRE IFRS

	3T13	3T12	9M13	9M12
RECEITA LÍQUIDA	115,9	83,15	331,2	241,1
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(66,3)	(47,1)	(178,2)	(135,4)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	49,7	36,1	153,0	105,6
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(65,4)	(29,4)	(131,0)	(72,7)
Comerciais	(5,1)	(5,4)	(18,5)	(18,0)
Gerais e administrativas	(34,0)	(11,6)	(62,7)	(25,4)
Resultado de equivalência patrimonial	0,0	0,0	-	0,0
Corporativo	(25,1)	(7,4)	(43,5)	(19,0)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1,2)	(5,0)	(6,3)	(10,4)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(15,8)	6,7	22,0	32,9
Resultado financeiro	0,7	0,3	(5,2)	(7,9)
Resultado financeiro corporativo	(2,9)	(1,3)	(5,9)	(1,4)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	(18,0)	5,7	10,9	23,7
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	0,0	0,0	1,4	0,1
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	(18,0)	5,7	12,3	23,8
Participação dos acionistas não controladores	2,7	(0,5)	6,0	(4,8)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15,3)	5,2	18,3	19,0

Fluxo de Caixa IFRS

	3T13	3T12	9M13	9M12
Lucro líquido do exercício	(18,0)	5,7	12,3	23,8
Ajustes por	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2,3	3,7	9,5	12,4
(Reversão) Atualização depósito judicial	(0,1)	-	0,3	(0,4)
Depreciação e amortização	3,6	2,3	9,5	6,7
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	0,0	0,0	0,1	0,0
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Perda com mútuos com partes relacionada	0,0	-	0,4	-
Despesas de juros de empréstimos e financiamentos	6,4	(0,4)	12,1	9,3
Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(0,7)	6,4	9,1	14,2
Juros de parcelamentos e tributos	2,0	3,4	2,0	3,4
Perda na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-
Ações concedidas por sócios a funcionários	29,2	-	29,2	-
Bônus	6,6	-	6,6	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	1,2	0,1	3,5	1,0
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	-	(0,0)	-	(0,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(0,7)	(0,0)	(2,0)	(0,1)
	31,9	21,0	92,6	70,4
Variação nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) de contas a receber	(18,3)	(22,6)	(31,5)	(36,4)
(Aumento) redução de adiantamentos diversos	1,5	2,7	5,2	5,5
(Aumento) redução de depósitos judiciais	(1,6)	(0,7)	(1,1)	(1,4)
(Aumento) Redução de impostos e contribuições a recuperar	(1,0)	0,0	0,1	(0,2)
(Aumento) redução de outros ativos	(7,3)	(1,3)	(5,8)	(1,4)
Aumento (redução) de fornecedores	1,2	(3,3)	3,9	(3,1)
Aumento (redução) de salários, encargos sociais e obrigações tributárias	7,1	3,9	12,5	8,2
Aumento (redução) de adiantamento de clientes	1,5	(4,9)	2,7	(4,6)
Aumento (redução) de outros passivos	0,4	0,1	(1,1)	(0,0)
Caixa proveniente das operações	(16,4)	(26,0)	(15,0)	(33,6)
Juros pagos	(3,0)	(2,4)	(7,6)	(8,9)
Imposto de renda e contribuição social pagos	0,6	-	0,6	-
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(1,7)	(0,7)	(6,1)	(2,8)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	11,4	(8,2)	64,5	25,1
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos com partes relacionadas				
Concessões	(1,2)	15,9	(0,4)	(0,0)
Recebimentos	-	0,3	0,1	0,3
Aumento de capital em controladada	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Aquisição de investimento	-	-	-	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-	-	(7,8)	-
Recebimento de dividendos de controladas	-	-	-	-
Aquisição de aplicações financeiras	(7,7)	-	(113,8)	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-
Compra de ativo imobilizado	(5,4)	(5,0)	(17,5)	(13,0)
Compra de ativo intangível	(0,8)	(0,3)	(4,0)	(0,9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15,1)	10,8	(143,3)	(13,7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos com partes relacionadas				
Captações	2,8	(1,3)	2,8	8,1
Amortizações	-	-	-	(6,6)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Captações	2,6	22,5	117,3	46,3
Amortizações	(6,7)	(54,6)	(28,2)	(121,8)
Aumento de capital	-	11,3	-	106,3
Ações em tesouraria	-	-	(1,3)	-
Dividendos pagos	(0,7)	-	(0,7)	-
Aumento (redução) de parcelamento de impostos e contribuições	(1,7)	(1,2)	(3,8)	(4,0)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	(3,7)	(23,3)	86,1	28,2
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) GERADO NO EXERCÍCIO	(7,4)	(20,6)	7,4	39,7
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	20,3	61,1	5,5	0,8
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	12,9	40,5	12,9	40,5
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(7,4)	(20,6)	7,4	39,7

Notas Explicativas

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. (“GAEC” ou “Sociedade”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, foi constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- (a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação, representado pela BR Educação Executiva S.A (“BR Educação”).
- (b) Prestação de serviços de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais. Representado por Minas Gerais Educação S.A. (“MGE”), Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. (“IMEC”), Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. (“Unimonte”), HSM Educação S.A. (“HSM Educação”) e VC Network Educacional S.A. (“VC Network”), sendo que esta última está temporariamente sem operação.
- (c) Edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas representado pelas controladas indiretas HSM do Brasil S/A (“HSM do Brasil”), HSM Editora S/A (“HSM Editora”) e HSM Marcas Ltda. (“HSM Marcas”).

As controladas diretas e indiretas da Sociedade (“Grupo”) estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

A GAEC realiza a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, bem como a participação em quaisquer outras sociedades, como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.

Em fevereiro de 2013, a Sociedade assinou acordo de investimento para a aquisição de 100% da operação da empresa BR Educação e 50% da operação das empresas HSM do Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora, transação esta aprovada em março de 2013 pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 6.

Também em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antônio Carlos, que possui cerca de mil alunos e o integrou as suas operações, que será o novo campus UNA Betim.

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou todas as 24.461 ações ordinárias mantidas em tesouraria, pelo valor total de R\$244,61, equivalente a R\$0,01 por ação, da seguinte forma: 13.901 ações ordinárias para o acionista Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e 10.560 ações

Notas Explicativas

ordinárias ao acionista Ryon Cássio Braga, que passaram a integrar o quadro acionário da Sociedade.

Em 20 de setembro de 2013 foi aprovada através da AGE o desmembramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Sociedade na proporção de 34 ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão de 1:34), sem modificação do capital social, com a finalidade de reduzir o preço unitário das ações de emissão da Sociedade.

Em 24 de setembro de 2013 os acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno venderam a preços históricos e/ou doaram 1.579.322 ações diretamente a 2.203 colaboradores, para que os mesmos viessem a fazer parte do quadro de acionistas da Sociedade.

Comparabilidade

As demonstrações do resultado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 não incluem os resultados das investidas BR Educação, HSM do Brasil, HSM Educação, HSM Editora e HSM Marcas, os quais passaram a ser consolidados a partir de março de 2013.

Portanto, a leitura das informações financeiras intermediárias deve considerar esses aspectos.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a

Notas Explicativas

avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas e indiretas:

Nome da controlada	Participação %	
	30/09/2013	31/12/2012
<u>Controladas diretas</u>		
Minas Gerais Educação S.A.	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A.	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.	100	100
VC Network Educação S.A.	100	100
RNE Gestão Patrimonial S.A. (2)	-	100
BR Educação Executiva S.A. (1)	100	-
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A (2)	100	100
HSM do Brasil S.A (1)	50	-
HSM Educação S.A (1)	50	-
HSM Marcas Ltda. (1)	50	-
HSM Editora S.A (1)	50	-

(1) Controladas adquiridas em março de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 6.1.

(2) Vide nota explicativa nº 7.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas informações intermediárias consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados

Notas Explicativas

abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

A Sociedade apresenta nas suas informações financeiras intermediárias consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados da controlada são combinados com os correspondentes itens nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Sociedade, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

A data base das informações trimestrais das controladas é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade e foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

Quando necessário, as informações financeiras intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações intermediárias consolidadas.

2.4 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das informações financeiras intermediárias são descritas como segue:

- (a) Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente, os valores das receitas podem ser estimados com

Notas Explicativas

segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Sociedade e suas controladas. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para as controladas da Sociedade.

- (b) Contas a receber - Estão apresentados pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Para os contratos financiados, o percentual não financiado é registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada é contabilizada como Benefícios reembolsáveis - FUNDER, acrescidos, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (c) Combinações de negócios - Nas informações financeiras intermediárias, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Sociedade reconhece a participação dos não controladores na adquirida pelo seu valor justo (nota explicativa nº 6).

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Sociedade de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*).

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Informações financeiras intermediárias individuais

Nas informações financeiras intermediárias individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

- (d) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Notas Explicativas

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

(e) Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente ao resultado.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto

Notas Explicativas

para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Quando não especificados de outra forma, os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 33.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

- Instrumentos financeiros derivativos: A Sociedade não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos especulativos.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- (ii) Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- (iii) É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Notas Explicativas

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
 - (ii) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
 - (iii) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.
 - (iv) Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 34.
- (f) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- (g) Demonstração de valor adicionado (“DVA”) - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

- (h) Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 33.
- (i) Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 14. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- (j) Imobilizado - Terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 15.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- (k) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas informações financeiras intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

- (l) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

No fim de cada período, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é

Notas Explicativas

estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- (m) Imposto de renda e contribuição social corrente - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas MGE, IMEC e Unimonte calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Notas Explicativas

- (n) Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- (o) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

- (p) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

- (q) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

- (r) Estimativas contábeis - A preparação das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 9); do imposto de renda e da contribuição social, diferidos (nota explicativa nº 13); da vida útil e avaliação de impairment dos bens do imobilizado e intangível (notas explicativas nº 15 e 16) e das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 24).

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco

Notas Explicativas

significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) na estimativa do ágio e de marcas: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “*impairment test*”. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve perdas por deterioração do ágio e marcas. Vide nota explicativa nº 16.
- Provisões para riscos tributárias, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas informações financeiras trimestrais. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das informações financeiras trimestrais e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente. Vide nota explicativa nº 24.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 9.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: São reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:
 - (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
 - (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o

Notas Explicativas

passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- Revisão da vida útil: A Sociedade e suas controladas revisam anualmente a vida útil de seus ativos.

A Sociedade e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

- (s) Receita e despesa financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

- (t) Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- (u) Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados.

- (v) Transações de capital - Nas informações financeiras intermediárias, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Sociedade adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias. A Sociedade avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores reportados.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da empresa e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria empresa é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Esta norma é aplicável para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Sociedade não adotou antecipadamente esse pronunciamento e está avaliando o impacto total do IFRS 9.

Notas Explicativas

5. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para a preparação de nossas Demonstrações Financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2013 revisamos a classificação entre custos e despesas utilizadas em nossa demonstração de resultados para aperfeiçoar e melhorar a segregação dos gastos.

Neste processo reclassificamos gastos e despesas demonstrados anteriormente em nossas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2012 para comparabilidade dos saldos ora apresentados em 30 de setembro de 2013.

Para melhor entendimento dos efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresentamos abaixo as reclassificações e os valores finais que compõe os saldos das demonstrações financeiras. Não houve alterações sobre os saldos de ativos e passivos.

Item	Controladora (BR GAAP)		
	30/09/2013		
	Antes das reclassificações	Reclassificações	Após as reclassificações
RECEITA LÍQUIDA	1.562	-	1.562
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(i) (3.205)	(408)	(3.613)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>(1.643)</u>	<u>(408)</u>	<u>(2.051)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(ii) (10)	(38)	(48)
Gerais e administrativas	(i)/(ii) (17.383)	438	(16.945)
Resultado de equivalência patrimonial	44.641	-	44.641
Outras (despesas) receitas operacionais	(i) 26	8	34
Resultado financeiro	(7.353)	-	(7.353)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>18.278</u>	<u>-</u>	<u>18.278</u>

- (i) Reclassificação de R\$408 para a rubrica “Custo dos Serviços Prestados” anteriormente registrado na rubrica de despesas “Gerais e administrativas” no valor de R\$400 e “Outras (despesas) receitas operacionais” no valor de R\$8;
- (ii) Reclassificação de R\$38 da rubrica despesas “Gerais e administrativas” para a rubrica despesas “Comerciais” referente a despesas com marketing e publicidade.

Notas Explicativas

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
30/09/2013			
Item	Antes das reclassificações	Reclassificações	Após as reclassificações
RECEITA LÍQUIDA	331.163	-	331.163
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(183.412)	5.226	(178.186)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>147.751</u>	<u>5.226</u>	<u>152.977</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(18.840)	249	(18.591)
Gerais e administrativas	(99.277)	(6.141)	(105.418)
Outras (despesas) receitas operacionais	(7.681)	666	(7.015)
Resultado financeiro	(11.085)	-	(11.085)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	1.396	-	1.396
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>12.264</u>	<u>-</u>	<u>12.264</u>

- (i) Reclassificação de R\$5.226 da rubrica “Custo dos serviços prestados”, R\$249 da rubrica despesas “Comerciais” e R\$666 da rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais”, para a rubrica de despesas “Gerais e administrativas”.

Controladora (BR GAAP)			
30/09/2012			
Item	Antes das reclassificações	Reclassificações	Após as reclassificações
RECEITA LÍQUIDA	10.301	-	10.301
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(10.650)	(84)	(10.734)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>(349)</u>	<u>(84)</u>	<u>(433)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(5)	(7)	(12)
Gerais e administrativas	(1.436)	91	(1.345)
Resultado de equivalência patrimonial	24.077	-	24.077
Outras (despesas) receitas operacionais	(452)	-	(452)
Resultado financeiro	(2.871)	-	(2.871)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>18.964</u>	<u>-</u>	<u>18.964</u>

- (i) Reclassificação de R\$84 da rubrica “Gerais e administrativas” para a rubrica “Custo dos serviços prestados” referente a realocação do rateio de custos com depreciação e amortização com coligadas;
- (ii) Reclassificação da rubrica de despesas “Gerais e administrativas” para a rubrica de despesas “Comerciais” no valor de R\$7 referente a alocação de serviços diversos identificados como despesas com Marketing.

Notas Explicativas

Item	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	30/09/2012		
	Antes das reclassificações	Reclassificações	Após as reclassificações
RECEITA LÍQUIDA	241.076	-	241.076
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(i) (136.619)	1.194	(135.425)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>104.457</u>	<u>1.194</u>	<u>105.651</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(ii) (18.259)	295	(17.964)
Gerais e administrativas	(i)/(ii) (41.609)	(2.219)	(43.828)
Outras (despesas) receitas operacionais	(ii) (11.708)	730	(10.978)
Resultado financeiro	(9.215)	-	(9.215)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	103	-	103
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>23.769</u>	<u>-</u>	<u>23.769</u>

- (i) Reclassificação da rubrica “Custos dos serviços prestados” para a rubrica despesas “Gerais e administrativas” no montante de R\$1.194;
- (ii) Reclassificação de R\$1.025 para a rubrica despesas “Gerais e administrativas” referente a gastos não relacionados a marketing no valor de R\$295 considerados indevidamente na rubrica despesas “Comerciais” e de R\$730 referente a realocação de impostos sobre outras receitas registrados na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais”.

6. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

6.1 Controladas adquiridas

Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social.

A BR Educação detém 50% do capital social das empresas:

- (a) HSM do Brasil S/A empresa localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, que atua na edição e impressão de livros, na distribuição de vídeos e de programas de televisão e presta serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- (b) HSM Educação S.A., empresa com sede na cidade de São Paulo, que atua na oferta de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial;

Adicionalmente existem as seguintes investidas indiretas:

- (a) HSM Editora S/A, subsidiária integral da HSM Educação, localizada na cidade de São Paulo, especializada na edição e comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações além de serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros; e

Notas Explicativas

- (b) HSM Marcas Ltda., empresa situada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, controlada em conjunto pelas empresas HSM do Brasil e HSM Educação que realiza a gestão de ativos intangíveis não financeiros e a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

Com base no IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36 (R3), ficou definido, mediante acordo firmando junto aos acionistas em 04 de fevereiro de 2013, que a GAEC Educação S.A. tem poder sobre as atividades relevantes das empresas, indicando o controle das HSMs.

Embora a participação societária seja de 50% para ambos os acionistas nas investidas indiretas HSMs, a GAEC possui o controle sobre essas investidas e a capacidade de utilizar este poder para afetar o valor de seus retornos. Este poder fica evidente através dos direitos por ela mantidos:

- (i) Indicação e nomeação de todos os cargos de presidência, diretoria e alta gerência;
- (ii) Desenvolvimento do plano de negócios e do orçamento da BR Educação e de suas controladas em linha com as diretrizes da GAEC;
- (iii) Gestão das operações das empresas.

Além disso, o outro acionista tem a opção de exigir que a GAEC compre sua participação nas investidas pelo montante R\$40.000 (corrigidos pela variação do IGPM a partir de 04/02/13), conforme descrito na nota explicativa nº 14, demonstrando a exposição somente aos benefícios na participação da HSM Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora.

A concretização destas aquisições ocorreu em março de 2013 após aprovação, sem restrições, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), através do Despacho nº 240, de março de 2013.

6.2 Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas totalizaram R\$55.269, pagos da seguinte forma:

- (i) R\$28.092 por meio de emissão de 49.279 ações da Sociedade em contrapartida de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação;
- (ii) R\$10.487 pagos em dinheiro em março de 2013;
- (iii) R\$10.000 a serem pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.
- (iv) R\$6.690 referente ao valor da opção de venda descrita na nota de investimento.

A Sociedade não incorreu em custos relevantes referentes à aquisição e estes foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida.

Notas Explicativas

6.3. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justo dos ativos líquidos		
	Circulantes	Não circulantes	Total
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.682	-	2.682
Contas a receber	3.600	-	3.600
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.206	312	2.518
Impostos a recuperar	4.173	434	4.607
Imobilizado	-	5.999	5.999
Intangível	-	66.921	66.921
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	(2.170)	-	(2.170)
Empréstimos e financiamentos	(5.223)	(1.244)	(6.467)
Obrigações sociais e salariais	(2.691)	-	(2.691)
Adiantamentos de clientes	(12.316)	-	(12.316)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(695)	(410)	(1.105)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.722)	(10.722)
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-	(14)	(14)
Ativos líquidos adquiridos	<u>(10.434)</u>	<u>61.276</u>	<u>50.842</u>

6.4. Ágio gerado na aquisição

	30/09/2013	
	Controladora	Consolidado
Contrapartida transferida	55.269	55.269
Mais: Participações não controladoras (50%)		
Valor justo dos ativos líquidos	17.616	-
Valor justo dos minoritários	-	36.181
Menos:		
Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(50.842)	(50.842)
Ágio gerado na aquisição	<u>22.043</u>	<u>40.608</u>

Foi gerado ágio na aquisição da BR Educação e de suas controladas, porque o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

A Administração do Grupo não espera que os ágios originados dessas aquisições sejam dedutíveis para fins fiscais.

6.5. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	30/09/2013
Contrapartidas pagas em caixa	10.487
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.682)
Desembolso líquido de caixa	<u>7.805</u>

Notas Explicativas

7. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A Administração da Sociedade baseada em sua estratégia de mercado efetuou, em maio de 2013, reestruturação societária onde os imóveis pertencentes à controlada indireta UNA Gestão Patrimonial S.A. (“UNA”) e a controlada RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), foram vertidos para os sócios da Sociedade. Posteriormente, houve permuta de imóveis entre as controladas Unimonte e RNE. A reestruturação está demonstrada em etapas, conforme abaixo:

- Etapa 1

Em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. (“Santa Antonieta”). Os imóveis vertidos para esta nova empresa continuarão a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$204 mensais. O valor do imobilizado líquido vertido da companhia foi de R\$33.466.

- Etapa 2

Em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade decidiu reduzir seu capital em R\$47.490, sem cancelamento das ações. O valor foi quitado na proporção da participação de cada qual no capital social, através da entrega das ações das controladas RNE e Santa Antonieta. O patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.

- Etapa 3

Em 27 de junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem torna, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.

Com esta operação ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157. Os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” (nota explicativa nº 11) foram baixados e não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras anuais posteriores.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	941	7	2.124	956
Aplicações financeiras	274	116	10.735	4.514
Total	1.215	123	12.859	5.470

Notas Explicativas

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade aproximada de 100% a 102,90%.

(b) Aplicações financeiras

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras	-	-	112.560	-
Total	-	-	112.560	-

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por fundos de investimentos cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 100,00% e 103,00%. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, no entanto o resgate de valores aplicados há menos de 30 dias são passíveis de perdas financeiras pelo IOF (imposto sobre operações financeiras). A Sociedade não tem a intenção de utilizar o montante aplicado nos fundos de investimentos para liquidar obrigações normais de suas operações.

O aumento das aplicações financeiras para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 está relacionado, principalmente a contratação de novos empréstimos bancários, com intuito de recomposição de caixa, permitindo que a Sociedade e suas controladas tenham recursos disponíveis para novas aquisições de investimentos previstos em seu plano de negócios e alinhado com sua missão de construir uma rede nacional de instituições de educação superior de qualidade.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Aluguéis, serviços e outros	3.855	1.405
Total	3.855	1.405

(-) Ativo circulante (3.855) (1.405)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Mensalidades a receber (a)	50.406	51.978
Fies - Financiamento Estudantil (d)	37.231	15.357
Benefícios reembolsáveis - FUNDER (b)	3.511	4.336
Títulos em cobrança (c)	5.946	4.495
Aluguéis, serviços e outros	4.702	1.849
Eventos (e)	2.446	-
Total	104.242	78.015

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (f) (3.749) (2.753)
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros (g) (26.488) (27.486)
 Total contas a receber 74.005 47.776

(-) Ativo circulante (73.137) (45.850)
 Ativo não circulante 868 1.926

Notas Explicativas

- (a) Referem-se a mensalidades emitidas, porém ainda não recebidas, além de acordos firmados com estudantes com referência a mensalidades vencidas, acrescidas de multa de 2% e 2,5% de juros e atualização monetária, e de cobranças judiciais.
- (b) O Fundo de Estudos Reembolsáveis - FUNDER é um sistema de crédito educativo próprio da controlada UNA Gestão Patrimonial S.A. que busca viabilizar a formação acadêmica do aluno impossibilitado de custear integralmente seu curso superior, opções estas disponíveis para graduação bacharelado, licenciatura e tecnológico. Tal programa possibilita acesso à educação superior de qualidade ao aluno com recursos financeiros limitados. Este programa não é mais oferecido para novos ingressantes desde 2007.

O financiamento era realizado sobre o percentual de dez a quarenta por cento do valor da mensalidade com a condição, como garantia, de dois avalistas possuidores de imóvel, com renda mensal equivalente ao dobro da mensalidade.

A receita relativa à mensalidade integral foi reconhecida no momento da prestação do serviço, sendo que o percentual não financiado foi registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada contabilizada como benefícios reembolsáveis - FUNDER. A realização deste saldo está ocorrendo após a conclusão do curso, sendo o saldo devedor remunerado à taxa de juros acordada em contrato sendo de 1% ao mês, acrescido de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A classificação em circulante e não circulante reflete a expectativa destes recebimentos nas datas dos balanços.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária, pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito. Nesta conta, figuram também cheques devolvidos que são enviados para empresa de cobrança terceirizada.
- (d) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil ainda não recebidas. O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo fundo.
- (e) Refere-se a promoção e organização de congressos, seminários, festivais e demais eventos culturais, nacionais e internacionais.
- (f) A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Sociedade é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Sociedade é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos sem fiador, que são garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Sociedade contribui com 7% da receita para os contratos assinados até 3 de abril de 2012 e de 5,63% para os contratos assinados após esta data para a constituição de tal fundo garantidor que arcará com 90% da inadimplência que ocorrer e a Sociedade arcará com 15% sobre os restantes 10% de inadimplência. Desta forma, a provisão para devedores duvidosos sobre o FIES é constituída sobre os montantes não cobertos pelo FGEDUC. O saldo de provisão desta

Notas Explicativas

conta é equivalente aos montantes retidos pelo FNDE e não repassados às controladas a título de “risco de crédito”, os quais poderão ser liberados posteriormente quando os alunos pagarem suas dívidas ou ser utilizados para compensar a inadimplência na fração de 15% sobre a qual a Sociedade é responsável. Esta conta de provisão não contém saldos relativos ao FGEDUC, os quais são reduzidos diretamente do contas a receber como contrapartida das despesas citadas acima para constituição do Fundo (R\$3.425 em 30 de setembro de 2013 e R\$2.113 em 30 de setembro de 2012).

- (g) A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta a medida que o tempo de atraso do pagamento passa de uma faixa para a faixa superior.

As controladas MGE, IMEC, Unimonte e UNA, fazem constituição ou reversão da provisão de créditos de liquidação duvidosa conforme análises econômicas com base no histórico de perdas em cada faixa e cada carteira de clientes ocorridas nos anos anteriores e previstas de ocorrer no futuro, levando em consideração um cenário conservador. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, em face de eventuais perdas na realização das mensalidades e financiamentos a receber.

A política de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para a carteira de mensalidades a receber estabelece a perda por faixa de vencimento, conforme média abaixo apresentada:

A Vencer	16%
Vencidos até 180 dias	39%
Vencidos de 181 a 360 dias	68%
Vencidos de 361 a 720 dias	81%
Vencidos há mais de 720 dias	100%

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas MGE, IMEC e Unimonte, adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, ainda em aberto nos registros contábeis, embora estas controladas continuem com esforços para seu recebimento.

A controlada UNA, no período findo em 30 de setembro de 2013, alterou a sua política contábil de baixa dos títulos vencidos acima de cinco anos, para baixa de títulos acima de dois anos, igualando-se ao critério adotado pelas controladas MGE, IMEC e Unimonte. A principal carteira da controlada UNA refere-se a benefícios reembolsáveis - FUNDER, a qual possui garantias de fiadores, que são acionados judicialmente em caso de inadimplência.

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

O saldo referente a partes relacionadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$3.855 na controladora (R\$1.405 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

O saldo de contas a receber por data de vencimento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 está distribuído conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
A vencer	3.787	1.340
Vencidos:		
Até 180 dias	-	12
De 181 a 360 dias	68	12
Há mais de 360 dias	-	41
Total	3.855	1.405

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	30/09/2013				31/12/2012			
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido	%	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido	%
FIES	37.231	(3.749)	33.482	45,24%	15.357	(2.753)	12.604	26,38%
A vencer	17.076	(1.451)	15.625	21,12%	13.307	(1.761)	11.546	24,16%
Vencidos:								
Até 180 dias	21.809	(4.350)	17.459	23,59%	21.399	(4.947)	16.452	34,44%
De 181 a 360 dias	10.788	(6.104)	4.684	6,33%	9.645	(5.828)	3.817	7,99%
De 361 a 720 dias	15.049	(12.294)	2.755	3,72%	16.774	(13.708)	3.066	6,42%
Há mais de 720 dias	2.289	(2.289)	-	-	1.533	(1.242)	291	0,61%
Total	104.242	(30.237)	74.005	100%	78.015	(30.239)	47.776	100%

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	30.239	32.680
Adição:		
PCLD do período (i)	9.479	17.086
Títulos baixados no período (ii)	(9.481)	(19.527)
Saldo final	30.237	30.239

- (i) Refere-se a adições à provisão para créditos de liquidação duvidosa do período;
 (ii) Refere-se a títulos baixados com vencimento superior a dois anos.

Notas Explicativas

10. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Fornecedores	53	83	1.117	220
Caução – aluguel (a)	-	-	256	-
Funcionários - férias e outros	140	129	433	6.279
Total	193	212	1.806	6.499

(-) Ativo circulante (193) (212) (1.794) (6.499)
Ativo não circulante - - 12 -

(a) Refere-se à caução de aluguel do prédio em São Paulo, realizado pela HSM Educação.

11. IMÓVEIS PARA VENDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Terrenos	-	9.809
Edificações	-	1.876
Total	-	11.685
(-) Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	-	11.685

Conforme detalhado na nota explicativa nº 7, a reorganização societária que resultou na saída da empresa RNE do quadro societário da Sociedade por meio da entrega de suas ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE. Desta forma, os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” foram baixados e não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras anuais posteriores.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Antecipação de IRPJ (a)	-	-	2.061	1.541
Antecipação de CSLL (a)	-	-	354	190
Impostos Retidos na fonte (b)	-	-	2.411	-
IRRF	69	802	1.669	1.280
PIS/COFINS/CSLL	119	386	1.348	889
ISS	48	88	288	414
INSS A RECUPERAR	6	5	441	344
IPTU	-	-	91	91
Outros	-	-	10	-
Total	242	1.281	8.673	4.749
(-) Ativo circulante	-	-	(2.621)	-
Ativo não circulante	242	1.281	6.052	4.749

Notas Explicativas

- (a) A controlada UNA possui valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2000 e 2001 que foram incluídos no parcelamento do REFIS IV (Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09) e serão compensados com outros tributos assim que o parcelamento for quitado. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).
- (b) A controlada HSM Brasil possui R\$1.185 de Imposto de Renda e Contribuição Social retido sobre o recebimento, do exterior, de saldo de mútuos e de prestação de serviços efetuados pelo Grupo HSM e R\$1.226 de imposto de renda e contribuição social retido sobre notas fiscais, que a partir de 2013 estão sendo utilizados para compensar impostos federais.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, no montante de R\$26.467 (R\$18.259 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$151.978 (\$79.491 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos.

Até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as atividades de prestação de serviços de pós graduação e mestrado, cursos livres e locação de espaço em horários ociosos das operações de educação não geraram lucro tributável. Entretanto, a Administração da Sociedade tem expectativa de que as atividades não isentas comecem a dar lucro tributável a partir do exercício de 2013, na controlada MGE. Nas controladas Unimonte e IMEC, até o momento, a Administração não tem expectativa de lucro tributável nas atividades não isentas para os próximos anos.

Passivo - O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a:

- (i) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil reavaliado dos imóveis reavaliados em 2007 e da apropriação de mais valia do ativo em combinação de negócio realizada em 2009, e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens. Em ambos os casos, os valores referem-se as controladas UNA e Unimonte detentoras dos ativos reavaliados e apropriados pela mais valia dos ativos em combinação de negócios.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u> <u>30/09/2013</u>
Ativos totais identificados a valor justo	50.842
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	<u>(30.028)</u>
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	20.814
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	10.722

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos passivos no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, foi como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Saldo final 30/09/2013
	Saldo inicial 31/12/2012	Movimentação			
	Resultado	Realização (*)	Mais valia em combinação de negócios		
Imposto de renda	13.383	(1.501)	(8.338)	7.884	11.428
Contribuição social	<u>4.818</u>	<u>(540)</u>	<u>(3.001)</u>	<u>2.838</u>	<u>4.115</u>
Total	<u>18.201</u>	<u>(2.041)</u>	<u>(11.339)</u>	<u>10.722</u>	<u>15.543</u>

(*) A realização de Imposto de renda e Contribuição social refere-se majoritariamente à reorganização societária (cisão e permuta) conforme descrito na nota explicativa nº 7.

CONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			
	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012
	Lucro (prejuízo) antes de IR e CS	(15.332)	18.278	5.235
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	<u>5.213</u>	<u>(6.215)</u>	<u>(1.780)</u>	<u>(6.448)</u>
Ajustes ao resultado:				
Efeitos no resultado por adição (exclusão) que não geram créditos fiscais				
Equivalência patrimonial	1.481	15.178	2.150	8.186
Concessão de ações a funcionários (RTT)	(5.647)	(5.647)		
Créditos tributários não constituídos (b)	(991)	(3.124)	(234)	(1.590)
Outros permanentes	(56)	(192)	(136)	(148)
Imposto de renda e contribuição social calculado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
IR e CS diferido no resultado do exercício	-	-	-	-
Alíquota efetiva de IR e CS	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>

(b) Não foram constituídos créditos fiscais diferidos para as empresas controladas que não possuem histórico de lucros tributáveis e, por consequência, não atenderam aos requisitos de reconhecimento de ativo tributário diferido.

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à 30/09/2013	à 30/09/2013	à 30/09/2012	à 30/09/2012
Lucro (prejuízo) antes de IR e CS	(18.018)	10.868	5.657	23.666
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	6.126	(3.695)	(1.923)	(8.046)
Ajustes ao resultado:				
Efeitos no resultado por adição (exclusão) que não geram créditos fiscais				
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (a)	10.670	27.407	6.502	18.069
Concessão de ações a funcionários (RTT)	(10.369)	(12.289)	-	-
Créditos tributários não constituídos	(1.717)	(6.963)	(1.383)	(3.194)
Outros permanentes	(4.676)	(3.064)	(3.148)	(6.726)
Imposto de renda e contribuição social calculado	34	1.396	48	103
IR e CS corrente no resultado do exercício	(645)	(645)	-	-
IR e CS diferido no resultado do período	679	2.041	48	103
Alíquota efetiva de IR e CS	-0,2%	12,8%	0,8%	0,4%

(a) Conforme descrito nas práticas contábeis, estes valores correspondem à isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido em virtude das controladas MGE, IMEC e Unimonte terem aderido ao PROUNI. Veja mais detalhes na nota explicativa nº 27.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)		
	30/09/2013			31/12/2012		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
IMEC	25.917	31.127	100%	11.091	21.347	100%
MGE	44.174	23.406	100%	48.130	25.732	100%
BR Educação Executiva	17.683	(5.989)	100%	-	-	-
RNE	-	(1.020)	100%	8.810	(1.724)	100%
VC Network	60	(1)	100%	61	(146)	100%
Valor justo alocado	34.784	-		24.380	-	
Obrigações por aquisição de controladas (a)	40.000	-		-	-	
Ágio (<i>goodwill</i>) (a)	51.868	-		29.825	-	
Subtotal	214.486	47.523		122.297	45.209	
Outros investimentos	10	-		7	-	
	214.496	47.523		122.304	45.209	

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)		
	30/09/2013			31/12/2012		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Passivo:						
Unimonte	(5.338)	(2.882)	100%	(40.736)	(12.968)	100%
	(5.338)	(2.882)		(40.736)	(12.968)	
	209.158	44.641		81.568	32.241	

- (a) Em 04 de fevereiro de 2013, a GAEC outorgou à RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., opção para que estas, a seu exclusivo critério, vendam à Anima a totalidade das ações detidas por ela nas sociedades HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. das quais detém 50% de participação. Tal opção pode ser exercida pelo preço de R\$40.000 corrigido pela variação do IGPM desde 4 de fevereiro de 2013 até fevereiro de 2028, sem redução decorrente de endividamento ou contingências das sociedades e sem majoração por tributos incidentes. O valor acordado poderá ser pago em até 12 parcelas mensais se garantido por hipoteca ou fiança bancária.

A opção descrita, no valor de R\$6.690 compôs o valor pago pela Sociedade por sua participação na BR Educação e nas investidas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. e pelo controle exercido sobre as mesmas.

A opção de venda (PUT) referente às participações da HSM do Brasil e HSM Educação foi precificada com base em informações disponíveis em mercado. Para o cálculo da PUT, foi utilizada uma simulação com o modelo Binomial para opções americanas, em 180 passos e um teste de aderência com aproximação quadrática fundamentada em técnicas computacionais para opções americanas, (Barone-Adesi and Whaley) e direcionados em um apreçamento de PUT, em decorrência da PUT prever uma antecipação de exercício.

As premissas utilizadas para o cálculo foram:

- Preço a vista: valores utilizados referem-se a 50% do fair value da HSM do Brasil e HSM Educação.
- Strike: a opção de venda possui um preço de exercício no valor de R\$40.000 corrigido pela variação do IGPM a partir da data do contrato. Foi utilizado a curva de IGPM para projeção do valor futuro até o vencimento em 2028 e suavizado pelo cupom - DIxIGPM.
- Dividendos: a taxa de dividendos aproxima-se de zero e por este motivo foi considerada como zero para avaliação e modelagem.
- Volatilidade: baseado na análise dos cenários para volatilidade histórica, implícita e EWMA (exponentially weighted moving average), para a mesma relação de comparáveis utilizada no valuation.
- Prazo: 15 anos, conforme definido em contrato.
- Taxa livre de risco: Conforme padrão adotado, em mercado, para operações denominadas em reais curvas de DI-Pré da BM&F na data de 28/02/2028 (10,16%)

Pelas incertezas geradas dentro do modelo ou imprecisão por interferência de variáveis não observadas em mercado, foi aplicada uma análise de sensibilidade com variação de 2% (+/-) em relação ao preço de exercício.

Adicionalmente foi reconhecido na linha de investimento o valor de R\$40.000 por conta da obrigação contratual, caso exercida pelo outro acionista, da compra dos 50% das ações

Notas Explicativas

remanescentes nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. em contrapartida do passivo.

Informações sobre as controladas diretas:

Minas Gerais Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 15 de maio de 2009, que tem por objeto criar e manter estabelecimento de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação.

Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santos, estado de São Paulo, que tem como objeto social a administração de atividades de instituição de ensino de terceiros e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisa, consultoria e assessoria a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

VC Network Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamentos, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura e no momento não tem atividades, estando pronta para assumir nova operação que venha a ser adquirida pela Sociedade.

RNE Gestão Patrimonial S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado com fins lucrativos, com sede na cidade de Santos, estado de São Paulo, e tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. A maior parte de seus imóveis era alugada para a parte relacionada Unimonte. Esta investida foi objeto de reorganização societária em maio de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

BR Educação Executiva S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que tem como objetivo a administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.

Informações sobre as controladas indiretas:

UNA Gestão Patrimonial S.A. - Subsidiária integral da controlada MGE, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais,

Notas Explicativas

tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. Como parte significativa dos imóveis que pertenciam a UNA eram utilizados pela parte relacionada MGE nas atividades de educação, a totalidade do ativo era mantida como “Imobilizado”, na rubrica de mesmo nome, nas informações financeiras intermediárias consolidadas. Esta investida foi objeto de reorganização societária em maio de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

HSM do Brasil S/A - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

HSM Educação S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo que tem como objetivo ofertar cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial.

HSM Editora S/A - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição de livros, o comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros.

HSM Marcas Ltda. - Sociedade com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que visa a gestão de ativos intangíveis não-financeiros, a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Hoper Educação	10	10
Condomínio Lagoa dos Ingleses	-	48
Virtual Case Brasil Com. e Consult. S/A	-	42
Ânima Participações Ltda.	-	2
Total	10	102

Os investimentos consolidados referem-se a participações nas quais a Sociedade não possui influencia significativa. Estes investimentos são registrados e mantidos ao custo.

	Quantidade de ações possuídas		Quantidade de ações totais	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Controladas diretas:				
IMEC	5.768.479	5.768.479	5.768.479	5.768.479
MGE	2.464.054	8.355.730	2.464.054	8.355.730
VC Network	4.023.145	4.023.145	4.023.145	4.023.145
Unimonte	38.842.376	17.342.376	38.842.376	17.342.376
RNE	-	22.426.305	-	22.426.305
BR Educação	62.500.000	-	62.500.000	62.500.000
Controladas indiretas:				
UNA	25.134	31.380	25.134	31.380
HSM Brasil	989.930	-	1.979.860	-
HSM Educação	103.282	-	206.564	-
HSM Marcas	13.354.124	-	26.708.247	-
HSM Editora	2.559.567	-	5.119.134	-

Notas Explicativas

As informações financeiras intermediárias das controladas estão demonstradas a seguir:

	30/09/2013					
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Educação (*)
Balço patrimonial						
Ativo circulante	83.214	104.123	60	6.133	-	1.508
Ativo não circulante	27.287	40.369	-	42.853	-	30.925
Passivo circulante	24.768	35.587	-	8.012	-	109
Passivo não circulante	59.816	64.731	-	46.312	-	4.237
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	25.917	44.174	60	(5.338)	-	28.087
Resultado						
Receita líquida	121.209	167.080	-	24.762	653	-
Custo de serviços prestados	(60.768)	(89.673)	-	(16.282)	-	-
Despesas operacionais	(31.327)	(52.664)	(3)	(11.330)	(479)	(6.034)
Resultado financeiro	2.013	(1.337)	2	(1.311)	(1.197)	45
IR/CS diferido	-	-	-	1.279	2	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	31.127	23.406	(1)	(2.882)	(1.021)	(5.989)

(*) O saldo do patrimônio líquido da BR Educação, contempla o ágio alocado no valor de R\$10.404, líquido da amortização do valor justo alocado no valor de R\$28, demonstrado no quadro de movimentação do investimento na controladora.

	31/12/2012					
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Educação
Balço patrimonial						
Ativo circulante	20.082	33.384	69	5.806	206	-
Ativo não circulante	54.066	73.186	-	37.702	27.711	-
Passivo circulante	18.979	23.157	8	5.440	3.019	-
Passivo não circulante	44.078	35.283	-	71.144	16.317	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581	-

Notas Explicativas

	31/12/2012					BR Educação
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	
Resultado						
Receita líquida	123.802	170.311	-	29.554	1.995	-
Custo de serviços prestados	(70.064)	(99.800)	-	(20.565)	-	-
Despesas operacionais	(34.009)	(41.849)	(145)	(18.935)	(1.119)	-
Resultado financeiro	1.618	(2.930)	(1)	(3.040)	(2.607)	-
IR/CS diferido	-	-	-	18	7	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	21.347	25.732	(146)	(12.968)	(1.724)	-

A demonstração da evolução do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas é como segue:

	VC					BR Educação
	IMEC	MGE	Network	Unimonte	RNE	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581	-
Lucro (prejuízo) do exercício	31.127	23.406	(1)	(2.882)	(1.020)	(5.989)
Aquisição Participação	-	-	-	-	-	(i) 33.226
Capital a integralizar	-	(25.542)	-	-	-	-
Dividendos intermediários de 2013	(19.448)	(15.000)	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	2.771	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	4.850	-	-
Aumento (redução) de capital	-	-	-	21.435	(7.561)	-
Reserva de capital	3.147	13.180	-	1.564	-	850
Saldo em 30 de setembro de 2013	25.917	44.174	60	(5.338)	-	28.087

(i) Tal saldo é composto de R\$22.822 a título de aquisição de participação e R\$10.404 relativo a valor justo alocado.

Segue abaixo a reconciliação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas e o investimento na controladora:

	VC				
	IMEC	MGE	Network	Unimonte	RNE
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581
Resultado não realizado (a)	-	-	-	(7.660)	229
Total	11.091	48.130	61	(40.736)	8.810
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(40.736)	8.810

(a) Refere-se à venda de imóvel da Unimonte para a RNE pelo valor da avaliação patrimonial baseada em laudo técnico e que diferiu do valor histórico contábil.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos em controladas no período findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é apresentada como segue:

	Controladora (BR GAAP)										
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Educação	Obrigações por aquisição	Outros	Valor justo alocado	Ágio	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	3.334	20.157	(1.847)	(27.464)	11.784	-	-	89	25.169	29.825	61.047
Aumento de capital	-	6.275	3.150	16.000	-	-	-	-	-	-	25.425
Aquisição de participação (Ágio) deságio em transações de capital	-	51.073	548	502	573	-	-	-	-	-	52.696
Resultado de equivalência patrimonial	-	(39.107)	(1.644)	(16.806)	116	-	-	-	-	-	(57.441)
Distribuição de dividendos	21.347	25.732	(146)	(12.968)	(1.724)	-	-	-	-	-	32.241
Dividendos intermediários de 2012	(1.722)	(16.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.722)
Varição de percentual de participação	(11.868)	-	-	-	(1.939)	-	-	-	-	-	(11.868)
Amortização do valor justo alocado	-	-	-	-	-	-	-	-	(789)	-	(789)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(82)	-	-	(82)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(40.736)	8.810	-	-	7	24.380	29.825	81.568
Obrigação por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	40.000	-	-	-	40.000
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	22.822	-	-	10.404	22.043	55.269
Resultado de equivalência patrimonial	31.127	23.406	(1)	(2.882)	(1.020)	(5.989)	-	-	-	-	44.641
Realização de lucros não realizados	-	-	-	7.660	(229)	-	-	3	-	-	7.434
Aumento (redução) de capital	-	(i)	-	(ii) 21.435	(iii)	-	-	-	-	-	(11.668)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(25.542)	-	4.850	(7.561)	-	-	-	-	-	4.850
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	2.771	-	-	-	-	-	-	2.771
Reserva de capital	3.147	13.180	-	1.564	-	850	-	-	-	-	11.153
Distribuição de dividendos	(19.448)	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.448)
Saldo em 30 de setembro de 2013	25.917	44.174	60	(5.338)	-	17.683	40.000	10	34.784	51.868	209.158

- (i) Refere-se a reorganização societária conforme descrito na nota explicativa n° 7.
(ii) Refere-se a aumento de capital realizado na Unimonte visando liquidar substancialmente os mútuos passivos da investida.
(iii) Refere-se a cisão mencionada na nota explicativa n° 7.

Gaec Educação S.A.

Notas Explicativas**15. IMOBILIZADO**

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)			
		30/09/2013			31/12/2012
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	397	60	337	366
Instalações	10%	16	1	15	2
Máquinas e equipamentos	10%	198	38	160	154
Móveis e utensílios	10%	488	101	387	269
Computadores e periféricos	20%	1.189	563	626	442
Veículos	20%	63	19	44	53
Equipamentos de audiovisual	20%	233	40	193	56
Imobilizado em andamento	-	418	-	418	247
Total		3.002	822	2.180	1.589

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		30/09/2013			31/12/2012
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	13.110	-	13.110	18.041
Edificações	1,82%	14.154	1.004	13.150	50.976
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	30.455	9.886	20.568	17.276
Instalações	10%	5.511	2.874	2.637	2.870
Máquinas e equipamentos	10%	16.719	9.693	7.027	6.167
Móveis e utensílios	10%	20.590	13.603	6.985	4.138
Computadores e periféricos	20%	18.894	13.065	5.829	3.227
Veículos	20%	96	38	59	73
Biblioteca e videoteca	10%	14.282	7.344	6.939	5.917
Equipamentos de audiovisual	20%	4.602	3.187	1.415	901
Imobilizado em andamento	-	7.945	-	7.945	2.136
Outros	-	10	10	-	-
Total		146.368	60.704	85.664	111.722

A movimentação do ativo imobilizado da controladora é demonstrada como segue:

	Controladora (BR GAAP)					Saldo líquido em 30/09/2013
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Baixa	Depreciações	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	366	-	-	(29)	-	337
Instalações	2	9	-	(1)	5	15
Máquinas e equipamentos	154	62	(42)	(14)	-	160
Móveis e utensílios	269	155	-	(32)	(5)	387
Computadores e periféricos	442	337	(1)	(152)	-	626
Veículos	53	-	-	(9)	-	44
Equipamentos de audiovisual	56	163	(2)	(24)	-	193
Imobilizado em andamento	247	171	-	-	-	418
Total	1.589	897	(45)	(261)	-	2.180

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Depreciações	Transferências (i)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	66	308	(8)	-	366
Instalações	3	-	(1)	-	2
Máquinas e equipamentos	90	76	(12)	-	154
Móveis e utensílios	182	110	(23)	-	269
Computadores e periféricos	422	175	(159)	4	442
Veículos	14	45	(6)	-	53
Equipamentos de audiovisual	25	41	(10)	-	56
Imobilizado em andamento	-	247	-	-	247
Total	802	1.002	(219)	4	1.589

(i) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

Segue abaixo a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							Saldo líquido em 30/09/2013	
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciações	Transf.	Permuta (ii)	Baixa de acervo líquido (iii)		Combinação de negócios (i)
Terrenos	18.041	-	-	-	-	1.383	(6.314)	-	13.110
Edificações	50.976	-	-	(486)	-	1.388	(38.728)	-	13.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17.276	-	(12)	(2.309)	2.447	-	-	3.167	20.569
Instalações	2.870	197	-	(364)	5	-	(108)	37	2.637
Máquinas e equipamentos	6.167	1.677	(43)	(866)	-	-	-	91	7.026
Móveis e utensílios	4.138	1.681	-	(796)	(3)	-	(1)	1.968	6.987
Computadores e periféricos	3.227	3.284	(7)	(1.217)	-	-	-	542	5.829
Veículos	73	-	-	(15)	-	-	-	-	58
Biblioteca e videoteca	5.917	1.737	-	(716)	-	-	-	-	6.938
Equipamentos de audiovisual	901	810	(9)	(287)	-	-	-	-	1.415
Imobilizado em andamento	2.136	8.064	-	-	(2.449)	-	-	194	7.945
Total	111.722	17.450	(71)	(7.056)	-	2.771	(45.151)	5.999	85.664

- (i) As adições identificadas na coluna de “Acervo líquido” referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios descrita nota explicativa nº 6.
- (ii) Tal saldo refere-se ao saldo líquido da permuta dos imóveis entre a Unimonte e RNE na reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 7, etapa 3.
- (iii) Tal saldo refere-se a baixa de acervo líquido decorrente da cisão da UNA, onde foi vertido o valor de R\$33.466 e a baixa do imóvel da RNE no valor de R\$11.685 pois a mesma não pertence mais ao grupo, descrito na nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo Líquido em 31/12/2012
	Saldo Líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (ii)	
Terrenos	18.041	-	-	-	-	18.041
Edificações	51.939	-	-	(963)	-	50.976
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.093	-	-	(1.740)	7.923	17.276
Instalações	3.326	67	-	(505)	(18)	2.870
Máquina e equipamentos	5.158	2.064	-	(1.074)	19	6.167
Móveis e utensílios	3.696	1.243	-	(896)	95	4.138
Computadores e periféricos	2.493	1.820	(2)	(1.089)	5	3.227
Veículos	46	45	(2)	(16)	-	73
Biblioteca e videoteca	4.510	2.210	-	(806)	3	5.917
Equipamentos de audiovisual	534	700	-	(333)	-	901
Imobilizado em andamento (i)	1.695	8.463	-	-	(8.022)	2.136
Outros	9	-	-	-	(9)	-
Total	102.540	16.612	(4)	(7.422)	(4)	111.722

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino.

(ii) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

A Sociedade e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluíram que as taxas de depreciação e amortização utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil desses ativos.

Nas datas de fechamento das informações financeiras intermediárias, a Administração entendeu que os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação, conforme IAS 36 (correspondente ao Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)).

As principais adições estão relacionadas às imobilizações em andamento relativas à expansão dos Campi. Posteriormente, após a conclusão das obras, os valores serão transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começarão a sofrer depreciação.

15.1 Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram cedidas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$49.463 (R\$50.977 em 31 de dezembro de 2012) para tais processos.

As máquinas e equipamentos adquiridos através de Finame contratado junto ao Banco do Brasil, com valor contábil de aproximadamente R\$401 (R\$452 em 31 de dezembro de 2012) foram cedidos em garantia para estes empréstimos a título de hipoteca. O Grupo não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vende-los a outra empresa.

Notas Explicativas

16. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Softwares (a)	20%	3.193	2.224	15.412	9.981
Carteira de clientes (d)	33%	-	-	6.584	2.368
Direitos autorais	10%	-	-	4.798	18
Mailing list		-	-	422	-
Taxonomia		-	-	880	-
Amortização acumulada		(1.277)	(902)	(14.058)	(9.180)
		<u>1.916</u>	<u>1.322</u>	<u>14.038</u>	<u>3.187</u>
Marcas e patentes (b)		-	-	86.951	27.184
Ágio - rentabilidade futura (c)		-	-	70.323	29.825
Total		<u>1.916</u>	<u>1.322</u>	<u>171.312</u>	<u>60.196</u>

(a) Refere-se principalmente a softwares adquiridos e gastos com desenvolvimento de softwares integrados de gestão da Sociedade e de suas controladas amortizados à taxa de 20% ao ano.

(b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas “UNA”, “UNI-BH” e “HSM”, para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.

(c) Refere-se à parte do ágio pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, e aquisição da BR Educação Executiva S.A, que inclui a manutenção da HSM Educação, alocado como rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

(d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH e na aquisição da manutenção da UNA Betim.

A movimentação da controladora é:

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 30/09/2013
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Amortização	Transferências	
Softwares	1.322	968	(374)	-	1.916
Total	<u>1.322</u>	<u>968</u>	<u>(374)</u>	<u>-</u>	<u>1.916</u>

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Amortização	Transferências (i)	
Softwares	1.307	411	(392)	(4)	1.322
Total	<u>1.307</u>	<u>411</u>	<u>(392)</u>	<u>(4)</u>	<u>1.322</u>

(i) Transferência realizada para a rubrica imobilizado para melhor apresentação do ativo.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Saldo líquido em 30/09/2013
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Amortização	Adição proveniente das adquiridas	
Softwares	3.179	1.730	(1.129)	1.936	5.716
Carteira de clientes	-	4.190	(933)	26	3.283
Marcas e patentes	27.184	-	(295)	59.288	86.177
Ágio - rentabilidade futura	29.825	40.498	-	-	70.323
Direitos autorais	7	110	(3)	4.670	4.784
<i>Mailing list</i>	-	-	(53)	422	369
Taxonomia	-	153	(66)	573	660
Total	60.195	46.681	(2.479)	66.915	171.312

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização	Transf. (i)	
Software	2.951	1.259	-	(1.026)	(5)	3.179
Carteira de clientes	789	-	-	(789)	-	-
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	-	27.184
Ágio - rentabilidade futura	29.825	-	-	-	-	29.825
Direitos autorais	-	-	-	(2)	9	7
Total	60.749	1.260	-	(1.817)	4	60.195

(i) Refere-se a transferência do ativo imobilizado para melhor apresentação.

16.1 Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio e marcas foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Educação	54.205	54.205
Vertical de gestão	32.447	-
	<u>86.652</u>	<u>54.205</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os ágios e marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando às UGCs pela Sociedade, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 5 % ao ano. A taxa média de desconto considerada para os testes de *impairment* foi de 13,88% a.a (média entre Selic e inflação projetada).

Notas Explicativas

16.2 Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)				
	30/09/2013				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	Total
Custo	Amortização cumulada	Custo	Custo		
IMEC (a)	2.368	(2.368)	29.825	24.380	54.205
BR Educação (c)	-	-	32.447	-	32.447
	<u>2.368</u>	<u>(2.368)</u>	<u>62.272</u>	<u>24.380</u>	<u>86.652</u>

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	Total
Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo		
IMEC (a)	2.368	(2.368)	29.825	24.380	54.205
	<u>2.368</u>	<u>(2.368)</u>	<u>29.825</u>	<u>24.380</u>	<u>54.205</u>

(a) Refere-se à diferença entre o valor da consideração entregue da compra do Uni-BH (R\$61.376), o qual foi reduzido pelo ajuste dos títulos a pagar de longo prazo no montante de R\$3.366, e o montante líquido atribuído ao acervo contábil adquirido (R\$1.437), em decorrência da assunção da manutenção do Uni-BH conforme promessa de cessão de direitos firmado em fevereiro de 2009. Os valores foram apurados como segue:

- Carteira de clientes: obtidos mediante os saldos das projeções do Fluxo de Caixa Descontado, para triênio 2010 a 2012.
- Rentabilidade futura: obtidas mediante a relação estabelecida entre a média VF/alunos matriculados decorrentes das transações de empresas brasileiras de educação superior, multiplicada pela quantidade de alunos do Uni-BH na data da operação.
- Marcas: Para a avaliação do direito de uso da marca foi utilizada a abordagem da renda (“Income approach”) e do método dos royalties evitados (“Relief from royalties”), devido à possibilidade de se calcular o valor dos royalties que seriam pagos teoricamente em um aluguel dessa marca.

Foram apurados para o ágio referente a aquisição da controlada IMEC o ajuste a valor presente no valor de R\$3.366 reduzindo o valor do ágio registrado na rubrica “Investimentos” na controladora e na rubrica “Intangível no consolidado”.

(b) Refere-se ao valor da marca proveniente da aquisição do Centro Universitário UNA.

(c) Ágio por expectativa de rentabilidade futura e mais valia da combinação de negócios gerados na aquisição da BR Educação, conforme nota explicativa de investimentos.

Notas Explicativas

17. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 45 dias. Não havia saldo em aberto com partes relacionadas na controladora e consolidado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC - Capital de giro	3.226	15.053	18.279	1.909	3.500	5.409
Santander - Capital de giro	1.164	30.251	31.415	-	-	-
Outros empréstimos	1.285	8.758	10.043	33	19	52
Total	5.675	54.062	59.737	1.942	3.519	5.461

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	1.369	28.740	30.109	1.357	418	1.775
HSBC - Capital de giro	9.351	47.013	56.364	8.134	25.967	34.101
Santander - Capital de giro	3.859	43.726	47.585	2.190	-	2.190
Itaú - Capital de giro	4.414	15.819	20.233	-	20.411	20.411
Caixa Geral - Capital de giro	1.251	8.757	10.008	-	-	-
Outros empréstimos	319	201	520	546	557	1.103
Total	20.563	144.256	164.819	12.227	47.353	59.580

As principais condições estabelecidas em contrato foram como segue:

Controladora (BR GAAP)					
	Garantias	Taxa média de juros(anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	2,00% a 2,20%	CDI (*)	22/10/2010	29/05/2023

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Garantias	Taxa média de juros(anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	1,80% a 2,80%	CDI (*)	22/10/2010	29/05/2023

(*) Variação do Certificado de Depósito Interbancário.

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. Em garantia foram oferecidas as mensalidades a receber e aval cruzado entre as empresas do grupo, sem a existência de cláusulas restritas.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), em 30 de setembro de 2013, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	$\geq 1,0$
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	$\leq 2,5$ a $\leq 2,75$
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	$\geq 1,3$

- (i) Liquidez corrente = Ativo circulante menos passivo circulante.
(ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa.
(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a Sociedade atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima. Em 31 de dezembro de 2012 não haviam empréstimos e financiamentos vinculados a *covenants*.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013		30/09/2013	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2014	2.573	3.474	7.858	10.747
2015	10.294	13.569	33.899	44.755
2016	10.294	13.186	33.890	42.658
2017	10.294	12.808	33.867	40.487
Após 2017	20.607	38.654	34.742	54.103
Total	54.062	81.691	144.256	192.750

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012		31/12/2012	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2014	1.918	1.957	16.230	16.647
2015	1.599	1.667	13.646	14.364
2016	2	3	9.024	9.772
Após 2016	-	-	8.453	9.375
Total	3.519	3.627	47.353	50.158

Notas Explicativas

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Salários	1.020	693	9.234	6.957
Provisão de férias	1.628	1.228	9.446	8.190
Provisão de 13º salário	832	-	9.489	-
INSS	298	198	3.530	2.696
FGTS	87	84	950	1.117
Outros	717	3	1.014	56
Total	4.582	2.206	33.663	19.016

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do período nas rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
IRRF	340	394	1.871	2.602
ISS	63	70	1.158	909
PIS e COFINS	102	105	452	315
IR e CSLL	-	-	789	-
Outros	4	31	307	192
Total	509	600	4.577	4.018

21. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Faturamento antecipado de clientes (a)	14.635	-
Adiantamentos de alunos (b)	5.185	9.423
Projetos de Pesquisa (c)	4.056	564
Assinantes para entrega futura (d)	1.357	-
Receitas de publicidade	325	-
Outros	119	-
Total	25.677	9.987
(-) Passivo Circulante	(25.469)	(9.987)
Passivo Não circulante	208	-

(a) Referem-se a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

(b) Referem-se a matrículas e mensalidades de calouros e veteranos recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de

Notas Explicativas

competência e ao crédito Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas MGE, IMEC e Unimonte, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

Os recebimentos por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano ou semestre letivo são apropriados à receita na medida em que os serviços são prestados.

- (c) Referem-se a adiantamentos para projetos de pesquisas realizados na MGE, Unimonte e IMEC, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
FAPEMIG	3.013	273
EMBAIXADA BRITÂNICA	281	-
CEMIG	621	180
SETTAPORT	50	50
PETROCOQUE	91	61
	<u>4.056</u>	<u>564</u>

Estes adiantamentos referem-se a recursos provenientes de convênios firmados com empresas governamentais para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos.

- (d) Refere-se à venda de assinaturas anuais de revistas, jornais e outras publicações para entrega futura. Como os itens envolvidos possuem valores semelhantes ao longo do tempo, as receitas são reconhecidas linearmente ao longo do período em que os itens são despachados ao destinatário nas datas pré-estabelecidas.

22. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
REFIS IV - INSS (a)	2.803	3.581
REFIS IV - IRRF (a)	7.968	8.978
IES - INSS (b)	4.426	4.194
IES - SRF (b)	18.530	17.825
FGTS (c)	3.797	3.999
IRRF (d)	-	2.947
ISS	204	254
Total	<u>37.728</u>	<u>41.778</u>
(-) Passivo circulante	(3.415)	(3.076)
Passivo não circulante	34.313	38.702

Notas Explicativas

- (a) REFIS IV- instituído pela Lei nº 11.941/09 e englobou o parcelamento de débitos de INSS e IRPF, atualizados pela SELIC, os quais serão pagos em até 180 meses.

A Administração da Sociedade, considerando o plano de negócios da controlada UNA para os exercícios seguintes, considera não haver problemas futuros quanto à liquidação das obrigações assumidas no REFIS, nos termos da legislação em vigor. As garantias prestadas consideram os imóveis da controlada. As situações de inadimplemento ensejariam no retorno original das dívidas em suas respectivas modalidades e condições.

- (b) Parcelamento IES - A Lei nº 10.260/01, alterada pela Lei 11.552/07, instituiu o parcelamento IES para as mantenedoras de instituições de ensino superior que aderissem ao PROUNI, relativos aos tributos administrados pela RFB, com vencimentos até 31 de dezembro de 2006, atualizado pela SELIC. A controlada UNIMONTE aderiu a esse parcelamento.

Até a data de 30 de setembro de 2013, o processo de consolidação ainda está em andamento. A controlada vem amortizando os valores pré-definidos pela Receita Federal.

- (c) Parcelamento FGTS - Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Unimonte negociou débitos atrasados de FGTS, com prazo de 130 meses, a serem pagos em parcelas mensais e consecutivas atualizadas com base na Taxa Referencial - TR, acrescida do percentual de 3% ao ano.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a controlada IMEC assumiu a dívida de parcelamento do FGTS da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, junto à Caixa Econômica Federal. O valor da dívida foi renegociado com prazo de 180 meses, cujo saldo é mensalmente atualizado pela taxa de juros remuneratórios de 3% ao ano + TR. Obedecendo às regras deste parcelamento, as importâncias pagas relativas a empregados que tenham rescindido ou extinto seu contrato de trabalho são consideradas como recolhimentos antecipados e totalmente deduzidas das parcelas imediatamente seguintes à última parcela liquidada no cronograma.

- (d) IRRF - A controlada IMEC assumiu, em 31 de dezembro de 2009, a dívida de parcelamento do IRRF (REFIS IV) da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte. A liquidação integral da dívida ocorreu em 20 de maio de 2013.

O cronograma de pagamento do montante registrado no passivo não circulante é como segue:

	Cronograma de pagamento	
	30/09/2013	31/12/2012
2014	3.191	7.181
2015	9.351	6.459
2016	9.003	6.151
Após 2016	12.768	18.911
Total	<u>34.313</u>	<u>38.702</u>

Notas Explicativas

23. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora (BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Obrigações por compra de investimento (a)	41.324	-
Instrumento financeiro - Opção de venda (a)	6.690	-
Aquisição de ações da MGE (c)	8.183	13.000
Aquisição BR Educação (e)	10.476	-
(-) Ajuste a valor presente (g)	(172)	(551)
Total	66.501	12.449
(-) Passivo circulante	(13.487)	(9.746)
Passivo não circulante	53.014	2.703

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Obrigações por compra de investimento (a)	41.324	-
Instrumento financeiro - Opção de venda (a)	6.690	-
Imóveis (b)	-	21.955
Aquisição de ações da BR Educação (e)	10.476	-
Aquisição de ações da MGE (c)	8.183	13.000
Aquisição de ações da UNIPAC Betim (d)	1.551	-
Títulos a pagar - FUNDAC (f)	425	-
Outros	472	-
(-) Ajuste a valor presente (g)	(172)	(7.623)
Total	68.949	27.332
(-) Passivo circulante	(15.283)	(12.407)
Passivo não circulante	53.666	14.925

- (a) Detalhes da transação foram descritos na nota explicativa nº 14.
- (b) Referem-se aos valores a pagar relativos à compra de imóveis na cidade de Santos, efetuados pela anteriormente controlada RNE. Os imóveis foram adquiridos em julho de 2006, pelo valor de R\$30.000, a serem pagos em 16 anos, corrigidos a cada 36 parcelas pelo índice de variação do INPC, que não prevê a incidência de juros. Referida controlada foi objeto de reestruturação societária em maio de 2013, conforme detalhado na nota explicativa nº 7.
- (c) Referem-se à aquisição de 775.072 ações da controlada MGE, sendo que R\$5.000 foram pagos em 20 de junho de 2013, sem qualquer correção, R\$5.000 serão pagos até 20 de dezembro de 2013, corrigidos pelo IGP-M/FGV, e R\$3.000 serão pagos até 20 de junho de 2014, livres de qualquer correção.
- (d) Referem-se à aquisição da Manutença da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Betim (UNIPAC Betim). Esta manutenção foi adquirida em 06 de fevereiro de 2013 pelo valor de R\$4.190, sendo que R\$2.190 serão pagos até 15/02/2015 em 24 parcelas mensais corrigidas pelo IGP-M/FGV.
- (e) Referem-se à aquisição das ações da BR Educação, sendo que R\$5.000 serão pagos em fevereiro de 2014 e R\$5.000 serão pagos em fevereiro de 2015. Os valores mencionados serão corrigidos monetariamente a partir da data do fechamento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do CDI durante o período.

Notas Explicativas

- (f) Referente ao acordo para antecipação dos valores correspondentes ao parcelamento do IRRF, de competência compreendida entre setembro a novembro de 2008, de responsabilidade da FUNDAC, no valor histórico de R\$2.266. O Pagamento foi dividido em 06 parcelas, sendo que a primeira foi paga em 20/05/2013, no valor de R\$366, e as demais, com vencimento na mesma data em meses subsequentes, corrigidas pelo INPC.

Os valores a pagar no longo prazo estão assim distribuídos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
2014	-	2.703	-	4.092
2015	5.000	-	5.652	2.337
2016	-	-	-	6.310
De 2017 a 2022	-	-	-	2.186
Após 2018	48.014	-	48.014	-
Total	53.014	2.703	53.666	14.925

Os títulos a pagar decorrentes da opção de venda e da compra da participação na BR Educação foram incluídos no quadro de pagamento da dívida de longo prazo, sendo que o pagamento ocorrerá até 2.028, conforme descrito na nota de investimentos.

- (g) Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente foi efetuado para os compromissos a pagar de longo prazo com o propósito de reconhecimento inicial e com base em cada transação e com uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A diferença entre o valor presente e o valor nominal a pagar da transação é considerada despesa financeira e está sendo apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O saldo em dezembro de 2012 referia-se aos imóveis descritos na nota (b) acima.

Vencimentos de longo prazo

Os valores com vencimento a longo prazo para os compromissos consolidados bem como a realização do ajuste a valor presente serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	30/09/2013		
	Títulos a pagar	Ajuste a valor presente	Valor líquido
Anos			
2015 - 2022	5.823	(171)	5.652
Outros	48.014	-	48.014
Total	53.837	(171)	53.666

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012		
	Títulos a pagar	Ajuste a valor presente	Valor líquido
Anos			
2014	5.773	(1.681)	4.092
2015 - 2022	16.775	(5.942)	10.833
Total	22.548	(7.623)	14.925

Notas Explicativas

24. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

	Depósitos judiciais			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Provisões trabalhistas (a)	35	18	5.706	5.356
Provisões tributárias (b)	-	-	698	671
Provisões cíveis (c)	-	-	5.245	4.807
Total	35	18	11.649	10.834

	Provisão para riscos			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Provisões trabalhistas (a)	1.827	1.541	39.774	36.775
Provisões tributárias (b)	1.405	1.151	8.959	7.429
Provisões cíveis (c)	-	-	6.561	6.058
Total	3.232	2.692	55.294	50.262

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Pagamentos	Atualização	30/09/2013
Trabalhista (a)	1.541	207	(18)	97	1.827
Tributária (b)	1.151	149	-	105	1.405
Total	2.692	356	(18)	202	3.232

	31/12/2011	Adições	Pagamentos	Atualização	31/12/2012
Trabalhista (a)	1.175	286	(46)	126	1.541
Tributária (b)	892	252	-	7	1.151
Total	2.067	538	(46)	133	2.692

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	Baixa Acervo Líquido (*)	30/09/2013
Trabalhistas (a)	36.775	8.617	(2.248)	(4.998)	1.614	14	39.774
Tributárias (b)	7.429	1.023	-	-	539	(32)	8.959
Cíveis (c)	6.058	1.857	(255)	(1.099)	-	-	6.561
Total	50.262	11.497	(2.503)	(6.097)	2.153	(18)	55.294

(*) Refere-se à provisão civil da RNE, empresa que saiu do quadro societário da GAEC.

Notas Explicativas

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas (a)	25.437	12.520	(2.622)	(963)	2.403	36.775
Tributárias (b)	5.086	2.075	(100)	-	368	7.429
Cíveis (c)	4.099	4.020	(541)	(1.520)	-	6.058
Total	<u>34.622</u>	<u>18.615</u>	<u>(3.263)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>2.771</u>	<u>50.262</u>

(a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

(b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial.

(c) As provisões cíveis referem-se principalmente a:

(i) Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte no valor de R\$4.039 (R\$3.073 em 31 de dezembro de 2012), pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Sociedade pelo Ministério da Educação ("MEC"). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, mas a Unimonte não podia mais demonstrar tempestivamente esse fato em parte dessas ações por conta da adiantada fase processual em que se encontravam, maximizando o risco de perda.

(ii) Processos de natureza cível, de naturezas diversas, tais como discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula, cláusula indenizatória e danos morais, para os quais a Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso no valor de, aproximadamente, R\$1.432. (R\$1.630 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos de perda são possíveis, conforme abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	3.015	3.215
Tributária	20.500	11.710
Cíveis	10.655	15.789
Total	<u>34.170</u>	<u>30.714</u>

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de

Notas Explicativas

horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

Os processos tributários cujo risco de perda é possível referem-se a ações relacionadas à cobrança de contribuições tributárias no período em que a controlada Unimonte era uma empresa sem fins lucrativos e usufruía de imunidade tributária. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda para essas cobranças é possível.

Os processos cíveis cujo risco de perda é possível referem-se principalmente a:

- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte, pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Unimonte pelo Ministério da Educação (“MEC”) no valor de R\$579 (R\$2.889 em 31 de dezembro de 2012). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, e a Sociedade demonstrou, tempestivamente, esse fato em parte dessas ações, minimizando o risco de perda nas mesmas.
- Ações movidas por ex-alunos de graduação de educação física no valor de R\$1.309 (R\$1.309 em 31 de dezembro de 2012) em função dos impactos que estes sofreram com o encerramento do curso por parte da controlada Unimonte. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda é possível devido a ela ter prestado aos ex-alunos a assistência necessária quando da transferência destes para outra instituição de ensino.
- Processos de naturezas diversas no valor de R\$8.544 (R\$4.156 em 31 de dezembro de 2012), relacionados com a discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula e cláusula indenizatória.
- A controlada Unimonte está discutindo judicialmente o valor de R\$2.608 (R\$2.608 em 31 de dezembro de 2012) referente a multa contratual pela rescisão do contrato de aluguel do antigo campus Senador Feijó. O fundamento do pedido é a onerosidade excessiva, que tanto a continuidade, quanto a penalidade pelo término antecipado ocasionariam, caso tivessem que ser honrados. A discussão é sustentada pelo princípio da função social do contrato.
- A controlada HSM do Brasil SA discute ações substancialmente representadas pelo valor de R\$545 referente ao pedido de esclarecimentos a respeito de comercialização de banco de dados pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que está em tramitação desde novembro de 2002, e no momento está aguardando arquivamento dos autos por prescrição intercorrente. Conforme relatório dos assessores jurídicos, o prognóstico de perda é considerado possível e, por esse motivo, não foram constituídas provisões.

Os assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

Os depósitos judiciais, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

Notas Explicativas

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualizaçã o</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>30/09/2013</u>
Cíveis	18	17	(1)	1	-	35
Total	<u>18</u>	<u>17</u>	<u>(1)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>35</u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>30/09/2013</u>
Trabalhistas	5.356	1.059	(459)		(250)	5.706
Tributárias	671			27		698
Cíveis	4.807	1.588	(1.084)		(66)	5.245
Total	<u>10.834</u>	<u>2.647</u>	<u>(1.543)</u>	<u>27</u>	<u>(316)</u>	<u>11.649</u>

25. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, é composto por 59.838.232 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$70.391 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 composto por 1.710.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$89.789). A composição acionária da Sociedade para o período findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	<u>Ações Ordinárias</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	18.275.612	488.239
Daniel Faccini Castanho	12.624.289	410.352
Marcelo Battistella Bueno	8.058.889	262.070
Rômulo Faccini Castanho	5.563.392	175.865
Maurício Nogueira Escobar	3.159.595	91.699
Ignácio Dauden Martinez	1.847.435	58.065
Átila Simões da Cunha	1.765.822	50.878
Flávio Korn	1.539.586	48.330
Gabriel Ralston Correia Ribeiro	1.398.932	24.836
Leonardo Barros Haddad	794.652	24.450
Rodrigo Rossetto Dias Ramos	779.493	23.248
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza	1.096.759	18.948
Fabício Ghinato Manieri	510.268	12.565
Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto	485.146	2.549
Eduardo Shimahara	-	1.015
Ryon Cássio Braga	359.040	-
Colaboradores	1.579.322	-
Total de ações em circulação	<u>59.838.232</u>	<u>1.693.109</u>
Ações em tesouraria	-	17.560
Total geral de ações	<u>59.838.232</u>	<u>1.710.669</u>

Notas Explicativas

Em 23 de março de 2.013, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento de capital da sociedade em R\$28.092 o qual foi integralizado somente pela acionista BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, emitindo 49.279 novas ações ordinárias ao preço de R\$570,06 por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, da lei das sociedades por ações. Desta forma, o capital social passou para R\$117.781, dividido em 1.759.948 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 28 de maio de 2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de R\$47.490 sem o cancelamento de ações, a qual foi liquidada através da entrega de ações da RNE e de créditos que a Sociedade possuía frente a controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157. Assim, o capital social passou para R\$70.391, dividido em 1.759.948 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Sociedade também registrou na conta de lucros e prejuízos acumulados os valores de R\$7.660 a crédito e R\$229 a débito, decorrentes da realização de lucro anteriormente não realizado, gerado na venda do Jockey Clube da Unimonte para a RNE ocorrido em 2011 quando a RNE pertencia ao mesmo grupo econômico da Unimonte, gerando a eliminação do resultado à época.

Em 20 de setembro de 2013 foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento de todas as ações ordinárias de emissão da Sociedade na proporção de 34 ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão de 1:34), sem modificação do capital social, como a finalidade de reduzir o preço unitário das ações de emissão da Sociedade. Assim, o capital social continua em R\$70.391, dividido em 59.838.232 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Sociedade ofereceu, no âmbito das transações de Varejo, da Oferta Pública Inicial de Ações, um Plano de Incentivo. Pelo referido Plano os funcionários, que aderiram ao programa e possuíam vínculo com a Sociedade ou coligadas, desde 30/06/2013, farão jus a um incentivo correspondente a 20% (vinte por cento) das ações adquiridas pelos empregados, até um limite máximo de 2 salários-base de cada colaborador, ou seja, no máximo equivalente a 40% do salário-base. O incentivo será calculado desconsiderando-se as frações, sendo que o percentual de 20% incidirá sobre o saldo das ações adquiridas através do Plano de Incentivo que forem mantidas em uma subconta especial até fim do prazo de movimentação restrita (180 dias, contados da data de início das negociações das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA). O incentivo será quitado após o fim do prazo de movimentação restrita, com ações adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria, caso haja aprovação da CVM, ou será indenizado em dinheiro de acordo com a média da cotação das ações ordinárias de emissão da companhia nos 30 pregoes que antecederem à data de encerramento do prazo de movimentação restrita.

(b) Reservas de capital

Em 24 de setembro de 2013 os Acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, doaram e/ou venderam a preços históricos 1.579.322 ações de seu patrimônio particular diretamente aos 2.203 colaboradores e professores, para que os mesmos pudessem se tornar sócios da Sociedade. Tais transferências se deram por ato de exclusiva liberalidade dos acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, que celebraram tais negócios jurídicos diretamente com os adquirentes ou

Notas Explicativas

donatários, não se tratando, portanto de programa de benefícios ou ato da Sociedade. Na contabilidade fiscal da Sociedade, tal natureza jurídica foi observada conforme o regime RTT (regime tributário de transição), promovida para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira.

Conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. relativo a utilização dos padrões contábeis internacionais, o valor de mercado de tais ações doadas e/ou alienadas pelos referidos acionistas foi considerado como reserva de capital e a entrega das ações foi considerada como parte integrante das despesas da Sociedade (o efeito prático deste ajuste contábil foi um aumento na conta de reserva de capital no valor de R\$28.328 e como contrapartida lançamentos de despesa operacional, não recorrentes e sem efeito em caixa). Com isto, o efeito de tal ajuste não impactou nem o caixa, nem o patrimônio líquido da Sociedade.

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou ações em tesouraria, conforme descrito no item (c) abaixo, em valor inferior ao custo de aquisição, o que gerou um efeito de R\$1.539 nas reservas de capital.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 a Sociedade apresentava um valor de R\$29.867 na rubrica “Reserva de Capital” relativo aos eventos acima descritos.

(c) Ações em tesouraria

Ao longo de 2012 e 2013 foram realizadas compras de ações de diversos sócios totalizando 5.886 ações ordinárias e ainda a dação de 1.015 ações ordinárias em liquidação de mutuo com os acionistas, no montante total de R\$1.281, a um custo médio unitário de R\$185,65. Assim, as ações em tesouraria chegaram ao montante de R\$5.103, dividido em 24.461 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou todas as 24.461 ações ordinárias mantidas em tesouraria, pelo valor total de R\$244,61, equivalente a R\$0,01 por ação, da seguinte forma: 13.901 ações ordinárias para o acionista Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e 10.560 ações ordinárias ao acionista Ryon Cássio Braga, pessoa que, por sua reputação e conhecimento, constitui um sócio estratégico para a Sociedade e que passou a integrar o quadro acionário. A transferência de tais ações teve natureza societária, não se confundindo com qualquer política de benefícios da Sociedade para colaboradores ou prestadores de serviços. Não houve emissão de novas ações e, portanto não houve diluição das participações societárias.

Na contabilidade fiscal da Sociedade pelo regime RTT (regime tributário de transição), promovida para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira, tal natureza jurídica foi observada.

No entanto, para fins de ajustar a contabilidade aos critérios contábeis internacionais, conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. (CPC e IFRS), o valor de mercado de tais ações foi considerado como parte integrante das despesas da Sociedade. Tal ajuste não altera o patrimônio líquido e nem o caixa da Sociedade, portanto o efeito de tal alienação está descrito no item (b) acima e na nota 29 (b), respectivamente relativos ao efeito no patrimônio líquido e efeito no resultado.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de setembro de 2013 a Sociedade não possui ações em tesouraria.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Efeito em transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(e) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(f) Dividendos

O Estatuto confere dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, acrescido da parcela decorrente da reserva de reavaliação e deduzido da apropriação exigida em lei referente a reserva legal.

A Sociedade não destinou dividendos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, sendo que a destinação ocorrerá somente na data do encerramento do exercício social a que se referem as demonstrações financeiras.

(g) Lucro por ação

Lucro básico por ação:

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

Notas Explicativas

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

Com base no aumento de capital ocorrido em março de 2013 (aumento de capital no montante de R\$28.092, correspondente a 49.279 ações ordinárias) e a recompra de ações ocorrida de abril a junho de 2013 (montante de R\$1.281 que corresponde a 3.061 ações) houve uma variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

Quantidade ponderada de ações ordinárias - período de nove meses findo em 30/09/2013

01/01/2013 a 30/09/2013	23/03/2013 a 30/09/2013	15/04/2013 a 30/09/2013	
1.693.109 x 9/9	+ 49.279 x 6,4/9	- 3.061 x 5,6/9	
15/05/2013 a 30/09/2013	15/06/2013 a 30/09/2013	19/07/2013 a 30/09/2013	Média ponderada
1.920 x 4,6/9	- 1.920 x 3,6/9	- 24.461 x 2,4/9	= 1.730.658

Quantidade ponderada de ações ordinárias - período de nove meses findo em 30/09/2012

01/01/2012 a 30/09/2012	13/04/2012 a 30/09/2012	19/07/2012 a 30/09/2012	Média ponderada
1.222.430 x 9/9	+ 451.242 x 5,7/9	+ 36.997 x 2,4/9	= 1.513.316

Quantidade ponderada de ações ordinárias - período de três meses findo em 30/09/2013

01/07/2013 a 30/09/2013	19/07/2013 a 30/09/2013	Média ponderada
1.735.487 x 3/3	- 24.461 x 2,4/3	= 1.755.328

Quantidade ponderada de ações ordinárias - período de três meses findo em 30/09/2012

01/07/2012 a 30/09/2012	19/07/2012 a 30/09/2012	Média ponderada
1.673.672 x 3/3	+ 36.997 x 2,4/3	= 1.703.681

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	18.278	18.964	12.264	23.769
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.731	1.513	1.731	1.513
Efeito decorrente de "split" das ações (*)	56.694	47.784	56.694	47.784
Total de média ponderada após considerar "Split" das ações	58.425	49.297	58.425	49.297
Lucro básico por ação ordinária	0,31	0,38	0,21	0,48

(*) Refere-se ao desmembramento das ações da Sociedade conforme o CPC 41 parágrafo 64 que requer a divulgação do lucro por ação já considerando o novo número de ações.

Notas Explicativas

Lucro diluído por ação:

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade tem apenas instrumento com efeito diluidor, sendo ele o direito que a RBS possui de realizar a troca de ações das empresas HSM por ações da GAEC. Para essas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o valor justo da Sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	18.278	18.964	12.264	23.769
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	18.278	18.964	12.264	23.769
Quantidade média ponderada de ações emitidas	1.731	1.513	1.731	1.513
Efeito decorrente de "split" das ações (*)	56.694	47.784	56.694	47.784
Total de média ponderada após considerar "Split" das ações	58.425	49.297	58.425	49.297
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i)	44	-	44	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares	58.469	49.297	58.469	49.297
Lucro diluído por ação	0,31	0,38	0,21	0,48

- (i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das ações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013. Não existe efeito potencialmente dilutivo das ações para o período findo em 30 de setembro de 2012.
- (ii) Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, não ocorreram alterações relevantes nos cenários que afetassem o valor justo da Sociedade e de suas controladas. Porém, o efeito antidilutivo pode variar no futuro em função de alterações no valor justo das Sociedades.

26. PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 30/09/2013
Saldo Inicial	-
Ágio na aquisição de participação dos não controladores	-
Participações não controladoras adicionais decorrentes da aquisição da BR Educação e suas controladas	32.066
Obrigações a pagar decorrentes da aquisição da BR Educação	(*) (40.000)
Saldo final	(7.934)

Notas Explicativas

(*) Refere-se à reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 14. Conforme IAS 32: “Um contrato que prevê a obrigação de uma entidade de comprar seus próprios instrumentos patrimoniais em troca de dinheiro ou outro ativo financeiro dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia (por exemplo, para o valor presente do preço de recompra para a frente, a opção preço de exercício ou outra quantia). Este é o caso, pois o próprio contrato é um instrumento patrimonial. Um exemplo é a obrigação de uma entidade segundo um contrato *forward* para comprar os seus próprios instrumentos de capital em dinheiro. O passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor presente do valor de resgate, e é reclassificado do patrimônio líquido. Posteriormente, o passivo financeiro é mensurado de acordo com o IAS 39. Se o contrato expirar sem entrega, o valor contábil do passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido. A obrigação contratual de uma entidade de comprar seus próprios instrumentos de capital próprio dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia de remição mesmo que a obrigação de compra seja condicionada à contraparte exercer o direito de remir (por exemplo, uma opção de compra inscrita que proporcione à contraparte o direito de vender os instrumentos de capital próprio de uma entidade à entidade por um preço fixo).”

27. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, de cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas MGE, IMEC e Unimonte passaram a oferecer bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os valores de descontos do PROUNI registrados na rubrica “Descontos em mensalidades” foram de R\$29.838 e R\$21.957, respectivamente.

Em 2014 entrará em vigor a Instrução Normativa SRF nº 1.394 que reduziu, a isenção de IRPJ, fazendo com que a alíquota da mesma subisse de zero para 10% sobre o lucro tributável. A sociedade tomará as medidas judiciais cabíveis para garantir seu direito à isenção fiscal prevista nas Leis 12.431/2011 e 11.096/2005.

Notas Explicativas

28. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora (BR GAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Receita bruta de serviços prestados	565	1.695	4.100	11.984
Impostos sobre faturamento (a)	(44)	(133)	(559)	(1.683)
Receita líquida	<u>521</u>	<u>1.562</u>	<u>3.541</u>	<u>10.301</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Receita bruta de serviços prestados	97.852	291.160	78.646	234.552
Descontos em mensalidades	(27.206)	(77.684)	(19.980)	(55.882)
Receita FIES (líquida dos descontos)	48.362	126.238	26.517	68.266
Impostos sobre faturamento (a)	(3.098)	(8.551)	(2.024)	(5.860)
Receita líquida	<u>115.910</u>	<u>331.163</u>	<u>83.159</u>	<u>241.076</u>

(a) Refere-se aos impostos Pis, Cofins, ISS e INSS incidentes sobre faturamento.

Os descontos em mensalidade são compostos principalmente por descontos concedidos pelas controladas MGE, IMEC e Unimonte, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Gratuidade PROUNI	(11.581)	(33.067)	(8.217)	(21.957)
Concedidos pela instituição	(7.292)	(21.683)	(6.081)	(16.436)
Programa Educa+	(779)	(2.035)	(609)	(1.779)
Pós-graduação	(1.708)	(4.781)	(1.356)	(3.535)
Convênios com empresas	(947)	(4.182)	(1.039)	(3.897)
Bolsa de estudos	(374)	(1.253)	(360)	(1.312)
Devoluções e abatimentos	(2.143)	(4.024)	(845)	(2.103)
Outros	(2.382)	(6.659)	(1.473)	(4.863)
Total	<u>(27.206)</u>	<u>(77.684)</u>	<u>(19.980)</u>	<u>(55.882)</u>

Notas Explicativas

29. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora (BRGAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Propaganda e publicidade	(10)	(48)	(5)	(12)
Impostos e taxas	(3)	(44)	(1)	(75)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 24)	(151)	(558)	(270)	(507)
Outras receitas operacionais	239	636	45	129
Despesas com pessoal	(974)	(2.940)	(2.726)	(7.361)
Ações concedidas por sócios a funcionários (a)	(9.587)	(9.587)	-	-
Alienação ações da tesouraria (b)	(6.642)	(6.642)	-	-
Despesas com serviços de terceiros	(5)	(17)	(597)	(1.811)
Despesas com aluguel e ocupação	(1)	(19)	(194)	(568)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 15)	(97)	(261)	(51)	(141)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 16)	(141)	(374)	(289)	(853)
Manutenção	(6)	(133)	(169)	(366)
Deslocamentos	(15)	(300)	(218)	(566)
Outras despesas	75	(285)	(149)	(412)
Total	(17.318)	(20.572)	(4.624)	(12.543)
Classificadas como:				
Custo	(1.219)	(3.613)	(3.857)	(10.734)
Despesas comerciais	(10)	(48)	(5)	(12)
Despesas gerais e administrativas	(16.174)	(16.945)	(537)	(1.345)
Outras (despesas) receitas operacionais	85	34	(225)	(452)

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Propaganda e publicidade	(2.802)	(9.112)	(1.767)	(5.547)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8)	(2.338)	(9.479)	(3.680)	(12.417)
Impostos e taxas	(559)	(1.454)	(738)	(1.021)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 24)	(1.290)	(11.128)	(6.366)	(14.247)
Outras receitas operacionais	117	2.670	1.406	1.465
Receitas com aluguel de salas e lojas	220	2.857	412	2.825
Despesas com pessoal	(59.936)	(163.053)	(45.173)	(118.979)
Ações concedidas por sócios a funcionários (a)	(29.177)	(29.177)	-	-
Alienação ações da tesouraria (b)	(6.642)	(6.642)	-	-
Despesas com serviços de terceiros	(6.874)	(20.349)	(3.802)	(14.520)
Despesas com aluguel e ocupação	(8.771)	(26.857)	(6.760)	(20.589)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 15)	(2.473)	(7.055)	(1.827)	(5.340)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 16)	(1.159)	(2.479)	(449)	(1.320)
Manutenção	(1.328)	(3.299)	(876)	(2.992)
Deslocamentos	(584)	(1.861)	(475)	(1.201)
Outras despesas	(8.101)	(22.792)	(6.378)	(14.313)
Total	(131.697)	(309.210)	(76.473)	(208.195)

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Classificadas como:				
Custo	(66.258)	(178.186)	(48.598)	(135.425)
Despesas comerciais	(5.140)	(18.591)	(5.447)	(17.964)
Despesas gerais e administrativas	(58.826)	(105.418)	(17.142)	(43.828)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.473)	(7.015)	(5.286)	(10.978)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos e outras.

(a) Conforme descrito na nota explicativa 25(b) e na nota explicativa 37(h), a Sociedade realizou ajuste contábil, contabilizando ações doadas e/ou vendidas a preços históricos diretamente por sócios para funcionários com o intuito de atender aos padrões contábeis internacionais. Tais valores não geraram e não gerarão efeitos no caixa da sociedade e não serão recorrentes.

(b) Conforme descrito na nota explicativa 25(c) e na nota explicativa 37(h) a sociedade alienou parte das ações que estavam em tesouraria para o novo sócio Ryon Cassio Braga e, para atender aos padrões contábeis internacionais, registrou despesa no valor de R\$ 6.642 equivalentes ao valor de mercado de tais ações consideradas ao preço da oferta inicial de ações da sociedade. Tal valor não gerou desembolso ao caixa da sociedade e não será recorrente.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

De acordo com a IFRS 8 e CPC 22, a Sociedade, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A Sociedade analisa e avalia os segmentos operacionais até a linha de lucro líquido, onde é possível analisar a contribuição de cada segmento de maneira direta e suficiente para a tomada de decisão. A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo é desconsiderada. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

(a) Ensino Superior - Atividade atrelada às empresas MGE, IMEC, UNA e Unimonte, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão.

Notas Explicativas

- (b) Vertical de Gestão - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil e HSM Educação focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company* e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios.

	01/01/2013 à 30/09/2013			
	Ensino Superior	Vertical Gestão	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	313.051	18.112	-	331.163
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(165.939)	(12.246)	-	(178.185)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>147.112</u>	<u>5.866</u>	<u>-</u>	<u>152.978</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(16.030)	(2.513)	-	(18.543)
Gerais e administrativas	(47.928)	(14.561)	(249)	(62.738)
Corporativo	-	-	(43.459)	(43.459)
Outras (despesas) receitas operacionais	(5.836)	(184)	(264)	(6.284)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>77.318</u>	<u>(11.392)</u>	<u>(43.972)</u>	<u>21.954</u>
Resultado financeiro	(3.374)	(689)	(1.157)	(5.220)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(5.865)	(5.865)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>73.944</u>	<u>(12.081)</u>	<u>(50.994)</u>	<u>10.869</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido.	1.340	54	2	1.396
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>75.284</u>	<u>(12.027)</u>	<u>(50.992)</u>	<u>12.265</u>
Participação dos acionistas não controladores	-	6.013	-	6.013
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>75.284</u>	<u>(6.014)</u>	<u>(50.992)</u>	<u>18.278</u>

Notas Explicativas

01/07/2013

à

30/09/2013

	Ensino Superior	Vertical Gestão	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	108.974	6.936	-	115.910
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(61.768)	(4.489)	-	(66.257)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>47.206</u>	<u>2.447</u>	<u>-</u>	<u>49.653</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(5.118)	(12)	-	(5.130)
Gerais e administrativas	(26.650)	(7.389)	28	(34.011)
Corporativo	-	-	(25.108)	(25.108)
Outras (despesas) receitas operacionais	(904)	(255)	(32)	(1.191)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>14.534</u>	<u>(5.209)</u>	<u>(25.112)</u>	<u>(15.787)</u>
Resultado financeiro	828	(123)	1	706
Resultado financeiro corporativo	-	-	(2.937)	(2.937)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>15.362</u>	<u>(5.332)</u>	<u>(28.048)</u>	<u>(18.018)</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(24)	58	-	34
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>15.338</u>	<u>(5.274)</u>	<u>(28.048)</u>	<u>(17.984)</u>
Participação dos acionistas não controladores	-	2.652	-	2.652
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>15.338</u>	<u>(2.622)</u>	<u>(28.048)</u>	<u>15.332</u>

Notas Explicativas

	01/01/2012 à 30/09/2012		
	Ensino Superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	241.076	-	241.076
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(135.425)	-	(135.425)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>105.651</u>	<u>-</u>	<u>105.651</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(17.952)	-	(17.952)
Gerais e administrativas	(24.645)	(737)	(25.382)
Corporativo	-	(19.020)	(19.020)
Outras (despesas) receitas operacionais	(9.883)	(533)	(10.416)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>53.171</u>	<u>(20.290)</u>	<u>32.881</u>
Resultado financeiro	(6.063)	(1.799)	(7.862)
Resultado financeiro corporativo	-	(1.353)	(1.353)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>47.108</u>	<u>(23.442)</u>	<u>23.666</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido.	98	5	103
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>47.206</u>	<u>(23.437)</u>	<u>23.769</u>
Participação dos acionistas não controladores	(4.805)	-	(4.805)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>42.401</u>	<u>(23.437)</u>	<u>18.964</u>

Notas Explicativas

	01/07/2012 à 30/09/2012		
	Ensino Superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	83.159	-	83.159
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(48.598)	-	(48.598)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>34.561</u>	<u>-</u>	<u>34.561</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(5.442)	-	(5.442)
Gerais e administrativas	(9.798)	(241)	(10.039)
Corporativo	-	(7.373)	(7.373)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.497)	(524)	(5.021)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>14.824</u>	<u>(8.138)</u>	<u>6.686</u>
Resultado financeiro	792	(512)	280
Resultado financeiro corporativo	-	(1.309)	(1.309)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>15.616</u>	<u>(9.959)</u>	<u>5.657</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	46	2	48
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>15.662</u>	<u>(9.957)</u>	<u>5.705</u>
Participação dos acionistas não controladores	(470)	-	(470)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>15.192</u>	<u>(9.957)</u>	<u>5.235</u>

(*) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

Notas Explicativas

31. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora (BR GAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	1	110	778	2.045
Receita com mútuos	-	-	300	405
Correção monetária	10	42	55	110
Juros diversos recebidos	2	5	-	-
	<u>13</u>	<u>157</u>	<u>1.133</u>	<u>2.560</u>
Despesas financeiras:				
Despesa de juros com empréstimos	(1.490)	(4.068)	2.591	(1.626)
Despesa de juros com tributos	-	-	-	(42)
IOF	(1)	(1.013)	(2)	(72)
Despesa Bancária	-	(60)	-	(91)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(1.408)	(2.363)	(3.723)	(3.590)
Outros	(4)	(6)	(4)	(10)
	<u>(2.903)</u>	<u>(7.510)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(5.431)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.890)</u>	<u>(7.353)</u>	<u>(5)</u>	<u>(2.871)</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	à	à	à	à
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Receitas financeiras:				
Receita com juros de mensalidades	2.231	4.337	2.167	5.164
Receita com juros FUNDER	55	227	97	300
Receita com aplicações financeiras	2.443	4.650	1.114	2.425
Receita com mútuos	(17)	-	-	17
Correção monetária	217	(65)	128	574
Juros diversos recebidos	71	76	(2)	3
Outros	107	156	24	25
Total	<u>5.107</u>	<u>9.381</u>	<u>3.528</u>	<u>8.508</u>
Despesas financeiras:				
Despesa de juros com empréstimos	(4.986)	(10.103)	(1.488)	(9.270)
Despesa de juros com tributos	(775)	(1.997)	(783)	(3.410)
Despesas de juros com mútuo	-	-	-	-
Descontos financeiros concedidos a alunos	(232)	(713)	(271)	(1.226)
IOF	(53)	(1.933)	(365)	(866)
Juros de Financiamento Pravalder	(359)	(661)	-	-
Despesa Bancária	(6)	(1.154)	(231)	(647)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(1.213)	(3.495)	(751)	(1.026)
Outros	286	(410)	(668)	(1.278)
Total	<u>(7.338)</u>	<u>(20.466)</u>	<u>(4.557)</u>	<u>(17.723)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.231)</u>	<u>(11.085)</u>	<u>(1.029)</u>	<u>(9.215)</u>

Notas Explicativas

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável - O programa Compostella, criado em 2008, com objetivo de oferecer a oportunidade de participação em um processo de remuneração variável, abrange a liderança da Sociedade e de suas controladas MGE, IMEC e Unimonte. O Compostella consiste no pagamento de até um salário adicional, semestralmente, desde que a instituição realize suas metas globais e cada gestor realize sua meta individual. O valor pago no período findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$970 (R\$36 em 30 de setembro de 2012).

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação aos colaboradores. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foram gastos com esse benefício R\$2.638 (R\$1.974 em 30 de setembro de 2012).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC e Unimonte oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores, conforme critérios definidos em sua política. O plano adotado, oferecido por empresa especializada contratada, possui o regime de coparticipação, onde o colaborador contribui com uma parcela fixa para a utilização dos procedimentos médicos cobertos pelo contrato. A responsabilidade da Sociedade e suas controladas se limitam ao pagamento das obrigações mensais de acordo com o contrato de prestação de serviço com a operadora de saúde que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$1.807 (R\$1.249 em 30 de setembro de 2012).

Bolsa de estudo - A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 70% a 90% de acordo com a faixa salarial, em todos os cursos de graduação tecnológica e bacharelados da MGE, IMEC ou Unimonte. Essas bolsas podem chegar a 100% dependendo do rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal. Os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Ânima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Os colaboradores graduados também recebem bolsa de 50% nos cursos de pós-graduação. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foram disponibilizados R\$5.450 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$6.414 em 30 de setembro de 2012).

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundos de operações de compra de serviços e operações de contratos de mútuo. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a controlada indireta UNA efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. ("Santa Antonieta"). Os imóveis vertidos para esta nova empresa continuarão a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$204 mensais.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e nos exercícios findos naquelas datas, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Controladora (BR GAAP)						
30/09/2013						
Ativo		Passivo		Resultado		
Clientes	Mútuos	Mútuos	Receitas	Outras despesas operacionais	Receitas financeiras	
MGE	1.416	-	-	1.260	1.446	-
IMEC	2.007	-	13.242	-	882	-
Unimonte	364	-	-	435	354	-
Virtual Case	36	-	-	-	-	-
BR Educação	-	8	-	-	-	-
HSM Brasil	-	1.587	-	-	-	-
HSM Educação	-	200	-	-	-	-
Outros	32	-	-	-	-	-
Total	3.855	1.795	13.242	1.695	2.682	-

Controladora (BR GAAP)						
31/12/2012						
Ativo		Passivo		Resultado		
Clientes	Mútuos	Mútuos	Receitas	Outras despesas operacionais	Receitas financeiras	
MGE	922	-	-	11.920	-	574
IMEC (a)	-	-	44.768	-	6.991	-
Unimonte	333	-	-	4.123	-	13
RNE	-	-	-	8	-	4
VC Network	-	-	-	8	-	-
Virtual Case	36	78	-	13	-	-
UNA Gestão Patrimonial	32	-	-	13	-	-
Sócios e diretores	80	-	-	-	-	17
Outros	2	55	-	-	-	-
Total	1.405	133	44.768	16.085	6.991	608

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
30/09/2013				
Ativo		Passivo		Resultado
Mútuos		Mútuos		Receitas financeiras
RBS Participações	-	-	1.586	-
RBS Mídias	-	-	200	-
Outros	-	-	47	-
BR Educação	-	2	-	-
Total	-	2	1.833	-

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras
Virtual Case	78	-	-
Sócios e diretores (b)	-	2.794	17
Outros	55	-	-
Total	133	2.794	17

Os saldos de mútuos decorrem dos repasses de recursos entre empresas do Grupo, para suprir necessidades de caixa ou pagamento de despesas, por prazo indeterminado.

- (a) Refere-se a mútuos contraídos junto à controlada IMEC sem a incidência de juros e prazo de vencimento;
- (b) Valores a pagar a sócios e diretores, decorrentes principalmente de pagamento realizado pelos sócios de avalistas de operações da empresa RNE.

33.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade e a remuneração recebida durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	2.374	2.003

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	7.030	4.451

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital - A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que estas empresas e ela própria possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (dívida detalhada na nota explicativa nº 18, deduzidas pelo caixa e equivalentes de caixa, detalhados na nota explicativa nº 8 e pelo seu patrimônio líquido).

Notas Explicativas

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

A Sociedade e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre a sua dívida.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Dívida (a)	18	59.737	5.461	164.819	59.580
Caixa e equivalentes de caixa	8	(1.215)	(123)	(12.859)	(5.470)
Aplicações financeiras		-	-	(112.560)	-
Dívida líquida		58.522	5.338	39.400	54.110
Patrimônio líquido (b)	25	74.290	18.360	74.290	18.360
Índice de alavancagem financeira		78,8%	29,1%	53,0%	294,7%

- (a) A dívida é definida como empréstimos bancários circulantes e não circulantes.
(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

34.1 Categoria de instrumentos financeiros:

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 18), posteriormente trazemos estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada exercício, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi de 11,08% (9,74% em 31 de dezembro de 2012).

Os saldos das rubricas “contas a receber” e “fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Sociedade.

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			
		30/09/2013		31/12/2012	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	18	59.986	59.737	5.260	5.461
Títulos a pagar (i)	23	65.821	66.501	12.282	12.449

Notas Explicativas

	Nota explicativa	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		30/09/2013		31/12/2012	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	18	164.595	164.819	56.911	59.580
Títulos a pagar (i)	23	67.519	68.949	26.430	27.332

(i) Foram calculados sobre os saldos corrigidos pela taxa de desconto projetada de 11,08% a.a.

A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que os demais ativos e passivos financeiros, tais como, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos e débitos com partes relacionadas e fornecedores, os quais são reconhecidos nas informações contábeis intermediárias pelos valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos seus respectivos valores de mercado.

A Sociedade e suas controladas não têm a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos que apresentem características especulativas. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros não contabilizados, bem como não possuíam instrumentos financeiros derivativos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Adicionalmente, em observância às normas internacionais de relatório financeiro e práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade classifica a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros em três níveis de hierarquia conforme mencionado abaixo. Esta classificação é feita para instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, bem como para aqueles cuja divulgação do respectivo valor justo é efetuada nas demonstrações financeiras:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Outras informações de preços negociados em mercados ativos, exceto aquelas do Nível 1 que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (como derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções aos ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis pelo mercado (inserções não observáveis).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	30/09/2013				30/09/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Passivos financeiros</u>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	(59.986)	(59.986)	-	-	(164.595)	(164.595)
Títulos a pagar	-	-	(65.821)	(65.821)	-	-	(67.519)	(67.519)
Total	-	-	(125.807)	(125.807)	-	-	(232.114)	(232.114)

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	(5.260)	(5.260)	-	-	(56.911)	(56.911)
Títulos a pagar	-	-	(12.282)	(12.282)	-	-	(26.430)	(26.430)
Total	-	-	(17.542)	(17.542)	-	-	(83.341)	(83.341)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Sociedade. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 a Sociedade adotou o nível 3 para os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar.

Gerenciamento de riscos financeiros - No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.
- (i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas não possuem ativos e passivos indexados à moeda estrangeira.
- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos:		
Certificado de Depósito Bancário - CDI	164.299	58.477
Outros (i)	520	1.103
Títulos a pagar:		
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	425	21.955
Índice Geral de Preço Médio – IGP-M	51.058	13.000
Certificado de Depósito Bancário - CDI	10.476	-

(i) Empréstimos e financiamentos lastreados pela TJLP e SELIC.

- (b) Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, que são mensurados pelo método do custo amortizado, e os prazos de amortização contratuais correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o prazo de vencimento contratual.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 30 de setembro de 2013:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	33.395	55.502	137.247	226.144
Fornecedores	14.669	-	-	14.669
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	15.283	5.652	48.014	68.949
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	12.473	16.647	33.511	62.631
Fornecedores	8.596	-	-	8.596
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	12.407	4.092	10.833	27.332

Os valores demonstrados acima referentes às garantias contratuais são o máximo que o Grupo pode ser obrigado a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte. No final do período de relatório, o Grupo considera que é mais provável do que não que qualquer valor seja pago nos termos desse acordo. Entretanto, essa previsão está sujeita à mudança, dependendo da probabilidade de a contraparte cobrar a garantia, que decorre da probabilidade de os

Notas Explicativas

recebíveis financeiros detidos pela contraparte e garantidos virem a sofrer perdas de crédito.

- (c) Risco de crédito - É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. Portanto, o Grupo pautou suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating das agências Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Notas explicativas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.215	123	12.859	5.470
Contas a receber	9	3.855	1.405	74.005	47.776
Adiantamentos diversos	10	193	212	1.806	6.499
Créditos com partes relacionadas	33	1.795	133	2	133
Total		7.058	1.873	88.672	59.878

34.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referencia às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	3.855	1.405	74.005	47.776
	<u>3.855</u>	<u>1.405</u>	<u>74.005</u>	<u>47.776</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i)				
AAA	937	5	1.963	837
	<u>937</u>	<u>5</u>	<u>1.963</u>	<u>837</u>

- (i) "Rating" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

Notas Explicativas

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras (i)				
AAA	274	116	123.295	4.514
	<u>274</u>	<u>116</u>	<u>123.295</u>	<u>4.514</u>

(i) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

35. ANALISE DE SENSIBILIDADE

A Sociedade apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Sociedade adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Sociedade, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 34;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Sociedade, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Sociedade.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável (indexador utilizado: CDI – 9,35% / IGP-M – 4,40% / INPC – 5,82%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Para efetuar a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes no encerramento do período.

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)						
30/09/2013						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	274	26	32	38
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	(59.737)	(5.585)	(6.982)	(8.378)
Títulos a pagar	CDI	Alta do CDI	(10.476)	(980)	(1.224)	(1.469)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	Alta do IGP-M	(49.507)	(2.178)	(2.723)	(3.267)
Exposição líquida			<u>(119.446)</u>	<u>(8.717)</u>	<u>(10.897)</u>	<u>(13.076)</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
30/09/2013						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	123.295	11.528	14.410	17.292
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	(164.299)	(15.362)	(19.202)	(23.043)
Títulos a pagar	CDI	Alta do CDI	(10.476)	(980)	(1.224)	(1.469)
Títulos a pagar	INPC	Alta do INPC	(425)	(25)	(31)	(37)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	Alta do IGP-M	(51.058)	(2.247)	(2.808)	(3.370)
Exposição líquida			<u>(102.963)</u>	<u>(7.086)</u>	<u>(8.855)</u>	<u>(10.627)</u>

A Sociedade e suas controladas adotaram como critério, para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o efeito de juros a incorrer nos próximos 12 meses.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram extraídas das seguintes fontes externas independentes:

CDI - Taxa DI Pré Over obtida no site www.cetip.com.br;

INPC / IGP-M - Taxas obtidas no site do Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br.

36. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotados, devida a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2013, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$25.935 (R\$22.165 em 31 de dezembro de 2012), em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de

Notas Explicativas

vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

37. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, é necessário que sejam avaliadas algumas transações ocorridas nas contas de ativo e passivo que não afetaram caixa, as quais estão descritas abaixo:

- (a) Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social, pelo valor de R\$55.379. O valor de R\$28.092 foi integralizado mediante a conferência de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação, e R\$10.000 serão pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.
- (b) Em fevereiro de 2013 está registrado na rubrica “Investimentos” o valor de R\$40.000 relativo a obrigação contratual e o valor de R\$6.690 referente a prêmio de opção, caso exercida pelo outro acionista, da compra dos 50% das ações remanescentes nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A.
- (c) Em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antônio Carlos. O valor pago no trimestre findo em junho foi R\$2.000 e o restante de R\$2.000 será pago em 24 parcelas mensais a ser quitado até fevereiro de 2015 no montante de R\$1.825.
- (d) Em maio de 2013 a controlada Indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. A controlada MGE reduziu seu capital em R\$25.542, sem cancelamento de ações, quitando o valor junto a seus acionistas através da entrega de ações que compõem a Santa Antonieta, em igual valor de patrimônio líquido.
- (e) Em junho de 2013 a controlada MGE distribuiu dividendos para a Sociedade no valor de R\$15.000 com crédito de mútuo que ela tinha a receber da controlada UNIMONTE. A Sociedade utilizou este crédito para aumentar o capital social da controlada UNIMONTE.
- (f) Em junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem torna, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.
- (g) Ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade no valor e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após

Notas Explicativas

compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157 e o patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.

- (h) Ao final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, por força do ajuste descrito na nota 25(b) e (c), houve contabilização de despesa de natureza não recorrente no valor de R\$35.820, sendo R\$29.178 referente ao Projeto Dívida e R\$6.642 referente à venda com deságio de ações em tesouraria.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de outubro de 2013, a Sociedade obteve o registro de Companhia Aberta aprovado perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, na categoria de Novo Mercado.

Em 28 de outubro de 2013 a sociedade iniciou a sua participação no mercado de ações, pela BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, negociando 25.309.090 ações ordinárias resultando em uma captação total de R\$468.218, sendo R\$390.182 proveniente da oferta primária e R\$78.036 de oferta secundária. A oferta foi liquidada em 31 de outubro de 2013.

Os recursos provenientes da Oferta Primária de Ações serão destinados à continuidade do processo de aquisições da Sociedade como forma de acelerar o crescimento.

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Sociedade em 13 de novembro de 2013.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
GAEC Educação S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da GAEC Educação S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da GAEC Educação S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Ricardo Faria Gomez
Auditores Independentes Contador
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG